



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Adriana Maria Shad e Balthazar

**O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas  
narrativas de sofrimento**

Rio de Janeiro

2012

Adriana Maria Shad e Balthazar

**O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara

Rio de Janeiro

2012

Adriana Maria Shad e Balthazar

**O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 26 de abril de 2012.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara  
Instituto de Medicina Social - UERJ

Banca Examinadora:

---

Dr. Guilherme Silva de Almeida  
Faculdade de Serviço Social - UERJ

---

Dra. Rafaela Teixeira Zorzanelli  
Instituto de Medicina Social - UERJ

---

Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CB/C

B197 Balthazar, Adriana Maria Shad e.

O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento / Adriana Maria Shad e Balthazar. – 2012. 98 f.

Orientador: Sérgio Luís Carrara.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Homofobia – Teses. 2. Políticas públicas – Teses. 3. Denúncia (Direito penal) – Teses. 4. Sofrimento – Teses. 5. Silêncio (Direito)  
I. Carrara, Sérgio Luís. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 613.885

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

## DEDICATÓRIA

À memória dos meus pais, que o silêncio nunca apagou. Ao Fred, à Michele e à Mônica, meus primeiros mestres.

## AGRADECIMENTOS

Ao Sérgio Carrara, meu orientador, pela disponibilidade e paciência que sempre demonstrou nos nossos encontros e por ter se interessado em ouvir os silêncios ao meu lado.

Ao CNPQ, pela bolsa de estudos.

Aos professores Adriana Vianna, que foi a grande responsável pela minha paixão e talvez obsessão pelo silêncio, me ajudando a desvendar as complexas tramas que envolvem a dor e o sofrimento; Rafaela Zorzanelli pelas contribuições durante as aulas no IMS e na banca de qualificação que enriqueceram minhas reflexões para o desenvolvimento da pesquisa e Guilherme Almeida, que sempre com muito carinho e respeito pela minha recém chegada ao campo, acompanhou e acompanha as ricas descobertas que tenho feito sobre o mundo da transexualidade.

A toda a equipe do IMS que sempre me acolheu neste percurso.

Aos grandes amigos que ganhei durante o mestrado, especialmente Vinícius, Vanessa e Conchita.

Aos profissionais e usuários dos três serviços que generosamente se disponibilizaram para as entrevistas e me presentearam com informações, histórias e emoções que guardarei para sempre com muito carinho.

Aos coordenadores desses serviços que, para além das entrevistas, abriram as portas e proporcionaram a realização da pesquisa.

À Luana, pelas transcrições e por tudo que aprendemos juntas nesse caminho, através das falas e dos silêncios.

Ao Cláudio que conseguiu entender a minha ausência e esperou pelo meu retorno, abrindo espaço para o meu mergulho solitário nos estudos.

À Tia Eva pelo cuidado, incentivo e refúgio que soube me oferecer na hora certa.

À Simone e a sua grande família que tão carinhosamente me hospedaram para a realização do campo.

Aos eternos amigos que sempre estiveram ao meu lado, acreditando no meu potencial e me estendendo a mão nos momentos mais difíceis, especialmente Anna Helena e Sheila.

E, finalmente, a todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, participaram dessa conquista, pois, talvez mesmo sem saberem, colaboraram para que eu gostasse tanto de desafios e buscasse aprender sempre mais.

## RESUMO

BALTHAZAR, Adriana Maria Shad e. *O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento*. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O presente estudo tem por objetivo analisar o lugar ocupado pelo silêncio na narrativa de pessoas que sofreram violência homofóbica e que são acompanhadas pelos dispositivos públicos de atenção e cuidado a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais implantados no estado do Rio de Janeiro. Utiliza-se neste trabalho o conceito de homofobia como violência motivada pelo preconceito sexual, que se origina do processo histórico que produziu a separação entre homo e heterossexualidade e estabeleceu a última como norma. O trabalho de campo realizado em dois Centros de Referência e num dispositivo público de saúde incluiu entrevistas semiestruturadas com 11 usuários e 25 profissionais, no período de junho a novembro de 2011. A análise do material indica que o silêncio constitui-se como um discurso legítimo sobre a dor, servindo de proteção para a manutenção de determinadas relações, preenchendo, portanto, um espaço de fala. Reconhecer o lugar do silêncio, mesmo em dispositivos que se propõe a acolher denúncias de violência, pode facilitar o fortalecimento do encontro entre profissionais e usuários dos serviços voltados para pessoas LGBT.

Palavras-chave: LGBT. Homofobia. Denúncia. Silêncio. Sofrimento. Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

The aim of this investigation is to analyze the role of silence in narratives built by people who suffered homophobic violence. The concept of homophobia is understood here as concerning to any kind of violence (physical or psychological) motivated by social prejudice based on gender and/or sexual orientation. Homophobic violence is thus seen as a consequence of the historical process which distinguished homosexuality from heterosexuality and established the latter as "normal" and "natural". The research was carried out in three public services located in the state of Rio de Janeiro (Brazil): two anti homophobic violence centers, and one health clinic for transsexuals placed in an university hospital. From June to November 2011, 11 semi-structured interviews were conducted with "users" of those services, and 25 with different professionals working there (lawyers, physicians, psychologists etc). The analysis indicates that silence has an important role in protecting or maintaining relevant social relationships, and should be accepted by professionals dealing with this kind of violence as a legitimate discourse about physical and moral pain.

Keywords: LGBT. Homophobia. Complaint. Silence. Suffering. Public Policies.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APA	American Psychiatric Association
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
C.R. LGBT	Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT
DDH	Disque Denúncia Homossexual
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GPE/SES	Gerência de Políticas Específicas da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro
GPS	Grupo Pluralidade Serrana
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IMS	Instituto de Medicina Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISS	Imposto Sobre Serviços
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LIDIS	Programa de Extensão Laboratório de Diversidade Sexual, Políticas e Direitos
MOVER-SE	Movimento da Diversidade Sexual na Serra
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PNDH II	Programa Nacional de Direitos Humanos - Segunda versão
PPGAS/UFRJ	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa GEN	Grupo de Atenção Integral à Saúde Transexual do Hospital Universitário Pedro Ernesto
RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
SAS/MS	Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde
SEASDH	Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro

SEDH-PR	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
SES	Secretaria Estadual de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPERDir	Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da SEASDH
SUS	Sistema Único de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
1	<b>ONDE ESCUTAR O SILÊNCIO: A ESCOLHA E DEFINIÇÃO DOS CAMPOS PARA A PESQUISA</b> .....	13
1.1	<b>Primeiro campo: Centro de Referência Regional de Promoção da Cidadania LGBT Hanna Suzart</b> .....	13
1.2	<b>Segundo campo: Centro Metropolitano de Referência e Promoção de Cidadania LGBT do Rio de Janeiro</b> .....	22
1.3	<b>Terceiro campo: o Programa GEN</b> .....	27
1.4	<b>Questões metodológicas</b> .....	32
1.5	<b>Perfil dos entrevistados: profissionais das equipes técnicas</b> .....	33
1.6	<b>Perfil dos entrevistados: usuários</b> .....	35
2	<b>DESCOBRIR-SE "DIFERENTE": A DOR E O SILÊNCIO NO COTIDIANO DAS RELAÇÕES MAIS ÍNTIMAS</b> .....	37
3	<b>NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E AS RESPOSTAS "POSSÍVEIS" DIANTE DO SOFRIMENTO</b> .....	48
3.1	<b>A boneca prometida: a história de Helena</b> .....	50
3.2	<b>A casa roubada: a história de Fernando</b> .....	62
4	<b>O DIZÍVEL E O INESCUTÁVEL NAS NARRATIVAS DAS EQUIPES QUE ATENDEM PESSOAS LGBT</b> .....	72
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	86
	<b>ANEXO A - Perfil dos profissionais das equipes técnicas</b> .....	90
	<b>ANEXO B - Perfil dos usuários entrevistados</b> .....	91
	<b>ANEXO C - Roteiro de entrevista com equipe técnica dos centros de referência LGBT</b> .....	92
	<b>ANEXO D - Roteiro de entrevista com a equipe técnica do Programa Gen/Hupe/Uerj</b> .....	94
	<b>ANEXO E - Roteiro de entrevista com os usuários dos dispositivos públicos que atendem pessoas LGBT</b> .....	96

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa estrutura-se sobre dois eixos principais, a discussão sobre homofobia e a discussão sobre silêncio. O intercruzamento destes eixos produziu a ampliação da análise para questões relacionadas ao sofrimento, à homossexualidade ou à identidade de gênero e às políticas públicas voltadas para a proteção e garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)<sup>1</sup>.

Nos últimos dez anos, o termo homofobia vem ocupando cada vez mais espaço na mídia, nos debates promovidos por movimentos sociais, na produção acadêmica e na agenda política do Brasil e do mundo. O programa do governo federal *Brasil sem Homofobia* (2004)<sup>2</sup>, através da articulação de vários ministérios e secretarias, tais como Saúde, Educação, Direitos Humanos, Justiça e outros, tem como objetivo não só promover a cidadania de pessoas LGBT a partir da equiparação dos direitos, mas principalmente combater a violência e a discriminação homofóbicas, criando para isso leis, práticas jurídicas e policiais, além dos Centros de Referência LGBT (C.R. LGBT) que oferecem atendimento às vítimas<sup>3</sup>.

No Estado do Rio de Janeiro, que serviu de campo para esta pesquisa, o *Programa Rio*

---

<sup>1</sup> No decorrer deste trabalho será empregada a sigla LGBT, amplamente utilizada no Brasil, na arena pública e política, para se referir a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Não entrarei aqui na discussão sobre o processo social e político, através do qual tais identidades se constroem e se estabilizam. Para isso ver Facchini (2005). Ao longo desta dissertação, as expressões “LGBT” ou “pessoas LGBT” fazem referência a um coletivo que comporta indivíduos que podem se auto identificar através de outras categorias.

<sup>2</sup> Expressões, palavras e conceitos de outros autores estarão em itálico no presente texto. O uso de aspas servirá para destacar ou problematizar determinadas palavras empregadas.

Reconstruir o processo histórico e social que originou o *Programa Brasil sem Homofobia*, remete ao ano de 1995, quando o tema da discriminação por orientação sexual foi formalmente suscitado, pela primeira vez, pela Delegação da Suécia, em um foro das Nações Unidas, durante a Conferência Mundial de Beijing. Este debate foi retomado de forma organizada somente em 2001, durante a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul. No processo preparatório para esta Conferência, o Governo Brasileiro, com base na articulação e consultas feitas junto à sociedade civil organizada, levou o tema para a Conferência Regional das Américas, em Santiago do Chile (2000). Sendo assim, na Conferência Mundial de Durban, o Brasil introduziu o tema da discriminação por orientação sexual em plenária, além de um diagnóstico sobre a situação nacional e uma lista de propostas para preveni-la e combatê-la. Ainda em 2001, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), foi uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Brasileiro para implementar as recomendações oriundas da Conferência de Durban. Em 2002, a segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II, 2002) dedica uma sessão ao assunto, com quinze ações a serem adotadas pelo governo federal para o combate à discriminação por orientação sexual. E, finalmente, o CNCD cria, em 2003, um Grupo de Trabalho destinado a elaborar o *Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais (GLBT) e de Promoção da Cidadania Homossexual*, lançado oficialmente em 2004.

<sup>3</sup> No site da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR), órgão do Governo Federal responsável pelo *Programa Brasil sem Homofobia*, consultado em 02 de maio de 2010, os dados apontam um total de 37 *Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia* em funcionamento no país, distribuídos em 24 estados e 01 no Distrito Federal. Estes serviços foram implantados a partir de convênio celebrado entre a SEDH-PR e governos estaduais e municipais, além de organizações não-governamentais.

*sem Homofobia*<sup>4</sup>, inspirado no programa federal, conta atualmente com três Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBT<sup>5</sup>, além do Disque Cidadania LGBT<sup>6</sup>, do Conselho dos Direitos da População LGBT do Estado do Rio de Janeiro e do Núcleo de Monitoramento de Crimes contra LGBT<sup>7</sup>.

Em vias de implantação, toda esta rede de combate à homofobia e proteção as suas vítimas justifica-se pelos números considerados alarmantes de casos de violência contra pessoas LGBT registrados nas delegacias de polícia do estado que passaram a incluir, nos Boletins de Ocorrência, desde junho de 2009, a homofobia como motivo presumido de um crime<sup>8</sup>. Entre março e dezembro de 2010, dos 97 casos registrados e acompanhados pelo Centro Metropolitano de Referência e Promoção de Cidadania LGBT, oito correspondiam a assassinatos.

Mas o que representam estes dados? De que tipo de violência se trata quando se fala de homofobia<sup>9</sup>?

Segundo a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT)<sup>10</sup>, a expressão homofobia precisa ser compreendida como um conceito guarda-chuva que se refere a duas definições distintas. A primeira apresenta-se como a manifestação de sentimentos de “rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão da sexualidade diferente dos padrões heteronormativos” (ABGLT, 2009:23). E a segunda relaciona-se a um tripé de fenômenos sociais que engloba “preconceito, discriminação e violência” contra pessoas LGBT. Neste sentido, a homofobia não se vincula integralmente à homossexualidade, mas também às convenções de gênero.

O termo homofobia, ao ser empregado pela primeira vez pelo psicoterapeuta norte-americano George Weinberg, em 1972 no livro *Society and the Healthy Homosexual*,

---

<sup>4</sup> O *Programa Estadual Rio sem Homofobia* (2011) é coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDir), que faz parte da estrutura da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) do governo do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Em março de 2012, encontram-se em funcionamento, no Estado do Rio de Janeiro, os Centros de Referência LGBT de Nova Friburgo (2007), o da capital (2010) e o de Duque de Caxias (2011).

<sup>6</sup> O Disque Cidadania LGBT é um serviço de atendimento telefônico 24 horas ininterruptas e serve como a principal porta de entrada para a rede de proteção básica em vias de implantação pelos Centros de Referência.

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre os objetivos e funcionamento de cada um destes dispositivos do *Programa Rio sem Homofobia*, acessar o site da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – [www.rj.gov.br/web/seasdh](http://www.rj.gov.br/web/seasdh).

<sup>8</sup> Segundo dados da SUPERDir/SEASDH, no período de julho de 2009 a novembro de 2010, foram feitos 776 registros deste tipo em 79 delegacias de 39 municípios do Estado do Rio de Janeiro, o que equivale a uma média de 48 ocorrências por mês.

<sup>9</sup> Para uma discussão sobre homofobia ver Nascimento, 2011.

<sup>10</sup> A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi criada em 1995 e é uma rede nacional formada por 220 organizações, tendo como missão promover a cidadania e defender os direitos de pessoas LGBT, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero.

designava a hostilidade que determinadas pessoas mantinham em relação aos homossexuais, ainda considerados nesta época como portadores de uma patologia descrita no campo da saúde mental<sup>11</sup>. Embora se referisse inicialmente a esta reação negativa como uma “fobia”, apontou também que se tratava de um problema social apresentado sob a forma de preconceito e discriminação não só relacionado à homossexualidade, mas ainda às convenções de gênero, equiparando-se, portanto, ao conceito divulgado pela ABGLT descrito acima.

Utilizar a expressão homofobia e compreendê-la como restrita à noção de fobia apresenta o risco de deslocar o problema do plano social para o individual, psicologizando o fenômeno. As críticas referentes a essa posição enfatizam que a homofobia é um fenômeno produzido e reproduzido socialmente<sup>12</sup>.

Segundo a socióloga australiana Gail Mason (2002), “a violência de gênero, homofóbica e racial são todas moldadas pela construção hierárquica da diferença” (p.8). A autora aponta o processo cultural, a partir do qual se aporta valor a determinados desejos e práticas sexuais em detrimento de outros, como a principal causa de animosidade contra preferências sexuais que não se prendem às normas, tais como a homossexualidade e outras práticas sexuais não reprodutivas - a masturbação ou a prostituição. Questionar a normalização e a naturalização de categorias sexuais tem como objetivo chamar a atenção para as implicações, principalmente quando se trata da violência, que decorrem dessas categorizações.

Categorias como “heterossexual” e “homossexual” não são somente rótulos impostos sobre os sujeitos, mas, além disso, são partes de processos de normatização que fabricam os modernos sujeitos corporais e psíquicos. Tal demarcação sexual, que primeiro se tornou visível no século XIX, produziu uma separação entre a normalidade da heterossexualidade, especificamente da família monogâmica heterossexual, e a anormalidade da homossexualidade, servindo como critério para monitorar e constranger práticas sexuais e estilos de vida. O estigma histórico atrelado à homossexualidade continua, portanto, a gerar dramáticas conseqüências para quem o experimenta. Plummer<sup>13</sup> destaca, em relação a isso, que tais categorias “têm tornado – no essencial – grupos inteiros de pessoas desvalorizados,

---

<sup>11</sup> A Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou em 1973 a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais; em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) a excluiu do Código Internacional de Doenças (CID) e no Brasil, o Conselho Federal de Medicina, desde 1985, e o Conselho Federal de Psicologia, desde 1999, não a consideram como doença, distúrbio ou perversão.

<sup>12</sup> Vide Plummer, 1999; Herek, 2004 e Murray, 2009.

<sup>13</sup> Em Mason, 2002:23.

desonrados ou perigosos e têm frequentemente justificado atrocidades humanas monstruosas e a negação de direitos humanos” (1981: 53).

A relação entre violência e diferença é mutuamente constitutiva e torna-se fundamental reconhecer que esta violência emerge das diferenças construídas entre certos corpos. De acordo com Butler (2001), a heterossexualidade, como instituição social, consolida-se pela naturalização da diferença de gênero, onde apenas a classificação binária homem/mulher é culturalmente inteligível. A dinâmica do poder sobre a materialidade dos corpos baseia-se numa matriz excludente que produz seres abjetos, ou seja, “não sujeitos” constituídos pela força fundante do repúdio.

A filósofa do Direito colombiana Maria Mercedes Gómez (2006) também afirma que a noção de “diferença” é fundamental para entendermos como se articulam diferentes preconceitos em diferentes momentos históricos e analisa os diversos núcleos de intolerância presentes nas sociedades contemporâneas que se apresentam sob a forma de *crimes de ódio*. Segundo a autora, “um crime de ódio é uma conduta violenta motivada por preconceito, e sua produção e reprodução parecem próprias das sociedades humanas ao longo da história” (p.20). Diferenciando “ódio”, enquanto um sentimento de caráter universal que se refere a uma profunda aversão em relação a alguém ou algo, de “preconceito”, como uma opinião sem sustentação suficiente no conhecimento, resultante do medo ou da desconfiança diante de idéias diferentes das próprias, a autora ressalta que é o preconceito que se constitui em elemento básico deste tipo de violência. O preconceito tem origem no medo da ameaça real ou imaginada de se perder certos privilégios sociais que gozam os grupos hegemônicos. Conferidas pelo poder exercido por estes grupos ou categorias sociais tais diferenças criam ou reproduzem as fronteiras entre “nós” e “eles”. Portanto, a violência por preconceito tem entre suas causas primordiais a necessidade de marcar diferenças entre coletividades hegemônicas e não hegemônicas a fim de garantir os “arranjos” sociais que beneficiam as primeiras. A violência contra o “outro/ a” e a convicção nas razões que a justificam não se originam na esfera individual, mas sim em uma rede de sentido que somente se constrói socialmente. No caso da violência contra pessoas LGBT, ela emerge em um contexto de heterossexualidade obrigatória<sup>14</sup>.

Gómez estabelece uma distinção entre as diferentes lógicas da violência, que podem ser hierarquizantes ou excludentes. Segundo ela, as práticas discriminatórias por motivos

---

<sup>14</sup> Gómez retoma esta discussão feita por Adrienne Rich no texto “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”, em *The Lesbian and Gay Studies Reader*, Henry Abelove, Michele Aina Barale y David M. Halperin (eds.), Routledge, Nueva York, 1993.

raciais, religiosos, políticos, etc são geralmente orientadas no sentido de hierarquizar como inferior uma coisa ou pessoa em uma determinada ordem – *colocar o inferior em seu lugar*. Ao contrário, a violência excludente opera no sentido de eliminar, suprimir pessoas ou objetos materiais da ordem estabelecida. Sendo assim, a violência contra negros ou mulheres, por exemplo, baseia-se geralmente na lógica da subordinação ou inferiorização e, através do gesto violento, procura-se forçar ou advertir o outro sobre a conveniência ou a necessidade de permanecer em “seu lugar” dentro da hierarquia social. Mas, quando se trata das sexualidades depreciadas<sup>15</sup>, a lógica é a da exclusão que visa a aniquilar o outro ao invés de apenas mantê-lo como inferior ou subordinado. Observa-se assim que, em alguns discursos religiosos e de extrema direita, as sexualidades dissidentes encarnam o mal, a perversão e o perigo, ameaçando os bons costumes e a moral. Devem, portanto, ser suprimidas. Tais discursos conferem legitimidade ao uso legal e ilegal da força.

As características específicas deste tipo de violência e as formas de enfrentá-la foram decisivas na escolha do objeto desta pesquisa. Os temas do sofrimento e do preconceito, tão presentes na minha trajetória profissional atuando junto a vários grupos que sofrem discriminação, permitiram que eu percebesse a especificidade deste campo. Formada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) nos anos 80, comecei a trabalhar com deficientes mentais, na área da educação especial. Durante os oito anos que acompanhei o sofrimento dos portadores de deficiência e suas famílias<sup>16</sup> perante o preconceito e exclusão, pude também constatar que uma rede de solidariedade se articula para apoiar e investir recursos na assistência a tais sujeitos.

No início da década de 90, ingressei na rede pública de saúde como psicóloga da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e comecei a atuar junto a doentes mentais, em hospital psiquiátrico. Neste campo da saúde mental me apropriei de conhecimentos específicos a respeito das políticas públicas e me deparei com as grandes tensões que ocorrem nesta arena. Novamente a exclusão, o sofrimento e o preconceito estavam presentes. Do lugar de técnica, passei mais tarde para o de gestora em uma secretaria municipal de saúde e, devido a esta experiência, assumi depois a Coordenação da Assessoria de Saúde Mental da Secretaria Estadual de Saúde. Nesses espaços tive oportunidade de participar da transformação, ainda em curso, do cenário da saúde mental no Estado do Rio de Janeiro, marcado historicamente

---

<sup>15</sup> Enquanto Nancy Fraser (1997) usa este termo para se referir a gays e lésbicas, Gómez amplia seu uso para qualquer sexualidade que destoa da norma heterossexual.

<sup>16</sup> Em muitos casos atendidos nesta instituição onde trabalhei, a “família” estava reduzida à figura da mãe, pois o pai e/ ou demais parentes haviam se afastado por conta do preconceito contra o deficiente mental.

pelo paradigma asilar que destinava aos “loucos” apenas os manicômios.

Após quinze anos de atuação neste campo, fui convidada, em agosto de 2007, a coordenar uma nova gerência criada na SES – Gerência de Políticas Específicas (GPE/SES) - que se propunha a implementar políticas de saúde baseadas na promoção da equidade em saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidade, tais como negros, indígenas, quilombolas, assentados e acampados rurais, pescadores artesanais, ciganos, populações em situação de rua e carcerária<sup>17</sup>. Após algum tempo, fui informada que um novo grupo seria incorporado a este elenco de “excluídos e esquecidos” pelas políticas públicas de saúde e pelos gestores em geral, a “população LGBT”<sup>18</sup>. A “inclusão” deste grupo só ocorreu porque, justamente naquele momento, a Secretaria Estadual de Saúde recebia uma convocação do governador do estado para integrar uma Câmara Técnica, composta por diversas outras secretarias estaduais, universidades, organizações da sociedade civil e parlamentares, que deveria elaborar o *Programa Rio sem Homofobia*. Desde este instante, ao ser nomeada como representante da SES nesta Câmara Técnica, foi possível avaliar o nível de preconceito contra pessoas LGBT no âmbito da própria Secretaria de Saúde. Os comentários, as piadas, as resistências de gestores e técnicos para efetivarem as propostas para esta “população” foram se destacando em relação ao trabalho desenvolvido com os demais grupos. A atuação principal da Gerência de Políticas Específicas era a articulação intersetorial dentro e fora do campo da saúde e, quando se tratava das políticas públicas para pessoas LGBT, o descaso era evidente. No entanto, as mudanças foram acontecendo graças a vários fatores, dentre os quais, a pressão do próprio governador em implantar uma política de governo que atendesse às demandas desta “população”. Sendo assim, nos dois anos que acompanhei este processo, pude participar de importantes discussões técnicas e políticas sobre os problemas vividos cotidianamente por pessoas LGBT e suas necessidades. Analisei dados referentes à homofobia e me deparei com a violência, permeada pelo ódio, que atravessa a vida de muitas destas pessoas. Esta violência experimentada em diversos contextos de sociabilidade pode

---

<sup>17</sup> De acordo com a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS (Portaria MS nº 3027, de 26 de novembro de 2007), cujas diretrizes passaram a orientar as ações da Gerência de Políticas Específicas/ SES, entre os diferentes grupos que demandam ações intersetoriais de inclusão social também encontra-se a *população de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e travestis – GLBTT* (MS, 2008: 9). No entanto a SES, num primeiro momento, não a incluiu na nova Gerência de Políticas Específicas, responsável pela integralidade do cuidado à saúde, mantendo-a ainda vinculada apenas ao Programa Estadual de DST/AIDS.

<sup>18</sup> Ressalto que a própria idéia de “população” aplicada a esse coletivo é também fruto das políticas públicas em curso.

levar à morte física, como os números<sup>19</sup> apontam, ou à morte social, tornando-os seres invisíveis, sem acesso a direitos básicos garantidos a qualquer cidadão.

Diante deste quadro, entretanto, o que mais chamou minha atenção foi o silêncio em relação à violência homofóbica. Além disso, as denúncias, quando feitas, geralmente não parecem produzir o efeito de inibir ou evitar estes atos e a articulação de ações de prevenção da homofobia ainda são incipientes e esbarram com o discurso articulado por “bancadas evangélicas” em diferentes espaços de representação política. Isto tem levado a uma situação bastante paradoxal: se por um lado, a Parada do Orgulho LGBT tem arrastado, todo ano, milhões de pessoas homo e heterossexuais para a praia de Copacabana, se a cidade do Rio de Janeiro foi eleita, em 2009, o melhor destino turístico gay do mundo<sup>20</sup> e se, hoje, no estado se discutem políticas públicas nas áreas de educação, saúde, justiça, direitos humanos, segurança, cultura e assistência social para pessoas LGBT; por outro, continuamos a assistir ao assassinato ou à agressão física, moral ou verbal<sup>21</sup> dirigida a estas pessoas.

Ao decidir concorrer a uma vaga no mestrado e ao escolher o silêncio e a homofobia como objetos centrais desta pesquisa, tentei conciliar as inquietações que me afligiam sobre o tema, com o momento do meu afastamento da arena pública como gestora da saúde, para me aproximar do indizível que está tão presente no sofrimento vivido por pessoas LGBT e nas respostas dos serviços públicos destinados a lidar com ele. Do discurso legitimado ao discurso silenciado me propus a ouvir o inconfessável, não como psicóloga ou à luz das teorias do campo “psi”, mas a partir das teorias sócio-antropológicas a que tive acesso durante as aulas no Instituto de Medicina Social/IMS/UERJ e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ). Na disciplina que cursei no Museu Nacional/MN/UFRJ – “Antropologia das Emoções: Sentidos

<sup>19</sup> Não é possível afirmar com precisão o número de crimes de homofobia, em função de não possuírem uma categoria própria nas estatísticas oficiais do país. No Estado do Rio de Janeiro, isso só foi implantado em meados de 2009. Podemos citar pesquisas realizadas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que apontam dados obtidos em fatos noticiados pela imprensa no período entre 1980 e 2006, quando 2.745 integrantes da *comunidade GLBT* foram assassinados no Brasil. Isto equivale a aproximadamente 105 assassinatos por ano ou quase dez mortes por mês. Cabe ressaltar, no entanto, que estes números podem não refletir a realidade, pois se referem apenas aos crimes de homofobia ocorridos no país que foram divulgados, desta forma, pela mídia em relação aos quais se supõem terem sido motivados por homofobia. Para mais informações, ver Mott (2000 e 2002) e Mott & Cerqueira (2001). Ver, também, o *Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais*, 2008. Para apreciação do modo como a mídia trata desse tipo de violência letal, ver Lacerda (2006).

<sup>20</sup> Esta escolha foi feita pelo *site TripOutGayTravel* e pelo canal americano Logo, da MTV voltado para o público LGBT. Nesta disputa, o Rio de Janeiro superou Barcelona (Espanha), Buenos Aires (Argentina), Londres (Inglaterra), Montreal (Canadá) e Sydney (Austrália) e recebeu mais de cem mil votos computados pelo site. Em setembro de 2010, diante da indicação do Rio para concorrer à categoria “destino mais sexy” do planeta, o Secretário Municipal de Turismo e presidente da RIOTUR declarou para entrevista em jornal de grande circulação: “o Rio vai se firmando como um destino *gay friendly* de ponta [...] isso se identifica com a natureza da cidade festiva, mas também acolhedora e hospitaleira. Aqui as mais diversas tribos convivem em harmonia”.

<sup>21</sup> Para aprofundamento, ver pesquisas quantitativas sobre violência e discriminação homofóbicas realizadas nas Paradas do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro (Carrara, Ramos, Caetano, 2003; Carrara e Ramos, 2005).

sociais do sofrimento”, descobri autores que também pesquisaram sobre os sentidos do silêncio em contextos diversos. A análise destes trabalhos fundamentou teoricamente as questões aqui levantadas e norteou as conclusões desta pesquisa.

\*\*\*

A antropóloga indiana Veena Das (2007) em seu livro intitulado *Life and Words: violence and the descent into the ordinary* traz como conceitos centrais a voz e o cotidiano. Discute a violência espetacular e a violência no tecido cotidiano, mas seu grande interesse é a volta ao ordinário<sup>22</sup>, o que acontece ao sujeito e ao mundo quando a memória dos momentos de horror é arquivada nas relações interpessoais, contaminando-as. A autora analisa o lastro de poluição que se inscreve nos sujeitos e em seu meio após o ato de violência sofrida. Afirma que, nestes momentos tão frágeis, é possível que uma pessoa fique “sem voz”, não no sentido de não ter palavras, mas no sentido de as palavras tornarem-se congeladas, entorpecidas, sem vida. Descreve, então, pessoas que escolheram ficar mudas, que suprimiram suas vozes para proteger a si mesmas.

No caso da homofobia, interessa-me o que ocorre quando esta violência se origina e se perpetua no seio das relações mais íntimas e qual a resposta possível diante deste sofrimento: o silêncio ou a denúncia. As narrativas construídas na arena pública sobre o extraordinário, o que se ouve na mídia, o que se lê nos Boletins de Ocorrência das delegacias de polícia, o que se registra nos serviços de acolhimento às vítimas de violência<sup>23</sup>, utilizam o idioma político, um discurso mais legítimo neste cenário público. É muito comum encontrar “narrativas congeladas” que obedecem às marcas de sentido, de eficácia e de empatia. Mas mesmo neste tipo de narrativa, podem-se observar resíduos que não são alcançados pela fala, que não podem ser ditos, porque se o forem, perdem a força. Veena Das (2008) aponta que tanto na fala, como no silêncio, há um resíduo que não vai ser explicado, que não deve ser traduzido. Traduzir certos tipos de dores, falar sobre elas, é da ordem do impossível. Afirma que a dimensão do silêncio é a dimensão do que é humano e que, portanto, as pessoas “falam” com palavras, pausas e silêncios. Ao se interessar pelas trajetórias passíveis de reordenarização do extraordinário, ou seja, quando o sujeito sai do evento não porque ele acabou, mas porque é

---

<sup>22</sup> A autora chama de *ordinários* os fatos da vida cotidiana e de *eventos extraordinários* os atos de violência sofridos ou os acontecimentos marcantes da vida de uma pessoa.

<sup>23</sup> Refiro-me aqui a dispositivos como os Centros de Referência LGBT e ao Disque Cidadania LGBT, ambos do *Programa Rio sem Homofobia*; ao Disque 100, serviço telefônico de proteção a vítimas de violência, vinculado à SEDH-PR; ou ainda à Ouvidoria da SEASDH/ RJ.

necessário sair deste engolfamento, a autora destaca que o evento passa, então, para um plano que pode ser o de nunca mais ser falado ou de ser falado através de outras linguagens, através de metáforas, através do silêncio. Esta é a dimensão poética que isola o extraordinário para não poluir ou contaminar o ordinário. Das interessa-se ainda pelo trabalho do tempo que possibilita diversas camadas narrativas; trata-se de um trabalho de “moralização” do que pode e do que não pode acontecer e aparecer no ordinário. No entanto, esta separação está sempre em risco; há sempre o perigo do ordinário ser “borrado” com a volta do extraordinário, de se romper com o silêncio.

Outra autora que oferece importante contribuição para embasar esta pesquisa é a antropóloga Fiona Ross (2001) que discute no texto *Speech and Silence* a leitura que se faz na arena pública das narrativas individuais sobre sofrimento. Interessa-me, então, analisar no confronto entre um discurso midiático e “legítimo” e a manifestação subjetiva da dor, qual é a escuta possível dos técnicos que atendem pessoas LGBT; se esta escuta permite ou favorece uma interação que possa abrir espaço para o relato da violência sofrida. Traçando um paralelo entre o testemunho de mulheres da África do Sul a respeito de situações de repressão, violência e violação dos direitos humanos durante o estado de *apartheid* e a violência homofóbica, sugiro que há fortes razões culturais e sociais para as mulheres, assim como para pessoas LGBT, não contarem suas experiências de sofrimento. Onde há lugar para este sofrimento? Ross analisa, então, o silêncio em dois planos – do que não é dito e do que não é percebido. Avalia que o silêncio não é o que está no lugar da fala, da fala que coloniza, que depura as falas que valem das que não valem. Defende que o silêncio tem estatuto próprio, onde o que se cala não é o que fica oculto, mas o que tem que ficar neste lugar do silêncio.

No contexto atual, onde no campo do Direito, o reconhecimento e a reparação encontram-se presentes nas relações sociais (exemplo disso é a própria implantação dos Centros de Referência LGBT em cujo quadro técnico figuram advogados) comumente avalia-se que o silêncio – o que não pode ser ou o que não é dito – é mais uma forma de violência. Veena Das e Fiona Ross apresentam outro ponto de vista. Destacam uma hierarquia entre as diversas formas de fala e de silêncio, o que significa que não existem oscilações entre fala e silêncio, mas sim, grandes cenas de fala e grandes cenas de silêncio, como se houvesse um acordo entre os silêncios e os ouvidos em relação ao que realmente importa. Esse silêncio pode ser reconhecido como uma linguagem e a maneira de se contar uma experiência, as cadências, os *gaps* entre as fragilidades das palavras, determina como esta será escutada e como a atenção será diferentemente focada. A relação entre palavras, silêncios e sentido, interesse central de Fiona Ross, sugere que o que é tomado pelo silêncio é ele próprio

compreensível, portanto, não cabe arrancar palavras que revelem o sentido das experiências relatadas, mas sim reformular o contexto no qual o silêncio passe a ter significado. O reconhecimento da dor pode depender do reconhecimento do significado e da validade do silêncio como um modo particular de comunicar uma experiência. Acreditar que o mundo é conhecido somente através das palavras e que, portanto, é fundamental dar voz, talvez de forma padronizada, para quem não tem voz, considerando que não ter voz é ser desprovido de linguagem e ser incapaz de se comunicar, é não levar em conta que o silêncio sobre situações de violência pode ser um ato de agenciamento consciente. Esta construção de agenciamento não repousa na competência lingüística, mas na recusa de dar palavras às experiências, guardando-as dentro de si, silenciando-as.

A pesquisa do sociólogo austríaco Michael Pollak (1990a), que constitui o silêncio em um objeto de reflexão ao entrevistar mulheres sobreviventes do campo de concentração nazista Auschwitz-Birkenau, na Polônia, também foi usada na fundamentação deste trabalho. Seu interesse não se concentra apenas no conteúdo dos relatos e indica que silenciar sobre o passado pode ser uma forma de lidar, suportar ou superar aquele passado. Além disso, o silêncio parece se impor para evitar a censura dirigida às pessoas afetivamente importantes. O autor estabelece uma conexão entre memória e identidade, entre o dizível e o indizível e enfatiza que o silêncio escolhido como modo de gestão da identidade produz um acomodamento com o círculo atual de relações sociais, assim como representa uma recusa em julgar a experiência vivida e os envolvidos nesta experiência, principalmente, quando se trata de pessoas muito próximas. As dificuldades e bloqueios que aparecem ao longo de um relato, não são decorrentes da falta de memória ou do esquecimento, mas representam uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir sua história. As zonas de sombra, silêncios e “não ditos” que existem nas lembranças, delimitam fronteiras com o esquecimento definitivo, as quais estão em constante deslocamento. Romper, portanto, com o silêncio deve ser uma decisão do sujeito da experiência, da sua disponibilidade de determinar o que poderá ser dizível.

Partindo destes fios condutores, que auxiliaram na elaboração dos eixos desta pesquisa, acrescentei as contribuições advindas da banca de qualificação do projeto que levantou várias questões pertinentes para a análise posterior do material coletado no campo. Questões metodológicas relacionadas à qualidade do silêncio que interessava para esta investigação e se o silêncio correspondia ao indizível descrito por Pollak. No caso da fala, da denúncia, destacou-se a construção da categoria do sujeito moral que é obrigado a falar, que é obrigado a revelar-se. O lugar moral da fala que traz para a cena certo sujeito emancipado que

fala de si, que fala da violência. Então, no decorrer das entrevistas, passei a observar como as pessoas falam e como não falam; como se construiu o projeto de falar ou de silenciar e o que cada entrevistado chama ou entende por violência. Finalmente, a categoria do “inescutável” foi sugerida como objeto de investigação no lugar do “indizível”. Neste ponto, vale destacar que um dos eixos deste trabalho refere-se às políticas públicas voltadas para a população LGBT, portanto, uma das estratégias metodológicas foi entrevistar os profissionais que trabalham nos novos dispositivos públicos destinados a acolher as queixas de violência homofóbica e analisar como escutam estas demandas. O “indizível” presente nas narrativas de pessoas LGBT e o “inescutável” observado nas narrativas dos técnicos serviram, portanto, como duas categorias de análise.

Sendo assim, esta dissertação foi organizada em quatro capítulos. O primeiro apresenta os três campos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, descrevendo a especificidade de cada um no que se refere à estrutura física e funcional e a minha entrada como pesquisadora. Apresenta, ainda, o perfil dos entrevistados que pude acessar através deles.

O segundo capítulo traz uma reflexão sobre as narrativas de dor e sofrimento de pessoas LGBT em relação ao momento em que “se descobrem” atraídos por outras do mesmo sexo ou passam a viver grandes conflitos em decorrência de sua identidade de gênero. O silêncio diante desta descoberta e as diversas formas de lidar com uma *identidade indizível*, segundo Pollak, são analisados a partir de lembranças do passado e de enfrentamentos vividos cotidianamente nas relações interpessoais.

No terceiro capítulo seleciono duas entrevistas, a primeira com uma mulher transexual e outra com um homem gay, a fim de discutir suas trajetórias de vida, marcadas por camadas de silêncio que foram se sobrepondo à dor vivenciada em diversas ocasiões. Em ambos os casos, o sofrimento que tiveram que enfrentar na infância foi mais tarde reencenado ao se verem diante de situações de violência homofóbica, que decidiram então denunciar. As duas narrativas apresentam grandes cenas de silêncio e de fala, tais como observadas por Das, Ross e Pollak, determinando o que, naquele momento da entrevista, pôde ser dizível ou indizível.

O quarto capítulo concentra-se na discussão dos dispositivos públicos voltados para as pessoas LGBT, implantados no Estado do Rio de Janeiro, considerando o tema da violência homofóbica. Utilizo as contribuições do sociólogo argentino Ernesto Meccia (2011) para analisar o discurso legitimado dos direitos que vem se fortalecendo na arena política nos últimos anos e o que isso representa quando se trata da violência e do silêncio presentes em torno dela. A partir dos dados de pesquisas e do levantamento dos atendimentos realizados

pelos Centros de Referência LGBT, avalio as explicações apresentadas pelos técnicos para a forma silenciosa de se viver a homofobia, mesmo num cenário onde se multiplicam os espaços de escuta.

## **1 ONDE ESCUTAR O SILÊNCIO: A ESCOLHA E DEFINIÇÃO DOS CAMPOS PARA A PESQUISA**

A escolha do campo para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessariamente atravessada por uma questão importante a respeito de seu foco central, o silêncio em relação à experiência de violência, discriminação e preconceito. Onde seria possível ouvir o indizível, se é que isso é realmente possível?

Para facilitar o acesso aos entrevistados, levei em conta, como locais privilegiados, os serviços voltados para o atendimento e cuidado às pessoas LGBT em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro. A implantação de dez Centros de Referência prevista pela gestão pública encontra-se ainda em curso e, em 2010, quando iniciei meu trabalho, apenas um deles estava funcionando, localizado no município de Nova Friburgo. Este foi, então, selecionado como o primeiro campo da pesquisa.

No início de 2011, um novo Centro de Referência começou a funcionar na capital e avaliei a importância de incluí-lo como um segundo campo, por se tratar de um dispositivo estratégico ao assumir o atendimento de toda a região metropolitana do Rio, onde se constata o maior índice de violência homofóbica do estado.

Por fim, ainda no primeiro semestre de 2011, transferei minha matrícula de psicóloga concursada da Secretaria Estadual de Saúde para o Hospital Universitário Pedro Ernesto/HUPE/UERJ, mais especificamente para o Ambulatório de Cirurgia Reconstructora Genital do Serviço de Urologia, onde funciona o Programa GEN, que atende pessoas transexuais e ousei acrescentar este terceiro campo da pesquisa.

A partir dessas escolhas, surge outra questão fundamental: é possível investigar o silêncio em lugares destinados justamente a rompê-lo? Lugar que as pessoas, em princípio, procuram para falar e onde são incitadas a denunciar. A aposta nesta possibilidade estava colocada e dei início, então, à pesquisa.

### **1.1 Primeiro campo: Centro de Referência Regional de Promoção da Cidadania LGBT Hanna Suzart**

O Centro de Referência de Nova Friburgo localiza-se em um município que tem aproximadamente 200.000 habitantes e situa-se a 133,2 km da capital. Por ser um Centro

Regional, sua atuação abrange treze municípios<sup>24</sup> da Região Serrana, o que equivale a uma população de 523.327 habitantes.

A informação disponível no site da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR)<sup>25</sup> divulgava que este Centro de Referência tinha sido implantado em 2006, sendo o pioneiro no estado. Mas, ao fazer contato em maio de 2010 para marcar uma entrevista<sup>26</sup>, sua coordenadora esclareceu que ainda estavam se preparando para a inauguração que ocorreria em junho daquele ano. Solicitou, portanto, que fizesse novo contato no próximo mês. A inauguração foi adiada para 23 de agosto e a primeira visita só foi possível em 14 de setembro, após vários telefonemas e o cancelamento de uma visita agendada para 31 de agosto. Neste período, estavam todos muito ocupados e envolvidos, inicialmente, com a inauguração e, depois, com a capacitação da equipe e o planejamento do trabalho.

Na etapa exploratória da pesquisa, durante o período de setembro a dezembro de 2010, foram feitas quatro visitas a este Centro de Referência, que duraram em média seis horas e tiveram como objetivos principais apresentar a pesquisa, entrevistar a coordenadora para colher informações sobre a história do serviço e fazer as primeiras aproximações necessárias ao trabalho de campo.

Tanto nos contatos telefônicos que precederam minha primeira visita ao Centro de Referência, quanto em todos os demais momentos em que lá estive, fui sempre recebida com muita simpatia, respeito e disponibilidade. Não só a coordenadora, mas também alguns membros da equipe demonstraram um misto de surpresa e orgulho, pela escolha do Centro para campo de uma pesquisa vinculada a uma universidade da capital.

Após a viagem de ônibus, de duas horas e meia, cercada pela paisagem exuberante da serra, cheguei a Nova Friburgo, numa manhã muito fria, característica do clima daquela região. O Centro de Referência situa-se numa construção onde funcionava a antiga rodoviária, no centro da cidade, ao lado da Prefeitura Municipal. Neste local estão instalados outros

---

<sup>24</sup> Os municípios que são atendidos pelo Centro de Referência Regional são: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

<sup>25</sup> Órgão do Governo Federal, responsável pelo *Programa Brasil sem Homofobia*. A consulta ao site foi realizada em 02 de maio de 2010.

<sup>26</sup> O meu acesso a este serviço foi promovido por uma colega de Doutorado do Instituto de Medicina Social/ IMS/ UERJ, residente de Nova Friburgo, que conhecia a coordenadora do Centro de Referência e o trabalho desenvolvido. Isto facilitou significativamente o contato inicial, minimizando as resistências encontradas.

serviços públicos municipais<sup>27</sup>, mas o espaço físico destinado ao Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBT Hanna Suzart é um dos maiores. Ocupa dois andares da parte dos fundos (térreo e sobreloja), voltado para uma área de circulação interna. No entanto, em todas as vezes que estive em Nova Friburgo, fiz questão de perguntar para diferentes pessoas (taxistas, amigos residentes do município, comerciantes) se conheciam o serviço e ninguém sabia do que se tratava.

O local é muito acolhedor e bem cuidado. No térreo, encontram-se a recepção, com vários folders informativos sobre questões relacionadas aos direitos de pessoas LGBT ou propagandas de campanhas vinculadas ao tema e três salas para atendimento individual revestidas de material próprio para isolamento de som. No andar superior, fica a sala da coordenação, uma sala para atendimento em grupo, a cozinha, o banheiro e uma ampla sala onde a equipe se reúne<sup>28</sup> e onde funciona o setor administrativo. O mobiliário é novo e bem preservado, dando ao ambiente um aspecto agradável e harmonioso.

Na primeira entrevista, a coordenadora esclareceu a questão de o serviço estar sendo inaugurado em 2010, o que não condizia com as informações oficiais colhidas na internet, onde constava seu funcionamento desde 2006. Na verdade, a história do Centro de Referência tem início em 2005, quando o Governo Municipal abriu um espaço de discussão sobre o campo dos Direitos Humanos e aprovou a proposta apresentada pela militância feminista e LGBT local<sup>29</sup> no sentido de estabelecer políticas e ações relacionadas a estas temáticas. Em 2006, o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR), lançou edital para seleção de projetos com vistas à implantação de Centros de Referência LGBT no Brasil, como cumprimento de uma das metas do *Programa Brasil sem Homofobia* (2004). Nova Friburgo apresentou, então, a proposta de um Centro Regional, o projeto foi aprovado e o convênio entre as esferas municipal e federal foi assinado em dezembro de 2006<sup>30</sup>, com duração prevista para um ano. O repasse dos recursos federais<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> Na antiga rodoviária funcionam, além do Centro de Referência LGBT, o Centro de Referência da Mulher, o PROCON, o Balcão de Empregos, o Centro de Formação Profissional, a Defesa Civil, a Guarda Municipal, o Departamento de Postura Urbana (responsável pela liberação de alvarás para funcionamento comercial), o Escritório de Recolhimento de ISS e o CONDUZ (setor de transporte para deficientes físicos).

<sup>28</sup> Pelo relato colhido nas entrevistas com a equipe técnica, o trabalho interdisciplinar vem sendo realizado nos atendimentos conjuntos ou na discussão de casos, quando os diferentes profissionais partilham suas avaliações e decidem as estratégias a serem adotadas em cada situação. Há reuniões de equipe para planejamento das atividades de construção de uma rede regional ou dos atendimentos itinerantes.

<sup>29</sup> Nesta época, havia em Nova Friburgo duas ONGs ligadas à militância feminista e LGBT: AMORES e o GRUPO PLURALIDADE SERRANA (GPS). A coordenadora do Centro de Referência fazia parte da diretoria da ONG AMORES e relata que por ser lésbica e feminista, sempre atuou nestes movimentos sociais. Foi convidada, então, em 2006, a fazer parte da gestão pública e ajudou a implantar, inicialmente, o Centro de Referência da Mulher.

<sup>30</sup> Por isso a data que consta no site da SEDH-PR em relação a este Centro de Referência é 2006. Outros municípios do Estado do Rio de Janeiro apresentaram projetos neste edital, mas não foram aprovados na seleção.

foi feito de acordo com o prazo determinado no convênio, mas a prefeitura não conseguia alugar um imóvel para implantar o serviço. Sendo assim, somente em agosto de 2007, o Centro de Referência Regional de Promoção da Cidadania LGBT – Hanna Suzart foi inaugurado, ocupando três salas de uma ampla casa onde funcionava a Secretaria Municipal Pró-Cidade<sup>32</sup>. Neste período, as ações foram incipientes e, segundo avaliação da coordenadora, a localização do serviço dificultava o acesso das pessoas LGBT, que além de desconhecerem a proposta, não se sentiam acolhidas, em geral, nos espaços públicos, evitando assim uma maior aproximação.

Em maio do ano seguinte, o contrato de locação da casa onde funcionava o Centro de Referência LGBT foi encerrado e, por questões políticas, a coordenadora foi exonerada. Ela, então, fundou a ONG MOVER-SE – Movimento da Diversidade Sexual na Serra – que conseguiu através de grande mobilização e pressão garantir outro espaço<sup>33</sup> para instalar o Centro de Referência LGBT e monitorar seu funcionamento, evitando assim que o projeto fosse interrompido.

Com as eleições municipais no segundo semestre de 2008, o candidato vinculado à administração municipal não se elegeu e venceu um ex-prefeito do município, na época com 83 anos de idade. A Secretaria Pró-Cidade foi extinta e criou-se a Secretaria Municipal de Assistência Social, em cuja estrutura encontra-se ainda hoje o Centro de Referência LGBT. A MOVER-SE, então, procurou o Secretário de Assistência Social, explicou a proposta do Centro e cobrou a continuidade do projeto. Em janeiro de 2009, enfim, a coordenadora reassumiu suas funções e com o término do convênio com o governo federal em dezembro de 2008, o município passou a buscar recursos junto ao governo do estado. Um novo convênio foi assinado em dezembro de 2009, com duração prevista para dois anos; uma nova equipe técnica foi contratada e capacitada e o novo espaço físico ampliado foi inaugurado em 2010, agora já fazendo parte do *Programa Estadual Rio sem Homofobia*.

---

<sup>30</sup>De acordo com o estabelecido no convênio, conforme explicou a coordenadora, o governo federal destinou 90% dos recursos previstos para a implantação do serviço, enquanto coube à prefeitura os 10% restantes, incluindo como uma das atribuições da esfera municipal a locação de um imóvel para instalar o Centro de Referência LGBT.

<sup>31</sup>No organograma municipal, o Centro de Referência LGBT passou a integrar a Secretaria Municipal Pró-Cidade, “responsável também pelo logradouro e pelo cemitério” (sic). Segundo informação da coordenadora, isto indicava que não havia ainda no município uma política efetiva voltada para os Direitos Humanos e para o desenvolvimento de ações específicas ao tema, o que ocorreu somente no fim de 2007, a partir da elaboração do novo Plano Diretor Municipal, quando esta Secretaria, então, assumiu formalmente a área de Direitos Humanos.

<sup>32</sup> Segundo relato da coordenadora, o mobiliário do Centro de Referência foi transferido para apenas uma sala do espaço onde funcionava o Projeto Municipal Pró Jovem, mas ali não havia praticamente nenhum atendimento às pessoas LGBT. Em 2009, com o novo convênio, o Centro de Referência passou, então, a ocupar todo o espaço antes usado pelo Pró Jovem que foi desativado, local onde funciona até hoje.

Durante esta primeira visita, fui apresentada aos profissionais da equipe<sup>34</sup> - apenas a psicóloga não estava presente – e pude explicar os objetivos da pesquisa e a metodologia a ser adotada. Todos se colocaram à disposição para colaborar e não manifestaram nenhum problema em relação ao meu acesso aos prontuários, à participação em atendimentos e às entrevistas com usuários<sup>35</sup> e técnicos. Combinamos então que, no início de outubro, eu voltaria para dar início à pesquisa, avaliando com a equipe e através de consulta aos prontuários os casos a serem selecionados.

Ao retornar a Nova Friburgo, em 05 de outubro de 2010, conforme estava agendado, a cidade encontrava-se sob novo panorama político e a recepção no Centro de Referência foi tensa e confusa. O prefeito sofrera um acidente em viagem de férias no exterior, estava hospitalizado e o vice-prefeito havia assumido o cargo. Como ele era de partido de oposição ao prefeito, enfrentava sérias pressões políticas. No entanto, para o Centro de Referência LGBT esta situação mostrava-se muito favorável, visto que o vice-prefeito foi sempre um aliado e incentivador de suas ações. Esta poderia ser uma grande oportunidade para fortalecer o trabalho desenvolvido.

Por outro lado, a coordenadora, após passar estas informações otimistas sobre a política local, demonstrou certo constrangimento em alterar os planos previstos para este encontro. Explicou que antes de acessar os prontuários e/ou entrevistar alguém, eu deveria levar uma carta de apresentação formal da UERJ e aprovar meu projeto no Comitê de Ética da Universidade<sup>36</sup>, enquanto iria comunicar oficialmente à Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDir/ SEASDH) sobre a pesquisa a ser realizada, respeitando assim o convênio estabelecido. Solicitou, inclusive, que eu discutisse com toda a equipe a questão do sigilo das informações contidas nos prontuários, para definir como encaminhar o trabalho.

Embora fosse natural e de praxe tudo o que estava sendo exigido naquele momento, não pude deixar de me surpreender com esta nova postura da coordenação que contrastava bastante com a da primeira visita. Havia apenas um mês, a atitude tinha sido de descontração e demonstrado que todas as portas pareciam abertas sem que fosse necessário bater. Agora, desculpando-se por não ter me avisado das novas regras antes que eu me deslocasse até Nova

---

<sup>33</sup>Na época desta visita, setembro de 2010, a equipe era constituída por uma psicóloga, uma assistente social, um advogado, um técnico administrativo e um assessor da coordenação, formado em Jornalismo, além da coordenadora. A segurança e a limpeza ficavam a cargo de empresas terceirizadas que prestavam serviços para todos os órgãos em funcionamento no local.

<sup>34</sup>O termo usuário refere-se ao indivíduo que faz uso de um serviço de utilidade pública, como no caso dos Centros de Referência. Nos serviços de saúde, onde também se emprega este termo, o mais comumente usado é paciente.

<sup>35</sup>O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do IMS/UERJ em 22 de fevereiro de 2011.

Friburgo, ela parecia convicta de que precisava manter certos “cuidados” em relação à pesquisa.

Mas, a viagem não foi em vão. Enquanto conversávamos, a coordenadora comentou que é hipertensa e vinha passando mal há vários dias. Queixava-se de mal-estar e eu insisti para que fosse ao hospital. Como ninguém da equipe podia acompanhá-la e ela morava sozinha na cidade, ofereci-me para levá-la à emergência municipal. No caminho e durante a espera do atendimento, conversamos muito sobre vários assuntos e o clima tenso que senti inicialmente foi se modificando. Ela foi atendida, a pressão estava muito alta e teve que ficar em observação.

Voltei, então, ao serviço para pegar meu material e me despedir da equipe. Conheci a psicóloga e conversamos rapidamente. Os técnicos estavam preocupados, pois havia uma reunião marcada para aquela tarde com a equipe da I Vara da Infância, Juventude, Idoso e de Família da Comarca de Nova Friburgo e, diante da ausência da coordenadora, estavam em dúvida se deveriam mantê-la. A assistente social argumentou que ela havia agendado este encontro com a colega da Justiça para começarem a discutir ações conjuntas entre as equipes, num processo de construção de uma rede intersetorial. Seria um momento de apresentação do trabalho do Centro de Referência e isto a equipe poderia fazer sem a presença da coordenadora. A reunião foi mantida, mas para surpresa de todos, não foi só a assistente social da Justiça que compareceu, estavam presentes o próprio juiz, a psicóloga, a comissária de justiça e até o motorista.

Comuniquei que estava de saída, despedindo-me de todos, mas a assistente social do Centro insistiu muito, diante dos convidados, para que eu ficasse. Na visita anterior, a equipe e a coordenadora haviam me falado desta reunião e me convidado a participar, agora, depois da conversa com a coordenação, já não sabia se ainda era conveniente a minha presença naquela atividade institucional. Mas, não tendo como me esquivar, fui apresentada com muito orgulho pela assistente social que fez questão de enfatizar, principalmente diante do juiz, a importância do trabalho pioneiro do Centro de Referência que atraía, inclusive, pesquisadores da capital. Todos manifestaram surpresa e satisfação, pois desconheciam totalmente a proposta do Centro, assim como a política estadual de combate à homofobia, e gostaram de saber do destaque de Nova Friburgo neste campo.

A reunião transcorreu de forma tranquila. A assistente social do Centro de Referência assumiu a condução do debate, explicando todas as ações do serviço e ressaltando a necessidade de parceria com a Justiça. Embora o advogado da equipe estivesse presente, sua participação foi bem restrita. Mesmo tentando me manter no lugar de observadora, apresentei

algumas informações sobre dados de homofobia na escola e do *Programa Estadual Rio sem Homofobia*.

Após duas horas de reunião, a coordenadora chegou do hospital, desculpou-se pelo atraso e participou até o fim. Não demonstrou nenhum incômodo com a minha presença e avalio que a discussão foi profícua, estabelecendo várias estratégias de ação entre os dois dispositivos, principalmente junto às escolas municipais.

Mas, a grande surpresa se deu ao final do encontro, quando o juiz apresentou o motorista da sua equipe, que até então só havia falado seu nome e permanecera calado, e este fez um depoimento emocionado. Explicou que pertencia a uma igreja evangélica e que era uma pessoa muito preconceituosa, no entanto agradecia a oportunidade de ter assistido à reunião, pois tinha aprendido muito. Depois de tudo que ouvira, mudaria sua postura e, inclusive, levaria para os membros da igreja as informações que recebera.

Quando os convidados saíram, ficamos ainda quase uma hora conversando e avaliando a reunião, num clima de alegria com o sucesso do encontro.

Retornei a Nova Friburgo mais duas vezes em dezembro de 2010. No início do mês, entreguei a carta de apresentação da UERJ e a coordenadora me atualizou a respeito da situação política do município. O prefeito eleito não reassumiu o cargo e o vice tomou posse oficialmente. Houve mudança em todo o secretariado e isto inviabilizou a execução das ações previstas em outubro na reunião com a equipe da Vara de Família. Embora estes fatos a tivessem deixado desanimada, a coordenadora afirmou que estavam recebendo novos casos no Centro de Referência, o que a deixava muito satisfeita. Discuti os casos comigo e não demonstrou mais nenhuma resistência em relação à pesquisa. Ao final deste encontro, fui convidada para voltar na semana seguinte a fim de participar da festa de encerramento do ano, quando poderia, então, conhecer os usuários do Centro e os profissionais de outros setores da prefeitura e também de outros municípios da região que integram a rede de cuidado às pessoas LGBT.

Se na visita anterior a Nova Friburgo já foi possível sentir uma abertura bem favorável às próximas etapas da pesquisa de campo, com a participação na festa de fim de ano, a relação se tornou ainda mais próxima. Fiz contato com usuários e conheci militantes de uma ONG LGBT de Teresópolis que faziam um trabalho conjunto com o Centro de Referência<sup>37</sup>.

O passo seguinte seria iniciar as entrevistas, o que aconteceria em janeiro de 2011. No

---

<sup>36</sup> No município de Teresópolis concentra-se o maior índice de violência homofóbica da Região Serrana, segundo relato da coordenadora do Centro de Referência LGBT de Nova Friburgo. A prefeitura de Teresópolis assinou um Termo de Parceria com o Centro de Referência Regional, mas não nomeou nenhuma equipe ou funcionário para realizar as ações previstas, que ficam a cargo da ONG Grupo Diversidade Serrana.

entanto, a catástrofe das chuvas e dos deslizamentos de terra que assolou Nova Friburgo, no início do ano, deixou um lastro de mortos, desaparecidos e desabrigados. As estradas ficaram interditadas por alguns dias e a comunicação por telefone foi interrompida. As imagens apresentadas na TV chocavam a população do país e houve uma mobilização intensa para socorrer os sobreviventes. Frente a este cenário assustador, quando consegui estabelecer contato com a coordenadora do Centro de Referência, soube que toda a equipe estava envolvida nos trabalhos de salvamento e cuidado às vítimas das chuvas. Não havia previsão de retomada das atividades, inclusive porque toda a avenida central da cidade, onde se localiza o serviço, estava coberta de lama.

Este foi, sem dúvida, o momento de maior tensão que enfrentei durante a pesquisa. A cidade demorou muito tempo para se recuperar da destruição provocada pela chuva e, ao voltar a Nova Friburgo quase seis meses depois, ainda eram visíveis as marcas deixadas em todos os moradores. O Centro de Referência já tinha retomado as atividades e fui convidada para assistir ao II Encontro Regional Serrano de Enfrentamento da Homofobia e Cidadania LGBT, em 31 de maio de 2011. Por conta da organização deste evento, a equipe não esteve disponível antes para começarmos as entrevistas. O Encontro reuniu diversas autoridades locais, a equipe da SUPERDir e onze municípios da região mandaram representantes. O auditório estava lotado, a discussão dos temas propostos foi interessante e em todas as falas a catástrofe das chuvas foi lembrada<sup>38</sup>.

No dia seguinte, finalmente, entrevistei três técnicos da equipe<sup>39</sup>, na sala de atendimento individual do próprio Centro. A entrevista com a nova advogada foi a mais tensa, pois a conheci neste dia e era visível o seu desconforto. Agendamos para o final de junho as demais entrevistas e solicitei que pudessem indicar usuários do serviço para serem entrevistados.

Só consegui retornar em 29 de junho de 2011, quando entrevistei a coordenadora e a auxiliar administrativa, mas ainda não haviam selecionado nenhum usuário para participar da pesquisa.

Isto, enfim, só aconteceu em 13 de setembro quando também entrevistei o técnico administrativo que estava de férias em junho. Importante destacar que neste ano, devido à II

---

<sup>37</sup> Veena Das (2007), ao falar da violência e da dor provocadas pelos eventos espetaculares ou extraordinários, destaca que a memória do horror é arquivada nas relações interpessoais. Impregnada pelos textos da autora que norteiam teoricamente esta dissertação, refletia sobre como seria possível para os sobreviventes de Nova Friburgo voltar à vida ordinária. O que representaria para cada sujeito que perdeu familiares, amigos, vizinhos, bens e projetos de vida recomeçar e, ao mesmo tempo, conviver com os fantasmas presentes nestas lembranças?

<sup>38</sup> Neste momento, a equipe já estava modificada. O advogado foi substituído, o assessor da coordenação saiu e o Centro de Referência agora contava com uma auxiliar administrativa.

Conferência de Políticas Públicas para LGBT, as equipes dos Centros de Referência estiveram muito ocupadas na preparação do evento e isto dificultou o agendamento das entrevistas. Em função de todos estes fatores, desisti de fazer pesquisa nos prontuários e observação dos atendimentos realizados pelos técnicos e contei apenas com as indicações e marcações feitas pelos profissionais para ter acesso aos usuários e entrevistá-los.

A coordenadora me explicou que a equipe fazia atendimentos itinerantes na região e no dia seguinte ela e a psicóloga haviam programado uma viagem a Teresópolis. A primeira iria participar de reunião com militantes e profissionais do outro município para planejamento de ações junto a gestores e ao público LGBT, enquanto a psicóloga iria atender alguns casos. Informou que dois usuários concordaram em participar da pesquisa a partir do convite da técnica. No entanto, o carro da prefeitura que estava marcado para levá-las ainda não tinha sido confirmado e se não pudessem contar com o veículo, não haveria viagem, como já havia acontecido outras vezes. Ofereci, então, levá-las no meu carro para não perder esta oportunidade do agendamento feito. Confirmamos assim a viagem para o dia seguinte; sairíamos de Nova Friburgo bem cedo. Em Teresópolis, estes atendimentos acontecem no espaço da Secretaria Municipal de Direitos da Mulher e fomos recebidas pelo presidente da ONG Grupo Diversidade Serrana, que conheci na festa de final de ano, e é o responsável pela articulação de ações voltadas para pessoas LGBT deste município.

O primeiro usuário agendado para a entrevista não compareceu, assim como o que teria atendimento com a psicóloga. Aguardamos mais de uma hora, quando chegou ao local um grupo de adolescentes que trazia uma demanda para a equipe do Centro em relação a situações de homofobia que estavam sofrendo na escola. A psicóloga foi atendê-los e me perguntou se poderia convidá-los para participarem da entrevista. Os cinco usuários presentes se colocaram à disposição, manifestando curiosidade e empolgação com a ideia de serem entrevistados. Disponibilizaram uma sala de aula para que fosse feito o trabalho e assim, meio por acaso, iniciei esta nova etapa do campo.

Após entrevistar o terceiro jovem deste grupo, a psicóloga do Centro de Referência me informou que a segunda usuária convidada a participar da pesquisa havia chegado no horário marcado e estava me aguardando. Expliquei a situação para os demais adolescentes que não pude entrevistar e ao término desta quarta entrevista, saí para lanche com a coordenadora de Nova Friburgo. Avaliamos os trabalhos do dia e nos despedimos. Eu retornava para o Rio de Janeiro com inúmeras questões sobre esta experiência. Questões relacionadas às narrativas dos usuários, suas trajetórias de vida marcadas por discriminação e sofrimento, e outras em relação ao desafio de me tornar pesquisadora e tratar de temas como a homofobia e o silêncio.

## 1.2 Segundo campo: Centro Metropolitano de Referência e Promoção de Cidadania LGBT do Rio de Janeiro

Instalado no Prédio da Estação Ferroviária da Central do Brasil, onde funciona a Secretaria Estadual de Segurança Pública, no centro do município do Rio de Janeiro, o Centro Metropolitano de Referência e Promoção da Cidadania LGBT contrasta com o de Nova Friburgo não só no que se refere ao espaço físico ocupado, mas principalmente em relação ao número de profissionais da equipe<sup>40</sup> e o de usuários atendidos, o que não deve causar espanto, considerando a abrangência da região coberta por este dispositivo que corresponde à população de mais de 11 milhões de habitantes.

O acesso ao Centro de Referência se dá pela entrada principal do edifício, onde todos – visitantes e profissionais - precisam apresentar documento de identificação para receberem um crachá que permita passar pela roleta e subir por um dos elevadores<sup>41</sup>. No hall do sétimo andar, onde foi implantado o serviço, há outro recepcionista que orienta as pessoas quanto ao local a que devem se dirigir, pois no mesmo corredor encontram-se as salas do Centro de Referência, do Disque Cidadania LGBT e do Programa de Combate à Intolerância Religiosa, dispositivos que compõem a estrutura da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDir), que também situa-se neste mesmo andar. Na porta dos elevadores e através do longo corredor onde ficam as várias salas dos serviços, as paredes são decoradas por grandes painéis coloridos com temas relacionados às ações da Superintendência. Importante, ainda, destacar que nas janelas externas deste andar do edifício foi instalada uma enorme faixa com as cores do arco-íris e o número de telefone do Disque Cidadania LGBT. Esta estratégia de divulgação, aliada a uma campanha publicitária veiculada na TV, rádio, outdoors, busdoors e folders, promovida em 2011, tem atraído muitos curiosos e interessados, aumentando consideravelmente a demanda.

Entra-se no Centro de Referência por uma recepção, onde se encontra uma secretária que encaminha os casos para os respectivos atendimentos. Esta pequena recepção se

---

<sup>39</sup> No momento da realização da pesquisa, a equipe técnica era formada por um coordenador, quatro gerentes, quatro assistentes sociais, quatro advogados e quatro psicólogos.

<sup>40</sup> Importante destacar as dificuldades relatadas pelos usuários e profissionais do Centro de Referência LGBT em relação à burocracia e formalidade no acesso ao interior deste prédio, pois ali funciona a Secretaria Estadual de Segurança Pública. Alguns usuários já foram impedidos de entrar por conta das roupas que usavam ou de documentos incompatíveis com sua identidade de gênero, quando se trata de travestis e transexuais. Nestes casos, a equipe é acionada para resolver o impasse, mas não consegue evitar o constrangimento sofrido pelos mesmos.

comunica de um lado com a sala da coordenação e de outro com a sala dos técnicos dividida em diversas baias com computadores. A outra porta de saída da sala dos técnicos liga-se a um pequeno corredor, onde se situa uma copa, um hall que se conecta a duas outras salas das gerentes e uma das portas da sala de espera, onde os usuários aguardam para serem atendidos. Esta sala de espera possui outra porta que dá acesso ao corredor externo e mais a quatro outras portas das salas de atendimento individual.

As salas da coordenação, das gerentes, dos técnicos e de espera são amplas, confortáveis e bem decoradas, contendo bastante material informativo sobre campanhas ou direitos de pessoas LGBT. As salas de atendimento são pequenas, possuem apenas uma mesa e duas cadeiras e as divisórias, sem revestimento acústico, não garantem privacidade.

A história deste Centro de Referência remonta à criação, em 2007, pelo governo do estado, da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDir) no âmbito da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Dirigida por um importante ativista da causa LGBT, a SUPERDir assumiu a responsabilidade de desenvolver políticas públicas voltadas para a defesa e proteção de pessoas que se encontram em situação de discriminação e/ou com seus direitos violados. Iniciou, então, suas ações junto à população LGBT, às pessoas discriminadas por estado de saúde (HIV/ AIDS, Tuberculose, Hepatites), às comunidades religiosas de matrizes africanas e às comunidades judaicas.

Com o compromisso de combater a homofobia e promover a cidadania LGBT, em junho de 2007, o governador do estado assinou o Decreto n° 40.822/07 que criou uma Câmara Técnica<sup>42</sup> cuja missão foi elaborar o *Programa Rio sem Homofobia*<sup>43</sup>, inspirado no *Programa Federal Brasil sem Homofobia* (2004). Dentre as ações previstas pelo Programa, destacou-se a implantação de um Disque Cidadania LGBT, serviço de atendimento telefônico 24 horas ininterruptas; de centros de referência para o combate à homofobia e proteção de direitos; de um núcleo de monitoramento técnico de crimes contra pessoas LGBT e de um conselho de direitos.

As estratégias de ações do *Programa Rio sem Homofobia* foram apresentadas e aprovadas na I Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT<sup>44</sup>, que aconteceu no

---

<sup>41</sup>De acordo com o decreto do governador, a Câmara Técnica foi composta por 28 membros, distribuídos entre representantes de universidades, organizações da sociedade civil, parlamentares estaduais e órgãos de Governo no âmbito da administração pública estadual e sua coordenação ficou a cargo da SUPERDir. A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), através de resolução, nomeou os membros da Câmara Técnica. Fui, então, nomeada como representante da Secretaria Estadual de Saúde (SES), conforme relatado na introdução.

<sup>42</sup> O *Programa Rio sem Homofobia* foi lançado oficialmente pelo governo do estado em 16 de maio de 2011.

<sup>43</sup> Participei da I Conferência Estadual e da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, em 2008, como delegada representante do Poder Público Executivo, pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). Nesta época, a sigla utilizada era GLBT e na Conferência Nacional foi aprovada a alteração para LGBT.

período de 16 a 18 de maio de 2008. No entanto, o processo de execução destas ações foi atravessado cotidianamente por tensões e a implantação destes dispositivos foi ocorrendo de forma gradativa, dependendo da vontade política e do comprometimento e empenho de diversos atores.

Em 28 de abril de 2010, foi assinado um convênio de apoio técnico entre SUPERDir e UERJ, e criou-se o *Programa de Extensão Laboratório de Diversidade Sexual, Políticas e Direitos (LIDIS)*, a partir de Ato Executivo do Reitor, tendo como objetivo principal promover a implantação, monitoramento e avaliação do *Programa Rio sem Homofobia*, suas ações e serviços. Desde então, o LIDIS participou de inúmeras reuniões com a SUPERDir, além de diversas outras ações, a fim de auxiliar no planejamento e implantação do Centro Metropolitano de Referência LGBT, que foi inaugurado oficialmente em julho de 2010.

Contratada em fevereiro de 2011, a equipe técnica<sup>45</sup> passou por capacitação e começou a atender às demandas espontâneas e às encaminhadas pelo Disque Cidadania LGBT, pela Ouvidoria da SEASDH ou ainda pelo Disque 100, ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal.

Quando o Centro de Referência iniciou plenamente suas atividades, no início de 2011, dadas às dificuldades por que passava Nova Friburgo, decidi incluí-lo como mais um campo desta pesquisa. A minha inserção neste espaço institucional, embora fosse facilitada pelos contatos que já possuía com várias pessoas desta equipe, inclusive com o superintendente e com o coordenador, por conta de trabalhos anteriores, também gerou preocupação e o cuidado em definir o meu lugar como pesquisadora.

Avalio que o meu perfil de técnica e gestora da saúde pública, integrante da Câmara Técnica do *Programa Rio sem Homofobia* e pesquisadora do IMS/UERJ, tenha marcado de alguma forma os relatos coletados junto aos profissionais do Centro Metropolitano. Em Nova Friburgo, onde eu era totalmente desconhecida, pude apresentar-me apenas como pesquisadora. No serviço da capital, alguns dos entrevistados eram conhecidos de longa data e outros eu tinha acabado de conhecer, mas todos sabiam da minha atuação anterior na política

---

<sup>45</sup> O Centro de Referência começou a funcionar, na realidade, em março de 2010 sem a contratação da equipe técnica própria. Os atendimentos eram realizados por parte da equipe do Centro de Referência de Nova Friburgo que se deslocava para o Rio de Janeiro ou por coordenadores e gerentes do Centro Metropolitano que, por serem cargos de confiança, já tinham sido escolhidos. No processo seletivo realizado pela UERJ e SUPERDir, entre janeiro e fevereiro de 2011, foram selecionados e contratados profissionais suficientes para compor as equipes do Centro de Referência da capital, o da Baixada I e o da Baixada II, estes ainda sem sede definida. Portanto, neste momento, a equipe que passou a atuar no Centro Metropolitano era composta por 21 profissionais, entre coordenadores, assessores técnicos, coordenador técnico, gerentes, advogados, assistentes sociais e psicólogos. Além deles, ainda foram contratados pessoal de apoio, limpeza e secretários. Previa-se a implantação destes outros dois Centros de Referência em 2010, mas o da Baixada I só foi inaugurado em agosto de 2011, em Duque de Caxias, tendo como área de abrangência os municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e Guapimirim. Enquanto o da Baixada II, a ser sediado em Nova Iguaçu, ainda não foi implantado.

pública voltada para pessoas LGBT. Não posso afirmar com certeza que isso tenha pesado na recusa de um dos técnicos em participar da entrevista e do reduzido número de indicações de usuários a serem entrevistados, porém isso não ocorreu nos outros dois campos.

Após a apresentação da pesquisa para o coordenador do Centro e para o Superintendente e a entrega das cartas de apresentação da UERJ<sup>46</sup>, marquei com uma das gerentes do serviço, a pedido do coordenador, para explicar a metodologia e solicitar o que fosse necessário.

Este encontro aconteceu no dia 05 de setembro de 2011<sup>47</sup> e ela se mostrou muito disponível para intermediar meu contato com a equipe técnica. Neste mesmo dia, conversou com os profissionais que estavam no serviço e realizei as duas primeiras entrevistas, já deixando agendado para o dia seguinte mais uma.

Do total de doze técnicos, entre advogados, psicólogos e assistentes sociais, consegui entrevistar dez, pois um disse que “preferia não participar” e outro estava de licença médica e não retornou a tempo. Todas as entrevistas foram feitas no próprio Centro de Referência, utilizando as salas de atendimento de usuários<sup>48</sup>. Concluí esta etapa em um mês, sendo que neste período houve casos de entrevistas desmarcadas na última hora, remarcadas e esquecidas. Mas todos que participaram demonstraram interesse pelo tema e satisfação por terem interrompido as atividades cotidianas para fazerem uma reflexão sobre o trabalho que vinham realizando. Até então não havia reuniões sistemáticas de equipe para avaliação das atividades e esta foi uma queixa constante em todas as entrevistas<sup>49</sup>.

Como já foi citado anteriormente, este ano foi extremamente conturbado também para a equipe do Centro Metropolitano de Referência em função da realização das Conferências de Políticas Públicas para LGBT, além da Parada de Orgulho LGBT e das ações de capacitação de gestores e profissionais de diversas áreas, como Educação, Segurança Pública, Saúde, Direitos Humanos, entre outras. Isto atrasou a agenda de entrevistas com os gerentes e com a coordenação, uma vez que eles se ocupavam bastante destas atividades externas ao serviço. Sendo assim, várias destas entrevistas foram desmarcadas e adiadas e finalmente consegui

---

<sup>46</sup> Esta carta foi solicitada pelo Superintendente da SUPERDir, mas eu fiz questão também de entregar uma para o coordenador do Centro de Referência.

<sup>47</sup> De fevereiro a setembro de 2011, mesmo com a equipe técnica já realizando atendimentos, não pude iniciar a pesquisa, pois o serviço ainda passava por um processo de implantação, com vários ajustes a serem feitos. Como membro do LIDIS, participei, neste período, de algumas reuniões com esta equipe

<sup>48</sup> Interessante destacar que, durante as entrevistas, todos se queixaram do barulho ouvido dentro da sala, vindo de outros espaços do Centro de Referência, principalmente da sala dos técnicos.

<sup>49</sup> Quanto ao trabalho interdisciplinar, os técnicos avaliam, durante a entrevista, que tentam realizá-lo na medida do possível, visto que discutem os casos entre si e/ou com as gerentes, além de fazerem atendimentos em dupla, quando necessário. No entanto, todos lamentam a falta de reunião de equipe para o planejamento e avaliação do trabalho.

concluir as cinco (quatro gerentes e um coordenador) em 01 de novembro de 2011.

Este fato também prejudicou o acesso aos usuários. Desde a apresentação da pesquisa e da metodologia a ser utilizada, deixei claro que precisava da indicação dos técnicos para entrevistá-los. No entanto, alguns profissionais demonstraram hesitação em relação a como proceder para fazer este contato. Uma das gerentes manifestou claramente sua oposição a tais entrevistas, argumentando que, na ficha inicial de identificação dos usuários, não estava prevista a pergunta sobre aceitar ou não participar de pesquisas acadêmicas ou de entrevistas para a mídia. Este era um ponto sobre o qual ela já tinha discutido com a coordenação do Centro e com a SUPERDir, mas ainda não havia uma solução. Diante disso, questionei o coordenador de como poderia resolver este impasse e ele explicou que não via nenhum problema em relação a este contato com os usuários e solicitou que outra gerente tomasse a frente deste processo. Mesmo assim precisei fazer vários contatos telefônicos para insistir nestas indicações até que consegui entrevistar dois usuários indicados por duas gerentes.

Portanto, no Centro Metropolitano de Referência LGBT, realizei quinze entrevistas com profissionais e duas com usuários, no período de 05 de setembro a 09 de novembro de 2011, das quais quinze foram feitas no próprio espaço institucional, onde estive durante onze tardes, e duas foram feitas fora do Centro de Referência, por solicitação dos entrevistados.

Todas as entrevistas com a equipe técnica foram longas, comparadas com as de Nova Friburgo, apesar de ter utilizado o mesmo roteiro. Acredito que a experiência anterior no primeiro campo tenha sido um dos fatores responsáveis por isso, além da experiência profissional ou como militante LGBT de grande parte da equipe da capital, que também contribuiu para o aprofundamento de questões levantadas durante a entrevista.

### **1.3 Terceiro campo: o Programa GEN**

O Programa GEN - Unidade de Atenção Especializada no Processo Transexualizador - funciona no Ambulatório de Cirurgia Reconstructora Genital do Serviço de Urologia do Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE/UERJ, no térreo do prédio onde se localizam os demais ambulatórios da instituição. O Serviço de Urologia atende adultos do sexo masculino e feminino e divide-se em diversas especialidades, distribuídas de segunda a sexta-feira, com equipes profissionais diferentes. O Ambulatório de Reconstrução Urogenital recebe a demanda de homens e mulheres que apresentem condições clínicas ou doenças na área da genitália e necessitem de procedimento reconstrutor, incluindo-se nestes casos a

transexualidade<sup>50</sup>. Portanto, este ambulatório não atende exclusivamente a transexuais e, no dia do seu funcionamento, uma manhã por semana, o fluxo de pacientes é muito intenso.

A estrutura física é extremamente precária, assim como a de todos os demais ambulatórios do hospital. Na sala de espera, todos aguardam pelo atendimento, que pode demorar horas, sentados em desconfortáveis bancos de madeira. A comunicação com os atendentes para a entrega do cartão de consulta ou para solicitar qualquer informação é feita através de uma pequena janela que fica trancada na maior parte do tempo. Do lado de dentro, sentado diante de uma mesa abaixo desta janela, em um espaço apertado e impróprio, o atendente nem sempre responde às insistentes batidas, só abrindo-a quando precisa chamar ou marcar um paciente, ou para pegar e entregar os cartões de marcação.

Ao lado desta janela, encontra-se a porta de entrada dos usuários que conduz a um estreito e curto corredor, onde fica o banheiro dos profissionais e três consultórios médicos. Esta porta também permanece trancada e é aberta apenas quando um profissional da equipe chama um paciente para ser atendido. Os consultórios são pequenos, separados por divisórias que não vedam a passagem do som e contam com mobiliário antigo e em péssimas condições de conservação<sup>51</sup>. O acesso exclusivo dos profissionais, onde então os pacientes não circulam, ocorre por um longo corredor nos fundos do prédio, no qual as portas dos diversos ambulatórios ficam destrancadas.

A equipe que atende neste ambulatório é composta pelo médico urologista<sup>52</sup>, professor adjunto da Faculdade de Ciências Médicas e responsável pelos Setores de Urologia Pediátrica e do Adolescente<sup>53</sup> e o de Reconstrução Urogenital; por uma psicóloga, com especialização em Psicologia Médica pelo HUPE/ UERJ, e por dois técnicos de enfermagem, que atuam como atendentes. Por ser um hospital universitário, o ambulatório conta também com alunos da graduação de Medicina a partir do quinto ano, com residentes de Urologia do segundo ano e com os alunos de iniciação científica, mestrados e doutorandos.

Os/as “pacientes transexuais”<sup>54</sup>, além de serem atendidos neste ambulatório que é a porta de entrada do Programa GEN, também passam por diversas outras especialidades do

---

<sup>50</sup> Para maior avaliação deste serviço, ver Arán & Murta, 2005.

<sup>51</sup> Em todos os consultórios há uma mesa com duas cadeiras, uma maca e uma pia. No maior deles, encontra-se o arquivo com os prontuários dos pacientes deste ambulatório e um armário de ferro e vidro, que deveria guardar medicamentos, mas que está sempre vazio. Há algumas cadeiras extras que são carregadas de uma sala para outra quando se faz necessário.

<sup>52</sup> O médico urologista doravante será referido, neste trabalho, como o coordenador do Programa GEN.

<sup>53</sup> A Urologia Pediátrica e do Adolescente funciona em outro espaço físico, dentro do hospital, que concentra todo o atendimento da Pediatria.

<sup>54</sup> Para análise mais aprofundada sobre a construção dessa identidade de gênero como uma categoria no campo da saúde, ver Bento, 2008. Para uma discussão sobre este processo na arena política, ver Carvalho, 2011.

hospital, como a Psiquiatria, o Serviço Social, a Cirurgia Plástica e a Obstetrícia conforme a necessidade e o encaminhamento da equipe da Urologia. A multidisciplinaridade no atendimento integral a esta clientela não se traduz, no HUPE, num trabalho interdisciplinar, visto que estes especialistas atendem em locais diferentes, cada um em seu setor específico, sem que haja encontros sistemáticos para discussão de casos. Somente em algumas situações pontuais, principalmente quando ocorrem problemas na condução do atendimento, os diferentes profissionais se comunicam.

O Programa GEN não foi planejado e implantado a partir da iniciativa dos profissionais ou da Direção do HUPE. Ele nasce em decorrência de uma sentença judicial, na passagem de 2002 para 2003, quando o Estado se viu obrigado a realizar uma cirurgia de transgenitalização<sup>55</sup> em uma paciente de Petrópolis que já havia passado por todo o acompanhamento psicológico e psiquiátrico necessário e lutava há anos para a realização do procedimento cirúrgico. O HUPE foi consultado se estava apto a cumprir esta determinação judicial e, então, inaugurou-se o Programa GEN.

A partir deste primeiro caso, a divulgação aconteceu espontaneamente e as demandas por cirurgia genital começaram a chegar e forçar o médico cirurgião a se estruturar para acolhê-las. Era necessário envolver outras especialidades no atendimento, pois os pacientes apresentavam diversas complicações clínicas e não podiam se submeter imediatamente à cirurgia reconstrutora. Este processo de formação de uma equipe multidisciplinar, segundo relato do coordenador do serviço, foi mais difícil do que ele esperava. Por se tratar de um hospital universitário, acreditava “ingenuamente”, segundo suas próprias palavras, que este desafio fosse mobilizar a Academia, despertando interesse dos médicos por um programa inédito no país. Mas a reação não foi esta. Ao longo do tempo, teria percebido que as resistências decorriam não só da falta de formação destes profissionais no campo da transexualidade, gênero e sexualidade em geral – o que exigiria desejo e empenho para a aquisição de novos conhecimentos –, mas também da preocupação com o aumento de trabalho, diante do grande número de casos que recorriam ao serviço, dada uma demanda por muitos anos reprimida. Tais explicações dadas pelo coordenador do Programa GEN diante da falta de interesse e resistências demonstradas por outros médicos do HUPE/ UERJ, podem ser complementadas pela avaliação feita por outro profissional da equipe, durante a entrevista: “[...] a fila de espera fica muito grande, porque são poucos médicos na equipe; porque o

---

<sup>55</sup> É uma das etapas do processo transsexualizador, também conhecida como redesignação sexual, mudança de sexo, cirurgia corretiva e readaptação sexual. Para as mulheres transexuais, a cirurgia destina-se à produção da vagina e de plástica para produção dos pequenos e grandes lábios. Para os homens transexuais, consiste na histerectomia (retirada do aparelho reprodutor), na mastectomia (retirada dos seios) e na construção do pênis.

pessoal do hospital é muito preconceituoso e acha que tem cirurgia muito mais importante para se fazer do que abrir cirurgia para esse pessoal. Ninguém diz isso claramente, porque é politicamente incorreto, mas a gente sente um clima”.

De uma abordagem inicial junto à direção dos diversos setores, o coordenador partiu, então, para a estratégia de identificar determinados profissionais que simpatizavam com a proposta e aceitariam atender os/as pacientes transexuais, formando assim uma “equipe” para a realização do trabalho.

Em dez anos de funcionamento, o Programa GEN tem cadastrado aproximadamente 150 pacientes<sup>56</sup> de várias partes do país, de diferentes faixas etárias e classes sociais. Considerando que a literatura médica e a legislação vigente no SUS não recomendam a alta mesmo depois da cirurgia, por ainda não se ter evidências suficientes dos riscos do uso prolongado dos hormônios utilizados antes e depois dela, a entrada de novos casos fica prejudicada. Atualmente, o Programa GEN absorve uma média de doze novos pacientes por ano, selecionados em um único dia do mês de dezembro, quando é aberta a porta de entrada do serviço, para depois se manter fechada no decorrer de todo o ano. Além disso, a quantidade insuficiente de centros cirúrgicos no hospital e de profissionais na equipe acarreta o aumento no tempo de espera para a cirurgia<sup>57</sup>.

Em 2008, o Hospital Universitário Pedro Ernesto/HUPE/UERJ foi habilitado pelo Ministério da Saúde<sup>58</sup> para a realização dos procedimentos do processo transexualizador, sem que as condições de funcionamento tenham sido alteradas. Não houve ampliação da equipe técnica, o espaço físico continua insuficiente e precário, o serviço não disponibiliza as medicações prescritas para o tratamento hormonal dos pacientes e a participação de outros setores do HUPE no Programa GEN depende ainda do interesse e boa vontade de alguns profissionais, e não da constituição formal de uma equipe multidisciplinar envolvendo todas

---

<sup>56</sup> Do total destes 150 pacientes, entre 30 e 40% são de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro e, aproximadamente, 20% são de outros estados da federação. O perfil desta clientela vem mudando ao longo dos anos. Atualmente, o serviço tem recebido pessoas mais jovens e a proporção de homens e mulheres que o procuram é equivalente, contrastando com a situação de alguns anos atrás, quando a grande maioria atendida no Programa era composta de mulheres transexuais. Utilizarei, neste trabalho, a denominação *mulher transexual* para toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal para o gênero feminino (Male to Female: MtF). E *homem transexual* para toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal para o gênero masculino (Female to Male: FtM).

<sup>57</sup> Embora a Portaria SAS/MS n° 457, de 19 de agosto de 2008, em seu Anexo III, determine o prazo mínimo de dois anos de acompanhamento terapêutico para que os pacientes possam se submeter à cirurgia de transgenitalização, os usuários do HUPE/ UERJ, mesmo tendo cumprido esta exigência e recebido o laudo médico que autoriza o procedimento cirúrgico, podem aguardar em média de quatro a cinco anos na fila de espera.

<sup>58</sup> Até este ano, os procedimentos eram realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sem o faturamento específico, pois o Ministério da Saúde só instituiu o Processo Transexualizador, no âmbito do SUS, em 18 de agosto de 2008, pela Portaria SAS/ MS n° 1707 e em 19 de agosto de 2008 regulamentou o que foi instituído na portaria anterior, através da Portaria SAS/MS n° 457. Ver Anexo IV desta última portaria citada, que estabelece as instituições habilitadas no país para a realização deste procedimento.

as especialidades<sup>59</sup> previstas na legislação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O primeiro contato que tive com o coordenador do Programa GEN foi em 2008, quando o convidei para participar da Câmara Técnica de Saúde LGBT da Secretaria Estadual de Saúde<sup>60</sup>. Estivemos juntos em duas reuniões e pude tomar conhecimento do trabalho desenvolvido e das dificuldades enfrentadas.

Em maio de 2011, já no mestrado, resolvi transferir minha matrícula de psicóloga do estado para o HUPE, a fim de trabalhar neste Ambulatório de Cirurgia Reconstructora Genital do Serviço de Urologia, especificamente no Programa GEN. Esta transferência tinha o objetivo de estabelecer uma aproximação maior com parte dos sujeitos da pesquisa, visando ampliar meus conhecimentos e experiência profissional nesta área. Inicialmente não tinha a pretensão de incluir este dispositivo como mais um campo. Acreditava que os dois Centros de Referência já selecionados fossem suficientes para acessar os sujeitos necessários para tal investigação. No entanto, desde o primeiro contato com o coordenador do serviço, fui incentivada a considerar a inclusão do Ambulatório como campo para a pesquisa<sup>61</sup>. Além disso, a comparação das narrativas e do silêncio observados nos Centros de Referência e em uma unidade de saúde poderia enriquecer a reflexão sobre o tema estudado. Sendo assim, a partir desta definição, assumi o lugar de pesquisadora e não apenas o de psicóloga da equipe.

Aliás, desde a minha entrada no Programa GEN, o coordenador e a psicóloga me informaram que não havia demanda de psicoterapia para mais um profissional de psicologia no setor<sup>62</sup>. Passei, então, a observar os atendimentos médicos a pacientes transexuais e a participar de reuniões técnicas e políticas que o coordenador me convidava a acompanhá-lo ou a representá-lo junto às instituições de saúde ou de direitos humanos que estivessem tratando de questões relacionadas ao tema da transexualidade.

Por outro lado, minha atuação como pesquisadora, ou seja, a realização das

---

<sup>59</sup> A Portaria SAS/MS nº 457, de 19 de agosto de 2008, em seu Anexo I, determina a equipe mínima de saúde que deverá prestar assistência nas Unidades Especializadas no Processo Transexualizador dos Hospitais credenciados/habilitados pelo SUS: médico cirurgião com especialidade em cirurgia urológica, anesthesiologista, enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, psiquiatra, endocrinologista, psicólogo e assistente social.

<sup>60</sup> No período em que coordenei a Gerência de Políticas Específicas/GPE/SES, constituí em 2008 a Câmara Técnica de Saúde LGBT a fim de promover a articulação de vários setores da secretaria e de instituições afins para a construção coletiva de propostas no campo da saúde pública voltadas para pessoas LGBT.

<sup>61</sup> O coordenador argumentou que as pessoas atendidas no Programa GEN, embora busquem ali a hormonioterapia e/ou cirurgias, trazendo uma demanda específica de transformações e adequações corporais, também representam o grupo que mais sofre preconceito, discriminação e violência homofóbicas. Percepção confirmada por pesquisas como as de Carrara & Vianna (2006) e Ramos & Carrara (2006).

<sup>62</sup> Esta informação me causou surpresa, pois após vinte anos de atuação na rede pública de saúde nunca soube de um serviço de psicologia, estadual ou municipal, que não tivesse uma longa fila de espera de pacientes aguardando por atendimento. A justificativa da psicóloga foi que “[...] devido ao tempo de espera pela cirurgia, de quatro a seis anos, eu sozinha consigo prestar a assistência necessária, sem pressa”.

entrevistas com técnicos e usuários só foi possível após a aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital (CEP/HUPE/UERJ)<sup>63</sup>, mesmo já tendo a aprovação do Comitê de Ética do IMS/UERJ. Assim, as entrevistas foram realizadas com os técnicos e com os usuários no período de 21 de outubro a 30 de novembro de 2011. No caso dos técnicos, algumas entrevistas aconteceram no próprio HUPE, outras em salas reservadas no IMS/UERJ, devido à falta de espaço físico dentro do hospital. A única marcada fora destes espaços institucionais atendeu à solicitação do profissional que quis ser entrevistado no seu consultório particular.

Minha inserção como pesquisadora neste campo foi, portanto, muito peculiar e o cuidado durante as entrevistas com a equipe técnica precisou ser redobrado, principalmente por ter que usar um longo jaleco branco de funcionário do HUPE, como exigência da instituição de saúde. Selecionei para participar da pesquisa o coordenador, a psicóloga, o psiquiatra e a assistente social, por serem os técnicos mais envolvidos com os pacientes atendidos no Programa GEN.

No caso dos cinco usuários indicados pelo coordenador e pela psicóloga, fiz os contatos por telefone e três entrevistas foram realizadas em salas do IMS/ UERJ, uma aconteceu em uma das salas de atendimento do ambulatório e a última, atendendo à solicitação da usuária, foi entrevistada na faculdade onde estuda. Nenhum desses pacientes tinha passado por consulta no Programa GEN no período em que eu estava observando os atendimentos médicos da equipe. Isto facilitou meu posicionamento de pesquisadora. Somente nesse serviço tive acesso aos prontuários dos pacientes, mas nas pastas arquivadas encontram-se registradas apenas as consultas referentes ao acompanhamento da Urologia. Coletei dados de identificação e algumas observações da história clínica e social dos usuários. Não há nenhum registro dos atendimentos psicossociais.

Outra diferença vivida neste campo da pesquisa em relação aos outros dois citados acima, é que tive a oportunidade de observar a rotina do funcionamento do serviço semanalmente e as relações técnico/usuário e usuário/instituição, enriquecendo desta forma algumas questões levantadas no decorrer deste trabalho.

#### **1.4 Questões metodológicas**

---

<sup>63</sup> O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HUPE/UERJ em 21 de outubro de 2011.

Nos três espaços escolhidos, a proposta apresentada foi a de entrevistar os coordenadores dos serviços, os profissionais, nomeados de equipe técnica, e as pessoas atendidas por estas equipes, comumente denominadas como “usuários”. O acesso aos usuários se deu por indicação e mediação dos técnicos, tendo como único critério estabelecido por mim o interesse em participar da pesquisa. Não se definiu, portanto, que os usuários convidados tivessem sofrido ou relatado qualquer situação de homofobia.

As entrevistas semi-estruturadas<sup>64</sup> foram gravadas com a autorização dos entrevistados e foram realizadas nos mais diversos lugares, atendendo, prioritariamente, à disponibilidade dos sujeitos.

Assim, do total de 25 entrevistas feitas com profissionais das três equipes, 22 aconteceram no próprio serviço, de acordo com o horário determinado pelo profissional. Entre as três restantes, um deles solicitou que a entrevista fosse realizada em seu consultório particular; o outro foi entrevistado em uma sala reservada no IMS/ UERJ, visto que as salas de atendimento do serviço estavam ocupadas. E a última, após várias tentativas de realização da entrevista na própria instituição, só foi possível acontecer fora dali, pois sua agenda de coordenador é totalmente imprevisível.

As entrevistas realizadas com a equipe técnica do Centro de Referência de Nova Friburgo tiveram uma duração média entre cinquenta e sessenta minutos. Com a equipe do Centro Metropolitano de Referência, a média foi de uma hora e quarenta minutos a duas horas. As entrevistas com os técnicos do Programa GEN tiveram duração muito variada: com o psiquiatra durou quarenta minutos; com a psicóloga e com a assistente social tiveram duração de aproximadamente uma hora e com o coordenador durou duas horas.

Quanto aos 11 usuários entrevistados, seis entrevistas foram realizadas no próprio serviço onde são atendidos, sendo quatro marcadas no mesmo dia em que tinham atendimento agendado com a equipe técnica, em horário que eles escolheram. Isto facilitou o acesso a estas pessoas, visto que três residem em outros municípios e iriam se deslocar previamente para o atendimento, aproveitando assim a oportunidade para participarem da pesquisa. Duas delas aconteceram num dia escolhido pelos entrevistados, sem que eles tivessem outro compromisso com a equipe técnica. O local do serviço ainda assim era o mais acessível para eles. Três outras entrevistas foram realizadas em salas reservadas no IMS/ UERJ, pois no serviço onde são atendidos não havia sala disponível. Outro usuário solicitou que eu fosse entrevistá-lo em sua casa. E o último entrevistado, após colocar inúmeras dificuldades para

---

<sup>64</sup> Ver os roteiros das entrevistas nos Anexos C, D e E.

conciliar hora e local, por fim, solicitou que a entrevista fosse feita na faculdade onde estuda e, por falta de sala disponível, realizei a entrevista dentro do meu carro no estacionamento do campus universitário.

As entrevistas realizadas com os três adolescentes indicados pelo Centro de Referência de Nova Friburgo duraram em média trinta minutos cada uma e a quarta entrevista durou uma hora. Quanto às entrevistas feitas com os usuários do Centro Metropolitano, uma teve a duração de uma hora e quarenta minutos e a outra, cinquenta minutos. As entrevistas com os usuários do Programa GEN duraram em média duas horas e trinta minutos.

### 1.5 Perfil dos entrevistados: profissionais das equipes técnicas<sup>65</sup>

O grupo de entrevistados formado por profissionais das equipes técnicas dos campos pesquisados apresentou variações de acordo com cada serviço, no entanto, com o objetivo de garantir a privacidade dos sujeitos, não destacarei a qual campo pertencem.

Do total de 25 técnicos que participaram da pesquisa, 21 estão na faixa etária entre 30 e 50 anos, apenas um tem menos de 30 anos e três têm idade acima de 50 anos.

Desse total, 17 são mulheres, sete são homens e uma se identifica como travesti.

Em relação à orientação sexual informada pelos entrevistados, 15 disseram ser heterossexuais, cinco apresentaram-se como lésbicas e três como gays. Dois sujeitos não informaram sua orientação sexual. Uma das mulheres que se identificou como lésbica, fez questão de enfatizar que esta informação era sigilosa em seu ambiente de trabalho, por acreditar que isto possa interferir nas suas relações profissionais, embora afirme que assumiu sua orientação sexual para a família e nesse contexto não enfrenta nenhum preconceito. Informou, também, que mantém uma relação estável há doze anos, mas “não fala” sobre isso com ninguém, pois esta é uma questão íntima e pessoal, enfatizando, inclusive, que por conta dessa postura, que denominou de *autoproteção*, nunca sofreu qualquer forma de preconceito ou discriminação. Os demais profissionais que se apresentaram como homossexuais (gays e lésbicas) narraram situações pessoais nas quais sofreram diversas formas de homofobia e descreveram suas reações diante desse tipo de violência. Na maioria dessas narrativas, a situação de violência homofóbica ocorreu no ambiente familiar e a reação da vítima foi de silêncio. Num outro caso, a violência partiu de um policial e a vítima disse que só conseguiu

---

<sup>65</sup> Vide Anexo A

falar disso muitos anos depois com um amigo. No relato da profissional que se identifica como travesti, os exemplos pessoais de violência que sofreu aconteceram, principalmente, em ambientes de trabalho, onde sempre reagiu e impôs os seus direitos.

Quanto às experiências anteriores em relação ao trabalho com pessoas LGBT, 17 afirmaram ter alguma forma de experiência profissional, ou como militante em ONG, ou como proprietário de bar GLS, ou ainda através de pesquisas acadêmicas e durante a formação profissional. Os demais, oito entrevistados, relataram estar trabalhando pela primeira vez com esta temática, sendo que três deles informaram que não participaram de nenhuma capacitação antes de iniciar suas atividades.

Importante ainda destacar que os 15 técnicos entrevistados nos Centros de Referência – entre psicólogos, advogados, assistentes sociais e técnico administrativo – escolheram trabalhar com a população LGBT, ao se inscreverem em processos seletivos públicos e concorrerem às vagas disponíveis. Os coordenadores e gerentes foram selecionados e convidados para os cargos em função de suas trajetórias na militância LGBT, com exceção de apenas um caso, que afirma nunca ter atuado nesta área.

Por outro lado, a inserção dos profissionais no Programa GEN tem em comum o fato de que não houve uma motivação inicial para fazer parte deste trabalho e integrar a equipe. Estes profissionais já atuavam e continuam atuando em outros setores do HUPE e passaram a atender também os/as pacientes transexuais.

## **1.6 Perfil dos entrevistados: usuários<sup>66</sup>**

Quanto ao perfil deste grupo, a análise também não será feita a partir dos campos onde foram acessados, a fim de garantir a privacidade dos sujeitos.

Dos 11 usuários entrevistados, quatro encontram-se na faixa etária entre 20 e 30 anos; cinco possuem entre 31 e 40 anos; apenas um tem idade acima de 40 anos e um tem menos de 20 anos.

Quanto à escolaridade, um dos entrevistados está cursando o Ensino Fundamental e o outro parou de estudar no primeiro ano do Ensino Médio; quatro já concluíram o Ensino Médio e no momento não estão estudando; um deles concluiu o Ensino Superior e também não estuda atualmente; dois estão cursando Ensino Superior; e dois concluíram pós-graduação

---

<sup>66</sup> Vide Anexo B.

(Mestrado e Doutorado).

Em relação à orientação sexual e à identidade de gênero, informadas pelos entrevistados, cinco são mulheres transexuais e heterossexuais; quatro são homens gays; uma mulher é lésbica e um é homem transexual, heterossexual.

Quanto à atividade profissional, duas são professoras, sendo uma aposentada e a outra ainda trabalha; um dos entrevistados é jornalista e outro é operador de telemarketing; outra entrevistada se apresenta como profissional da beleza; e um deles nunca trabalhou, pois ainda é estudante. Quatro se apresentam como desempregados e uma, como universitária, mas afirma que não está trabalhando no momento por falta de oportunidade. Deste grupo de cinco desempregados, quatro são transexuais e relatam que antes das transformações corporais e antes de assumirem nas vestimentas e através do uso do nome social<sup>67</sup> sua identidade de gênero oposta ao sexo biológico, ainda conseguiram trabalhar. Mas, atualmente, a maior dificuldade que encontram é em relação aos documentos de identificação que mantêm os nomes e sexo de registro, o que também gera uma série de problemas em instituições escolares.

Ao serem questionados se mantinham, no momento da entrevista, relação estável, apenas três responderam positivamente. Um dos entrevistados disse que já teve e atualmente está sozinho e outra, afirma ter sido casada, antes de assumir sua identidade trans e desta relação tem uma filha, mas desde que se *assumiu como mulher*, ainda não teve nenhum relacionamento. Este é também o relato de dois outros entrevistados transexuais, que dizem não se sentirem preparados para um relacionamento, enquanto não passarem pela cirurgia de transgenitalização. Os quatro restantes relatam já terem tido alguns namorados, mas nunca assumiram uma relação estável e atualmente estão sozinhos.

\*\*\*

A riqueza de minha experiência como pesquisadora, sem dúvida nenhuma, relaciona-se à complexidade do tema escolhido, às marcantes diferenças entre os campos selecionados, às impressionantes e emocionantes narrativas ouvidas em cada encontro singular e à diversidade de cenários que foram “inventados” e “construídos” para a execução das diferentes etapas da pesquisa.

Neste exercício de me constituir e me posicionar como pesquisadora diante de 36

---

<sup>67</sup> Entende-se por nome social o modo como as pessoas travestis e transexuais são reconhecidas, identificadas e denominadas na sua comunidade e meio social.

entrevistados, diante de tantas histórias de vida e de trabalho, avalio que, nas primeiras entrevistas, principalmente com os usuários, fiquei excessivamente presa ao roteiro, que funcionou como uma espécie de “muleta” para sustentar e disfarçar minha insegurança frente a este novo e desconhecido papel. Ao ouvir e transcrever este material inicial foi necessário rever minha atuação e reconstruir internamente este roteiro. A partir daí, este passou a servir apenas como um guia que orientava o foco da entrevista, sem engessar a troca que deveria se estabelecer naquele momento para tentar trazer à tona o dizível e o indizível, permitindo que fossem “ouvidos” e possivelmente compreendidos.

## 2 DESCOBRIR-SE “DIFERENTE”: A DOR E O SILÊNCIO NO COTIDIANO DAS RELAÇÕES MAIS ÍNTIMAS

O convite para participar de uma pesquisa que tem como tema central a discussão sobre o silêncio e a violência homofóbica, modulou sem dúvida as narrativas e marcou as performances do sofrimento, determinando a linguagem usada e a própria identidade do sofredor. Neste encontro pré-agendado, compareceram tanto a fala como o silêncio, o ordinário e o extraordinário<sup>68</sup>, definidos e classificados não pelo pesquisador, mas pelo sujeito da experiência, que narrou ou silenciou o seu sofrimento. E foi assim que para além do objeto que me propus a pesquisar, acabei me deparando com outra questão fundamental que se fez presente em todas as entrevistas: a dor cotidiana vivida em função da descoberta e/ ou do processo de assumir uma identidade LGBT.

Lucas<sup>69</sup>, 21 anos, descreve assim como se sentia ainda muito jovem, diante do estranhamento de se descobrir gay e da solidão que marcou este período até conseguir revelar seu segredo para a família.

[...] porque para mim não era normal uma coisa dessas, homem ter relacionamento com outro homem. Eu ficava desesperado, eu ficava assustado com aquilo. E aquilo fazendo mal para mim. Eu estava passando super mal por causa disso. Eu ficava com aquilo na cabeça, não falava com ninguém e ficava pensando em fazer loucura [...] Até me matar, tomar veneno, mudar de cidade, não ter mais contato com a família, me afastar de todo mundo. (Lucas, 21 anos)

O que falar e para quem falar sobre um tema que parece ser da ordem do indizível? Como traduzir em palavras o sofrimento provocado por desejos vistos como constitutivos do que se é, da própria identidade? Tais questões invadiram esta pesquisa diante do relato de Helena, transexual, 26 anos, que retorna ao seu passado e o narra de forma emocionada, num discurso repleto de pausas, choro e desespero. Nascida numa família muito pobre, evangélica, moradora de uma “favela” da Zona Norte do Rio de Janeiro teve que enfrentar precoce e solitariamente a incompreensão diante de um corpo que ela não reconhecia como seu.

[...] eu nunca me senti como menino, [...] embora tivesse a existência real do órgão sexual masculino, aquilo para mim era um erro. Tanto é que depois, eu só pensava em meios de conseguir extirpar aquilo [...] E eu fui entrando em desespero. E o desespero trouxe as tentativas de suicídio, de mutilação [...] Eu me escondi muito. Eu me voltei para o meu interior [...] Era eu e meu mundo, meu segredo. Mas todas as noites eu tinha a minha oração: meu Deus, por favor, me transforma numa menina [...] isso foi uma coisa que virou um mantra pra mim. (Helena, 26 anos)

---

<sup>68</sup> Veena Das (2007).

<sup>69</sup> Todos os nomes aqui apresentados são fictícios, a fim de garantir o anonimato dos sujeitos.

No caso de Carla, lésbica, 56 anos, o sofrimento em relação a sua sexualidade se destaca ao lembrar sua história de vida imersa em grandes conflitos familiares:

Essa história foi complicada. Filha única de uma mãe general cinco estrelas, eu não podia respirar, [...] em casa eu levava surras e era amarrada pelo pé [...] Desde novinha, com seis, sete anos, eu já sabia que não gostava de homem. Eu tenho a impressão de que a pessoa nasce homossexual, a pessoa não se torna homossexual [...] se a minha mãe descobrisse, ela me matava [...] Me arrumou um casamento com um militar e me obrigou a casar com 19 para 20 anos. Eu não tinha coragem de dizer não. Durante muito tempo, fiquei omissa e isso me fazia muito mal. Tanto que eu acredito que metade do problema do sistema nervoso que eu tenho, venha daí [...] Hoje eu tenho um problema no sistema nervoso por tudo que eu passei, [...] eu trago isto desde criança, um medo. Eu sempre tive muito medo, eu não tinha respeito pela minha mãe, eu tinha medo e até hoje tenho. (Carla, 56 anos)

Antes mesmo que estas pessoas tivessem plena compreensão do que sentiam ou do que “eram”, estes sentimentos afloraram e provocaram o isolamento, o silêncio e a dor. Antes mesmo de sofrerem qualquer manifestação de hostilidade ou uma reação violenta por conta de sua sexualidade, elas adotaram estratégias que garantissem, minimamente, uma sensação de segurança diante de possíveis riscos que viessem a enfrentar. Mason (2002) destaca que a violência homofóbica não tem que ser experimentada para produzir repercussões. Até mesmo a possibilidade de que isto ocorra pode levar à construção de *mapas de segurança*<sup>70</sup> ligados à conexão homossexualidade-visibilidade.

Isto se evidencia no relato que Fernando faz sobre este período da sua vida, de forma muito emocionada. Conta que quando tinha onze anos de idade, sua mãe morreu atropelada por um ônibus e ele recebeu a notícia na escola onde estudava, numa fria manhã de Porto Alegre. Era filho único de mãe solteira, seu pai havia falecido antes que ele nascesse e seu avô materno, por não aceitar a gravidez da filha a colocou para fora de casa. Portanto, como moravam só os dois e nenhum familiar quis assumi-lo quando a mãe morreu, foi levado, neste mesmo dia, para a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM) onde permaneceu até os quinze anos.

Aos treze anos, eu sabia que era diferente, mas como tem um preconceito muito forte dentro da FEBEM, casos de abuso. E você não quer aquilo pra você. E tinha meninos lá, que já tinham aquela fama de feminino e sofriam muito, meninos que apanhavam, faziam sexo com eles e depois batiam neles. Eu não queria aquilo para mim. E sempre se falou muito que pegava AIDS, pegava doença e eu tinha medo. Acabei sufocando aquilo pra mim [...] Quando saí da FEBEM, comecei a namorar uma menina. Eu sabia

<sup>70</sup> A autora afirma que as pessoas que já sofreram ou simplesmente sabem da possibilidade de vir a sofrer hostilidade ou uma reação violenta por conta da sua sexualidade, sentem a necessidade de conhecer os riscos que correm e as estratégias que devem adotar para garantir um senso de segurança. Na construção dos *mapas de segurança*, segundo Mason, levam-se em conta os espaços públicos e privados por onde se circula; o conjunto de variáveis que podem tornar alguém mais vulnerável ao perigo, como idade, gênero, etnicidade, religião; além dos riscos associados à determinada hora do dia ou da noite, às pessoas que encontram em locais públicos ou em situações sociais particulares e seus discursos sobre violência e preconceito, a sua aparência física e aos seus gestos.

que não era aquilo que eu queria. Aí fui conversar com o padre e ele disse que ia me excomungar. Aí eu me fechei. Eu sabia que não estava fazendo aquilo de maldade, que eu tentei de todas as formas lutar contra aquilo e eu não via maldade naquilo. Só que pra mim, eu sabia que pra viver aquilo teria que ir para longe, longe da minha terra, longe da minha família. (Fernando, 33 anos)

O que significou para Fernando saber, ainda tão jovem e sozinho no mundo naquele momento, que a violência homofóbica era uma ameaça para sua segurança pessoal e que a visibilidade em relação à homossexualidade moldaria os efeitos desta violência? Disfarçar ou expor sua orientação sexual, falar ou manter em silêncio, estar dentro ou fora do *armário*, revela a tensão entre o desejo de reconhecimento e o de não ser reconhecido. Portanto, o *armário* é antes um lugar contraditório e instável, onde o sujeito pode nunca estar totalmente dentro ou completamente fora<sup>71</sup>. Ou ainda que a cada novo encontro com uma nova pessoa ou grupo, novos *armários* serão construídos considerando-se novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição.

E Fernando fala desse desejo e necessidade de revelar-se, de não viver mais na mentira, embora, simultaneamente, avalie que sua postura e gestos “tão” masculinos, até hoje, provoquem dúvidas quanto a sua orientação sexual e, de certa forma, ainda o protegem, como o protegeram durante os quatro anos em que esteve internado na FEBEM:

Quando cheguei no Rio de Janeiro e comecei a ver quem eu era mesmo, eu tirei um peso das minhas costas. Isso me fez muito bem [...] Então conheci um rapaz na pensão que eu morava, ele tinha muito preconceito, mas como eu disse para mim mesmo que eu não ia mais mentir, um dia eu falei pra ele, olha, eu sou assim e eu vim para o Rio de Janeiro porque eu queria assumir isso, aí ele disse tudo bem. Todo mundo sabe, todo mundo sabia. Algumas pessoas não sabem, porque, assim, não parece, acho que eu devia tentar ser um pouco mais delicado. (Fernando, 33 anos)

Poderia também falar de construção de *mapas de segurança* e do processo de *sair do armário* quando se trata de pessoas transexuais? Embora Mason (2002) e Sedgwick (2007) definam estes conceitos em relação aos homossexuais, pude observar nas narrativas dos/das transexuais que, em muitos casos, eles/elas também podem ocultar o seu estigma<sup>72</sup>, ou seja, escolher sair ou não do armário.

Tadeu, transexual, explicita claramente como foi aprendendo a se proteger dos riscos e a enfrentar seus fantasmas:

<sup>71</sup> Para essa discussão ver Sedgwick, 2007 e Saggese, 2009.

<sup>72</sup> Utilizando os conceitos de Goffman (1988), poderia supor que os/as transexuais fossem depositários de estigma visível e evidente, do tipo desacreditado. Mas as entrevistas com usuários transexuais apresentaram outra dimensão dessa realidade, mostrando que também esse grupo pode ocultar ou revelar seu estigma.

Tem muita gente maldosa. Eu evito ficar saindo fora de hora e andar no centro [da cidade]. O meu maior medo é a pessoa chegar, tirar a minha roupa e ver que não tem nada feito e estuprar. Isso aí eu tenho muito medo. Então a gente tem que andar sempre no alerta. (Tadeu, 40 anos)

Renata, 37 anos, enfatiza a solidão e o medo que viveu em relação a sua identidade, o que a levou, inclusive a se casar “no sistema tradicional, homem e mulher por uma questão de exigência social”:

Eu ainda não era assumida como transexual. Era um menino. Morei com uma mulher. Tipo um caso lesbiciano, mulher com mulher [...] mas não tinha mais condições de suportar este sofrimento todo. Quase cinco anos de casamento. Eu tenho uma filha [...] Nasci numa família com estrutura um pouco violenta [...] ninguém quer ver pai e mãe brigando. E eu acabei me contendo, tendo que ficar na minha. E acabou sendo 32 anos depois, que eu tive fôlego para enfrentar isso [...] Com oito, nove anos eu comecei a perceber esta diferença, mas sempre muito escondido. Às vezes eu achava que tinha alguma coisa errada. Todo mundo me achava errada. Fora do normal. (Renata, 37 anos)

Além do casamento, Renata também seguiu o exemplo do pai e serviu o exército, durante “zero ano, nove meses e oito dias”, como fez questão de destacar. Relata que neste período teve que se conter de todas as maneiras e avalia que saiu de lá “uma pessoa muito castigada”. Tendo duas irmãs mais velhas, constata que seu pai queria que “ela” se espelhasse nele, o que a levou a fazer um curso técnico de Administração e depois uma faculdade de Engenharia Civil. Conclui que tudo isso foi conveniente para os seus pais, mas não para si mesma, que pagou um “preço muito, muito alto. Um preço imensurável”.

[...] eu sempre era aquele menino padrão [...] eu me continha [...] Meu pai queria que eu me espelhasse nele. Mas eu não queria me espelhar nele, nem na minha mãe [...] O espelho da minha família não era apropriado para mim. Então, eu tive que ir procurando outros caminhos, mas me contendo para ninguém perceber. Eu não falava com ninguém: se você não quer que ninguém saiba, então não fala, nem faça. Foi o que eu fiz. Não fiz. Não me assumi, não falei com ninguém [...] Eu procurei não bater de frente para ninguém perceber [...] Eu não queria criar atritos que fizessem com que eles entrassem muito na minha vida. Invadissem meu mundo. Eu fiz um escudo em volta de mim para não deixar que eles entrassem na minha vida. (Renata, 37 anos)

As narrativas apresentadas trouxeram o tema da sexualidade que, em muitos momentos da vida desses sujeitos, permaneceu “silenciado”, “protegido”, “proibido”.

Michel Foucault (1970), em sua obra *A ordem do discurso*, aponta que em toda sociedade a produção do discurso passa pelo o que ele chama de *procedimentos de exclusão*, que podem ser de controle, seleção ou interdição. Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância. Segundo o autor, os tabus em torno dos mais variados assuntos formam uma grade complexa de onde surgem buracos negros, especialmente na região da sexualidade. Para Foucault é nesse âmbito que se exprime a interdição do discurso e onde se manifesta mais claramente a relação do discurso com o

poder, o discurso como objeto de desejo em si, uma vez que o tabu cerceia a fala. No livro *História da sexualidade 1*, ao analisar a incitação aos discursos, o filósofo afirma que nos três últimos séculos, embora tenha ocorrido uma “verdadeira explosão discursiva” em torno do tema da sexualidade, ainda se garantiu, de forma bem rigorosa, o vocabulário autorizado, um filtro das palavras, baseado em novas regras de decência que mantêm controle sobre as enunciações: “definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele, em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição”(Foucault, 1988 [1976], p.24).

No relato de Rodrigo, 33 anos, fica evidente como ele lidou com isso nas suas relações interpessoais. Nascido em uma família de classe média, formado em Jornalismo, morou no exterior para se especializar. Descreve as relações familiares atravessadas pelo silêncio entre pais e filhos e entre irmãos.

Sou gay e me dei conta disso por volta dos meus 17 anos, justamente quando estava saindo do interior e vindo para o Rio. Esta mudança para cá, foi então não só para passar para uma Federal, como eu sempre quis, mas também para ficar mais distante da família e entender o que estava acontecendo comigo. Este era o meu grande segredo. Não falava sobre isso com ninguém. Não queria que a minha mãe sofresse [pausa]. Para a minha família, não conseguia falar. Não tocava no assunto e ninguém nunca me cobrou ter ou não namoradas. Fiz terapia e resolvi isso, entendendo que se tratava de foro íntimo e, portanto, não tinha que necessariamente falar disso para ninguém. Isso só interessava a mim mesmo. (Rodrigo, 33 anos)

Do silêncio apontado por Foucault em torno da sexualidade, cheguei ao silêncio citado pelos entrevistados ao relatarem o processo do *coming out* ou *sair do armário*. Durante as entrevistas, “ouvi” o silêncio relacionado a este momento inicial de reconhecer-se e ou não, de assumir-se como homossexual ou transexual, silêncio este acompanhado, muitas vezes, pela dor, pela surpresa ou ainda por reações violentas. No caso de Rodrigo, a revelação do seu “segredo” para a mãe não partiu de uma decisão sua.

Minha mãe ficou sabendo de uma forma inusitada: meu irmão<sup>73</sup> que também é gay, um belo dia, estava triste em casa, quando minha mãe foi perguntar o que estava acontecendo. Ele respondeu que não queria deixá-la triste, mas ele seria seu segundo filho gay. Ele pensou que eu já tivesse falado para ela. Eu também nunca tinha conversado sobre isso com ele, mas ele percebia. A minha mãe ficou assustada com esta notícia, mas nunca veio me perguntar nada. Eu sabia que ela não tocaria no assunto nem comigo, nem com meu irmão, pois sempre respeitou nossa privacidade. (Rodrigo, 33 anos)

Segundo Pollak (1990b), “mesmo nas famílias que aceitam a homossexualidade do

---

<sup>73</sup> Este único irmão de Rodrigo é seis anos mais novo do que ele.

filho ou do irmão, um contrato tácito relega esse tema de conversa ao plano do não-dito” (p.26). A homossexualidade continua sendo “indizível” e quando este segredo é descoberto “por acaso”, muitas vezes o homossexual, a fim de evitar uma explicação, se vê condenado a gerir um silêncio que pode ser experimentado como uma exclusão que na verdade nunca foi formulada. Aprende a acomodar-se a esta situação e luta por construir uma vida social em que se sinta equilibrado e seja percebido desta forma.

Carla, lésbica, relata que, por medo de perder os filhos e a mãe, não tinha coragem de assumir seu relacionamento com a companheira, que mantinha às escondidas. Quando tentou conversar com a filha, já adulta, a reação que enfrentou foi a de cortar qualquer possibilidade de diálogo. Então, buscou uma ex-aluna, casada e que “hoje é uma das minhas melhores amigas” para desabafar. Foi esta amiga que a incentivou a assumir publicamente sua homossexualidade, “por não dever nada a ninguém”.

Eu me casei, eu tive meus dois filhos, apanhei muito do marido, porque não tinha sexo. Quando o mais velho tinha oito anos e a menina, três, eu voltei a estudar e disse que queria me separar. Aí eu me atraquei com um revólver 45; ele bateu no meu pai, ele bateu em mim [...] Eu me separei e aí sim fui viver a minha vida. Meus filhos ficaram comigo. Eu conheci a minha companheira, uns seis meses depois da separação [...] Antes de assumir, criei meus filhos. Hoje em dia, nenhum dos dois olha pra mim. Minha mãe me excluiu da vida dela. Aí começou o embate feio, primeiro comigo, depois com a minha companheira, que foi quando assumi publicamente, porque até então a coisa era velada, tanto os meus filhos, quanto ela fingiam que não sabiam de nada [...] Foram 25 anos de muito sofrimento. (Carla, 56 anos)

Fernando, gay, ao descrever como se “assumiu” para a família, confirma as observações de Pollak (1990b) a respeito da ruptura com o meio familiar provocada por difíceis situações, quando se trata da “homossexualidade conhecida, mas recusada” (p. 26). O autor afirma que transformar uma homossexualidade conhecida em uma homossexualidade aceita é tarefa que mobiliza toda a energia do indivíduo.

Conforme Fernando:

Só muito tempo depois que eu assumi, que eu falei. Primeiro foi pra minha tia e pra minha prima. A minha prima acha que virei homossexual, porque a minha tia me botava para fazer os serviços da casa, ficava limpando a casa, lavando roupa e a minha tia acha [pausa longa] hoje ela diz que não, mas ela achava que era sem-vergonhice mesmo. Hoje ela diz que não saberia explicar. Que não é pra ter mágoa, que ninguém é culpado. Que eu já tinha nascido assim. Que no fundo, todo mundo sabia que eu tinha alguma coisa de diferente, só que eu só vim saber depois [pausa; muito choro]. Acho que ela se sente culpada porque pensa que quem mora na FEBEM sai de lá com a cabeça mudada, sai bandido, sai tudo que não presta [pausa]. As minhas irmãs por parte de pai [pausa] elas desconfiam, nossa relação é menor ainda e, assim, uma coisa que elas falaram, que se meu pai fosse vivo já teria me matado, então, acho que elas sabem, não precisa falar. (Fernando, 33 anos)

Helena, transexual, qualifica suas relações familiares em função do silêncio guardado

sobre sua identidade de gênero. Sentia-se uma estranha no mundo familiar, onde se mantinha à parte, e, conforme afirma Pollak, fez deste “sentimento de estranheza o ponto de partida de uma construção consciente de si mesma em torno dos aspectos que originaram sua diferença” (1990b, p.29).

A Neuza<sup>74</sup> conta que quando eu tinha cinco anos, as pessoas falavam: olha, não sei não, este menino está mais para menina. Abre seu olho [...] Foi na escola, no CA ainda, eu tive uma professora [...] que era fantástica. E ela conseguiu perceber isso. Ela chamou a Neuza e o Antônio na escola e falou: tem alguma coisa errada, porque eu acho que está se tratando de uma pessoa que está usando um corpo errado. E eu lembro que ela falou exatamente assim, porque eu estava em frente a ela [pausa]. Este impacto foi muito estranho e eu comecei a voltar para o meu interior. Porque se eu falasse para a minha mãe, ela me metia o pau, se eu falasse para o meu pai, eu levava tapa na cara [...]. (Helena, 26 anos)

Mesmo reconhecendo a diferença entre ocultar ou manifestar um desejo sexual, no caso de gays e lésbicas, e do desejo de assumir uma identidade de gênero oposta ao sexo biológico, como no caso dos/ das transexuais, observei que ao focar no sofrimento descrito por todos eles e na forma de enfrentá-lo ou simplesmente vivenciá-lo, esta diferença praticamente desaparece.

Jane, transexual operada<sup>75</sup>, relata que desde criança já “despertava características diferentes da minha sexualidade, até então de menino”. Os pais sempre perceberam esta diferença, “sempre souberam lidar muito bem com isso, sem muita agressividade”, mas ela relembra a estratégia que utilizou, durante dez anos, para se comunicar com a mãe:

A minha conversa com meus pais, principalmente com minha mãe, era através de um diário. E eu fiquei [pausa; choro]. Isso até me emociona de falar. Era uma atividade da aula de Português, na sexta série, e eu senti que isso poderia ser o meu canal com a minha mãe. Mas eu não tinha certeza que ela lia. Eu escrevia um segredo e esquecia o diário aberto. Era uma forma que eu encontrei de conversar com ela. Só muitos anos depois que ela me falou que lia o meu diário [...] Eu tinha muito medo de magoar ela. Mas eu precisava falar. Era importantíssimo. Porque a pessoa guardar tudo, aquela sensação toda, eu acho que eu teria pirado. Não ia dar conta. Então o diário foi o máximo para mim. (Jane, 34 anos)

Bianca, transexual, narra o período da sua pré-adolescência, quando começou a sofrer discriminação na escola. Até então, era vista como um menino tímido, mas conforme foi crescendo se tornou cada vez mais feminina e “veio esta questão de bicha, veado, baitola, boiola, todos aqueles termos” pelos quais a definiam, antes mesmo que ela entendesse o que

<sup>74</sup> Helena chama seus pais (Neuza e Antônio) pelos nomes, desde a adolescência, e diz que isso aconteceu “[...] porque se perdeu o vínculo. Aquela representação pai e mãe, não tem mais”.

<sup>75</sup> “Transexual operada”, foi assim que Jane se apresentou com muito orgulho, no início da entrevista. O adjetivo “operada” refere-se à cirurgia de transgenitalização pela qual passou em setembro de 2005. Apesar disso, até hoje, nos seus documentos ainda consta identificação masculina, causando-lhe uma série de constrangimentos sociais.

se passava:

Eu não parava para pensar se eu era menino ou menina, nem se eu era heterossexual ou se eu era gay. E aquilo vinha como uma violência, como uma energia negativa muito grande [...] Era uma sensação muito ruim. Você não está fazendo nada com ninguém e o pessoal te agride assim, sem explicação. Eu não provocava ninguém. Eu era simplesmente eu. Eu estava ali estudando, só queria estudar. (Bianca, 30 anos)

Quando questionei se, nesta ocasião, ela pedia ajuda a alguém para enfrentar esta situação, Bianca confessou que não falava para ninguém o que se passava. Não contava para a mãe, porque queria preservá-la, pois sabia que aquilo era muito ruim e não procurava ajuda junto à professora, pois sabia que não adiantaria nada. Completa: “Graças a Deus, nunca ninguém me bateu. A agressão era verbal”. No entanto, reconhece que mesmo assim, as consequências deste tipo de violência que sofreu foram marcantes na sua vida.

Apelidos, veado, palavras ríspidas, isolamento. Acho que para um adolescente, ser isolado, ser privado do convívio social, é muito ruim. Eu não pertencia a nenhum grupo, ninguém queria fazer par comigo [...] Então eu falei para mim mesma, é melhor não estar com os meninos; não tenho necessidade de ter amigos. Para que, se não tinha essa possibilidade? Eu estudei oito anos numa escola, na mesma escola, eu sofri *bullying*<sup>76</sup> e nada foi feito [...] Na minha adolescência toda, eu nunca consegui pertencer a nenhum grupo [...] Eu nunca tive convívio social. Na adolescência, eu nunca fui em festa. Eu sempre fui muito sozinha. Eu fui convidada para ir a um baile, quando eu tinha 25 anos. (Bianca, 30 anos)

Estas experiências “ensinaram” Bianca a se calar. Afirma que desde criança aprendeu que “aquilo” era feio, era errado; aprendeu que segundo as religiões, ser gay é pecado, coisa do demônio. Portanto, sentia vergonha de falar sobre a violência que sofria e isto acabou atrapalhando “o direito que eu tinha de ser alguém na vida. Foi tanta violência. Os homens me agrediam tanto, me humilhavam tanto, que eu tinha medo de chegar perto de homem”. Sentia medo também de falar sobre sua identidade, de não ser aceita, de apanhar.

Tadeu também relata uma infância de maus-tratos e sofrimento. Abandonado pelos pais, foi criado pela avó materna muito idosa. Enfrentou a miséria e após a morte de sua avó, com 95 anos, se viu desamparado para lidar com a violência do tio, que teria tentado inclusive estuprá-lo.

[...] com meus quatro anos de idade eu já me sentia menino. Então já era uma briga, porque eu tenho um irmão e eu sempre gostava de vestir as camisetinhas dele, os shortinhos dele e ele não gostava. Eu não gostava de vestir roupa de menina de jeito nenhum [...] Fui criado pela minha avó e morava com ela, minha tia e meu irmão mais velho [...] esta minha tia era solteira, mas depois ela se casou com um rapaz nordestino e ele começou a não querer aceitar muito bem as minhas opiniões. E aí já

<sup>76</sup> O termo *bullying*, empregado aqui pela entrevistada, refere-se a agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas. Pode ocorrer em escolas, universidades, na família, nas relações com vizinhos ou no local de trabalho.

começou o conflito. Porque eu queria usar as roupas do meu irmão e ele queria me obrigar a deixar o cabelo crescer, usar vestido [...] Então já começou a me bater e aí começou o problema. (Tadeu, 40 anos)

Seguindo por um caminho oposto ao escolhido por Renata, Tadeu foge da família, abandona a escola, muda de cidade, começa a trabalhar e se sustentar<sup>77</sup>, já usando, neste momento, um nome e roupas masculinos. Encontra, enfim, um “pai” que o adota. Um pai que sempre sonhou ter, a partir das remotas e borradas histórias que ouvia sobre o pai que o abandonou quando criança. Mas, o medo e o silêncio ainda se mantinham presentes. Como revelar para o “novo” pai a sua “verdadeira” identidade? Como dizer que não era Tadeu, que tinha mentido? Naquela altura, ele já tinha se apresentado com vários nomes para várias pessoas diferentes. Ele já havia falsificado várias vezes sua certidão de nascimento, na tentativa de apagar definitivamente seu passado. Ele perdeu a conta da sua idade, de tanto criar estórias a respeito do seu nascimento. Mas, diante de um pai, este segredo assumia outra proporção.

Levou muito tempo até eu contar tudo para ele. Eu sofri muito com isso aí, porque não é fácil guardar um segredo destes [...] Por muitos anos, ele ficou achando que eu era hermafrodita [...] eu falava com ele que eu tinha o negocinho lá, mas que era um problema. Porque era mais fácil dele entender que poderia fazer a cirurgia ali e resolver. Eu achava que ele não ia me aceitar se soubesse quem era eu [...] ele é uma pessoa boa, mas não gosta de mentira. E ele não está errado, porque tudo que começa com mentira vai virando uma bola de neve. A minha vida virou uma bola de neve. E eu sofri pra caramba, porque eu tive que esconder muita coisa. Eu não podia perder esse pai de jeito nenhum. Se eu perdesse esse pai, eu não ia aguentar. (Tadeu, 40 anos)

Assim, a dor presente na esfera doméstica – onde transcorre inicialmente o drama do revelar ou silenciar a “diferença” – foi se manifestando através do discurso sobre o fracasso do lar em proteger estas pessoas do desrespeito, da discriminação e do preconceito. A emoção que transbordou nos relatos destas experiências determinou como as escutei e como, posteriormente, as analisei.

Veena Das (2007) ao se interessar pelas relações do sujeito com o mundo observa que a interação sujeito/ mundo fica prejudicada quando se estabelece a desconfiança, principalmente, nas relações mais próximas e concretas. Como habitar este mundo marcado por sombras? A ecologia do medo na vida cotidiana é constituída pela fragilidade do social, quando cessa a confiança no contexto. Durante as entrevistas, uma questão básica foi se tornando evidente: até que ponto o sentimento de não pertencimento ao grupo familiar, ou a recusa em ser reconhecido como parte integrante da família, foi confirmando para estas

<sup>77</sup> Tadeu trabalhou como “babá” em casa de família, mesmo já tendo assumido sua identidade masculina. Relatou que teve que dizer “a verdade” para a sua patroa, pois não tinha conseguido ainda mudar seu nome nos documentos. Ela o aceitou e o tratava muito bem, e o menino de quem cuidou por vários anos “era apaixonado” por ele.

peessoas sua invisibilidade no mundo? Suas vozes não foram ouvidas ou foram abafadas por profundo silêncio e isto, de algum modo, produziu novas camadas de silêncio entrelaçadas ao conjunto mais amplo das relações sociais.

Marcelo, 17 anos, afirma que sempre soube que era gay e embora sinta que possa contar com o apoio da mãe, diz que não conversa com ela sobre sua sexualidade, pois percebe que “ela sofre só em saber que ele não é homem”.

[...] nunca teve aquela coisa de falar para a minha mãe, ó, eu sou gay. Conforme a minha mãe foi vendo o jeito, eu acho que ela já sabia, mas acho que ela não queria ouvir da minha boca [...] Ela foi vendo, eu nunca precisei chegar e falar. E onde eu chego, as pessoas vão descobrindo [...] Meu pai ficou triste. Minha avó nunca me perguntou, mas eu acho que meus avós sabem. (Marcelo, 17 anos)

O silêncio vivenciado em casa o acompanha também nas relações que estabelece na rua e Marcelo confirma que é muito difícil falar de si próprio, desabafar com alguém, “eu guardo o meu segredo e às vezes eu acho que eu estou errado nisso”.

Este segredo guardado por Marcelo e que não pode ser revelado me remete ao segredo também guardado pelos sobreviventes homossexuais dos campos de concentração, que se viram tragicamente presos num silêncio coletivo, depois do fim da guerra. Segundo Pollak (1990a), eles temiam que a revelação das razões de sua deportação pudesse provocar mais sofrimento e exclusão no mundo fora dos campos. Estas vítimas da máquina de repressão do Estado nazista, praticamente, não tiveram voz na historiografia deste evento, não puderam trazer a público suas lembranças, não foram solicitados a fazê-lo e não encontraram quem tivesse interesse em ouvi-los. O sofrimento dos homossexuais na Alemanha não tinha lugar. O que importava e podia ser falado era, sobretudo, a dor dos judeus.

No caso dos usuários entrevistados o que pode ser falado e para quem?

A gestão da identidade indizível apresentada por eles, enquanto imagem de si para si e imagem de si para os outros, irá reger o que será dito em diferentes contextos, irá determinar a escolha das amizades e o grau de intimidade mantido com as pessoas com quem se convive. A partir daí, sua vida social será organizada em torno da possibilidade ou não de falar sobre o tema, garantindo talvez uma frágil sensação de segurança, que pode ser rompida a qualquer momento.

Retomando o relato de Rodrigo, gay, 33anos, que acreditava estar “seguro” mantendo no lugar do indizível a sua identidade homossexual<sup>78</sup>, morando longe da família,

---

<sup>78</sup> Embora soubesse que a mãe e o irmão já tinham conhecimento da sua homossexualidade, enfatizou que o “respeito à privacidade” nunca permitiu que conversassem sobre esse assunto.

estabelecendo pouco contato com os pais e com o irmão e determinando o que era falado ou silenciado sobre sua intimidade, descreveu que ao sofrer uma agressão verbal na rua, por conta de preconceito sexual, viu-se “pela primeira vez na vida com vontade de matar uma pessoa. A raiva que senti era contra o que ela simbolizava, o desrespeito, o ódio, a aversão. Eu vi o ódio nos olhos dela, enquanto gritava comigo”. O silêncio, nesse momento, foi rompido. Procurou uma delegacia de polícia e registrou uma denúncia, telefonou para os familiares e contou indignado o que tinha sofrido e chegou ao Centro de Referência para receber o apoio jurídico que precisava para “levar o processo até as últimas conseqüências”. Relatou que se surpreendeu, no dia seguinte, com a própria reação, mas não conseguiu mais recuar. Descreveu, então, a audiência de conciliação que enfrentou quatro meses depois do evento, acompanhado pelo técnico do Centro de Referência e por um advogado particular, que havia sido indicado por um amigo, “pois nunca precisei desse tipo de serviço”. Nessa audiência, falar da violência homofóbica representava falar, pela primeira vez, diante de pessoas estranhas, sobre sua orientação sexual. Mas, para sua grande surpresa, seu advogado aproveitou aquele momento para também assumir que era gay. Dias depois, agradeceu a Rodrigo o que diz ter aprendido com ele, ou seja, a coragem para conseguir se expor, não só ali durante a audiência, mas depois para a família e para os colegas do escritório de advocacia, onde trabalhava há anos.

O advogado, 60 anos, casado e Rodrigo, 33 anos, vivenciaram juntos uma experiência marcante para ambos. Naquele momento, romperam com o silêncio, naquele momento, sentiram-se autorizados a falar, naquele momento, viram-se diante de quem quisesse ouvi-los.

O processo do coming out, o enfrentamento de situação de violência homofóbica e um espaço de escuta mais qualificado permitiram, nesse caso, que o indizível fosse revelado, mas para cada estória única, os intercruzamentos possíveis produzem variadas e diversas reações.

### **3 NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E AS RESPOSTAS “POSSÍVEIS” DIANTE DO SOFRIMENTO**

Na rua, na escola, na vizinhança ou no trabalho, a violência homofóbica se faz presente, deixando marcas e cicatrizes; despertando velhos e conhecidos fantasmas e desencadeando diferentes respostas.

Ao ouvir as histórias de violência e sofrimento no decorrer das entrevistas foi possível reconhecer o silêncio como um discurso legítimo sobre a dor. Tanto no que se falou sobre o silêncio, quanto no silêncio que compareceu durante as narrativas, interrompendo a fala, produzindo *gaps* e evidenciando a existência do indizível, do inconfessável.

Ao mesmo tempo, interessou-me saber o que leva uma pessoa que sofre uma violência extrema a romper com o silêncio e tomar a palavra, denunciar. Segundo Pollak (1990a), um passado que permanece mudo não é um produto do esquecimento, é o resultado da gestão da memória de acordo com as possibilidades de comunicação. Essa gestão irá reger o que é dito em diferentes contextos e em diferentes momentos da vida. Como foi possível narrar para um pesquisador situações que provocaram intenso sofrimento? Como falar disso em diferentes dispositivos públicos ou ainda para a família ou para os amigos? Romper, portanto, com o silêncio está ligado não apenas à capacidade e disposição individuais, mas tem a ver com o fato de o sujeito se sentir solicitado a falar, ou ainda sentir-se socialmente autorizado a fazê-lo. Significa que irá falar para alguém que tem interesse em ouvi-lo. Neste encontro que estabelece uma relação e, também, uma negociação entre quem se dispõe a relatar sua experiência e quem lhe solicita que o faça, determinar-se-á o que de fato será dizível.

No primeiro campo acessado para a realização da pesquisa, o Centro de Referência Regional de Promoção da Cidadania LGBT – Hanna Suzart em Nova Friburgo, ao apresentar meu interesse pelo tema da violência homofóbica fui imediatamente informada pela coordenadora do serviço sobre o caso mais emblemático da região, o qual vem sendo acompanhado pela equipe técnica. Trata-se do assassinato de uma mulher lésbica de 39 anos, no dia 20 de julho de 2010, em Teresópolis. O caso gerou grande comoção popular, foi noticiado pela imprensa local e mobilizou as autoridades policiais. Segundo a coordenadora, a vítima e sua companheira frequentavam o bar localizado no bairro onde moravam e ali já haviam sido ameaçadas pelo agressor, também morador deste bairro, em outras ocasiões. No dia do crime, os três estavam neste estabelecimento, quando no fim da tarde, teve início uma discussão entre eles e o assassino lançou mão do taco de sinuca do bar para bater na vítima. Nesse momento, o dono do bar os expulsou e fechou as portas; as demais pessoas presentes

ficaram assistindo à briga sem esboçarem nenhuma reação. Os vizinhos das casas ao redor fecharam as janelas e nada fizeram, embora continuassem a ouvir os gritos com pedido de socorro. A companheira da vítima, após tentar em vão impedir o massacre, telefonou insistentemente para a polícia, que quando chegou ao local encontrou o crânio da mulher esfacelado no chão e o agressor que ainda permanecia na cena do crime.

Preso em flagrante, o homem foi acusado de lesão corporal seguida de homicídio e o crime foi qualificado como homofobia pelo delegado, que informou, posteriormente, para o advogado do Centro de Referência que o inquérito policial já havia reunido elementos suficientes para uma futura condenação.

Além da crueldade deste caso, chamou também a atenção o “silêncio” de todos os espectadores que assistiram àquele ato de violência e não reagiram. A companheira da vítima, após o crime, mudou-se de Teresópolis e não aceita ser contatada pela equipe do Centro, pois não quer mais “falar” sobre o caso. Tanto a família quanto os vizinhos da mulher assassinada ao apresentarem uma explicação para o que ocorreu, referem-se à homossexualidade dela como a causa do crime e, de certa forma, a responsabilizam pela sua morte: “se ela não tivesse escolhido este caminho [...]”. E quando entrevistei os técnicos da equipe do Centro de Referência para a minha pesquisa, foi levantada a dúvida, por parte de um deles, se a motivação do crime teria sido realmente a homofobia.

Inúmeras reações e diferentes explicações perpassam casos como este, o julgamento moral está sempre presente e facilmente a vítima é transferida para o lugar do culpado. Parece que a indignação diante do horror fica sufocada pelo medo, pelo preconceito e pela vergonha. Familiares, vizinhos, profissionais envolvidos, assim como a sociedade em geral, avaliam o evento a partir das normas morais e culturais que regem as relações com sua própria sexualidade e com a sexualidade do outro.

Diversos outros casos de violência homofóbica foram relatados pelos profissionais que entrevistei nos três campos onde realizei a pesquisa, mas selecionei duas histórias narradas em entrevistas com usuários para analisar mais profundamente neste capítulo, por considerar que as situações de sofrimento vivenciadas e as respostas dadas a estas situações podem facilitar e enriquecer a discussão proposta neste trabalho.

Estas histórias também se destacaram em relação às demais pela forte emoção pela qual fui tomada diante destes sujeitos. Fazendo minhas as palavras de Veena Das (2007), “o sofrimento é um valor de construção moral e produz movimentos empáticos” e, na relação ética que estabeleci com cada um dos entrevistados, pude reconhecer a dor do outro. Nestes dois casos, em especial, mais do que reconhecer esta dor, tão visível e tão presente, parece

que pude senti-la.

Além disso, numa das histórias, o silêncio foi rompido pela primeira vez no momento da entrevista. O que fez com que Helena quisesse ou conseguisse romper com o silêncio mantido por quinze anos, justamente naquela relação entre pesquisador e pesquisado? O que isto significou para ela e para esta pesquisa? Não sei se poderei encontrar a resposta em relação ao significado disso para Helena, mas espero chegar a algumas conclusões, ao final deste trabalho, a partir da grande contribuição que ela ofereceu para as minhas reflexões.

Por outro lado, Fernando apresentou-me um silêncio que ainda não pode ser rompido e que talvez nunca o seja. Um silêncio que estava ali colocado e ocupava um espaço próprio e legítimo naquela narrativa de sofrimento. Um silêncio que pude “ver”, “ouvir” e “sentir”, e que veio confirmar tudo o que eu tinha estudado e pesquisado até então junto a autores que embasaram esta pesquisa. Mais do que falar do silêncio descrito por Veena Das (2007), Fiona Ross (2001) e Michael Pollak (1990), pude então escrever sobre o silêncio que Fernando me “ofertou” naquele momento.

### **3.1 A boneca prometida: a história de Helena**

O primeiro dos casos selecionados é o de Helena, já apresentada no capítulo anterior. Com 26 anos, aluna de uma universidade pública do Rio de Janeiro, foi indicada para participar da pesquisa pela psicóloga do Programa GEN/ HUPE, que levou em conta, para esta indicação, o critério da escolaridade, pois, segundo ela, isto favoreceria a comunicação necessária para uma boa entrevista. Além disso, a psicóloga destacou o fato de que Helena tinha passado por oito processos seletivos para emprego num mesmo ano e em todos foi preterida, apesar da “ótima aparência, de falar vários idiomas e se comunicar muito bem”. Afirmou, ainda, que a usuária nunca é selecionada para as vagas às quais concorre, por causa de homofobia, visto que ela é uma transexual, ainda não operada e possui documentação com nome masculino, embora sua aparência seja totalmente feminina. Durante os processos seletivos, é aprovada em todas as etapas e no momento de apresentar os documentos, ouve sempre uma “desculpa qualquer” ou a mandam aguardar um contato que nunca é feito. Obviamente, o real motivo para a dispensa – a discriminação – nunca é revelado, mas para elas, psicóloga e usuária, não há outra explicação.

Como Helena está na faculdade e, por isso, não tem ido com frequência ao hospital para as consultas, combinamos, então, que seria enviado um *e-mail* para perguntar sobre seu

interesse e disponibilidade para ser entrevistada e se concordaria que a pesquisadora fizesse um contato posterior para o agendamento. Uma semana depois dessa conversa, a psicóloga confirmou sua resposta positiva e telefonei no dia 27 de outubro de 2011 para marcarmos o encontro. Depois de me apresentar como pesquisadora da UERJ e expor os objetivos da pesquisa, fiz o convite para participar da entrevista. Ouvi, então, um arrogante e agressivo discurso repleto de críticas à Academia, às pesquisas e aos pesquisadores, referindo-se à falta de qualidade dos trabalhos produzidos e ao escasso conhecimento no campo da sexualidade e mais especificamente no que tange à transexualidade. Embora surpresa diante desta reação, tendo em vista que Helena respondeu prontamente ao e-mail da psicóloga aceitando participar da pesquisa, tive muito cuidado para não entrar numa discussão sobre as questões levantadas e mantive a conversação num tom o mais ameno possível, concordando com as suas críticas. Estas foram se enfraquecendo, sua voz foi ficando menos agressiva e, como sinal de última resistência, ainda colocou vários empecilhos para conciliar nossas agendas, argumentando inúmeros compromissos acadêmicos. Por fim, marcamos nosso encontro no campus da universidade onde estuda, atendendo a sua exigência, no dia 03 de novembro de 2011, após insistir que teria apenas uma hora disponível no intervalo entre duas aulas.

Na hora e dia marcados, encontramos-nos no hall dos elevadores e tive uma segunda surpresa diante deste caso. Helena se apresentou de forma simpática e educada, embora parecesse tensa e reservada. É realmente uma mulher muito bonita e sua aparência está totalmente adequada a sua identidade de gênero, não despertando nenhum “olhar enviesado”<sup>79</sup> naquele ambiente. Perguntou se poderíamos fazer a entrevista no banco do jardim, mas argumentei que o barulho poderia prejudicar a gravação, além da falta de privacidade, visto que havia outros alunos circulando ou sentados ao redor. Então, propôs que subíssemos até a sua Faculdade para tentarmos uma sala livre, onde pudéssemos ficar. Chegando lá, constatamos que não havia nenhum espaço disponível e comecei a me preocupar com o tempo que ela disse que teria para a entrevista. Sendo assim, sugeri que ficássemos no meu carro que estava no estacionamento do campus. Ela concordou sem hesitar e, assim, a entrevista teve início à uma hora da tarde e terminou às quatro e meia, mesmo num local desconfortável e

---

<sup>79</sup> Antes desta entrevista, realizei outras duas com mulheres transexuais, também indicadas pela psicóloga do Programa GEN/HUPE. Ambas fazem acompanhamento hormonioterápico, assim como Helena, e ainda não se submeteram à cirurgia de transgenitalização. No entanto, é evidente a diferença na adequação corporal de cada uma delas. Com as duas primeiras circulei pelos corredores da UERJ para chegar à sala onde foi realizada a entrevista e observei os olhares e as expressões de estranhamento, repulsa, deboche e preconceito que as pessoas lhes dirigiam. Com Helena, nos espaços mais amplos da universidade ou nos elevadores, não notei nenhuma reação deste tipo, mas ao chegarmos ao corredor da sua faculdade, onde frequenta as aulas, senti que ela ficou mais tensa, não olhou ou cumprimentou ninguém e percebi os alunos cochichando enquanto a via passar. Somente mais tarde, no decorrer da entrevista, pude entender minhas impressões e confirmar as suspeitas de que ela vinha enfrentando problemas de discriminação.

mesmo ela tendo insistido ao telefone que só disporia de uma hora para isso. Outra surpresa.

O relato de Helena foi desvendando cronologicamente os principais eventos da sua vida, partindo da difícil convivência familiar<sup>80</sup> com os pais, duas irmãs mais velhas e um irmão oito anos mais novo, com quem residia; além de avós, primos e tios, com os quais mantinha contatos mais esporádicos. Embora tenha nascido com o sexo biológico masculino e isso definiu seu nome de registro, ela enfatiza que nunca em sua vida falou para quem quer que fosse que era um menino, pois não se sentia assim. Entre os quatro, cinco anos, percebeu que havia um “erro” no seu corpo, por ter um “pipi” diferente do das irmãs, e acreditava que seria possível corrigir isso, tal qual a mãe se livrou um dia de uma verruga que a incomodava. Mas o tempo foi passando e as coisas não aconteceram como imaginava. Recordar-se da liberdade que experimentou até esta idade, quando ainda era permitido que brincasse de casinha com as irmãs, tomassem banho todas juntas ou dormissem no mesmo quarto, comportando-se “naturalmente” como a menina que se sentia. Mas, no momento em que ingressou na escola, passou a enfrentar a segregação dentro de casa, onde a mãe começou a separar o que era de menino e o que era de menina, enquanto na rua se via muito hostilizada, recebendo cobranças para “andar como menino” ou “falar direito, como homem”, pois sua voz sempre foi muito feminina.

Eu morava numa favela. Eu era muito hostilizada, [...] me batiam, me jogavam pedra. Eu era o Cristo. Em casa também não podia falar com ninguém sobre isso e nem podia ficar mais a vontade, andar ou falar do meu jeito. Eu tinha que manter um padrão. Então eu preferi me esconder. Eu vivia lendo, eu vivia estudando, fazendo tudo o que uma criança não deveria estar fazendo. (Helena, 26 anos)

Voltar a estas lembranças que, segundo ela, “são muito fortes; tem momentos que eu não vou esquecer nunca mais”, pôde me fornecer possíveis pistas sobre conexões entre o modo como a gestão de uma identidade indizível (Pollak, 1990a) produzirá, mais tarde, outras camadas de silêncio diante de “novas” situações de violência, determinando o que poderá ser dito ou o que permanecerá mudo, inconfessável.

Na primeira escola que estudou, Helena relata que apanhava das outras crianças e sofria muito deboche, porque fazia questão de se afirmar como menina, colocando enfeites no cabelo. Enfatiza que o grande problema da sua vida, sempre foi evitar os banheiros públicos<sup>81</sup>,

<sup>80</sup> No capítulo 2, apresento relatos de Helena a respeito desse período da sua vida.

<sup>81</sup> Bianca, transexual, 30 anos, também relata o sofrimento em relação ao uso do banheiro. Quando iniciou o processo transexualizador no HUPE/ UERJ, tinha que sair de madrugada da cidade do interior de Minas Gerais, onde mora, para vir à consulta no Programa GEN. Como chegava muito cedo ao Rio de Janeiro, ficava horas na rodoviária até se dirigir ao hospital e, com medo de passar por situação constrangedora, não conseguia usar o banheiro. Isto se repetia no trajeto de volta para casa. Ela enfatizou que enfrenta este problema há anos na sua vida.

pois não conseguia usá-los mesmo que estivesse “no limite”. Explica que, até hoje, carrega luvas descartáveis na bolsa para o caso de uma emergência, pois além do problema de poder acessar ou não um banheiro feminino, ainda enfrenta a aversão de tocar ou ver seu órgão masculino. Ao narrar a pressão que sofria por parte dos pais dos alunos na hora da saída da escola, apontando que não queriam “veadinho” ali e que isto era uma má influência para seus filhos, “um menino que quer ser menina”, Helena emociona-se e chora muito.

Desculpa, não tenho como falar, minha garganta está doendo. Eu não quero chorar [longa pausa; muito choro]. É que são lembranças muito difíceis. Eu perdi minha infância toda, por conta da ignorância dos meus pais. Eu perdi minha infância e minha adolescência assim. Eu realmente lamento muito. Se eu pudesse voltar no tempo [...] (Helena, 26 anos)

Segundo relata, quando contavam para sua mãe o que se passava na porta da escola, ela dizia: “tá vendo a vergonha que você está nos causando?” e lhe dava uma surra. O pai ao chegar em casa, dava-lhe outra. Por fim, os pais a trocaram de escola e nesta, Helena seguiu o conselho de sua ex-professora e passou a fazer de conta que era um menino. Os problemas não foram menores:

Eu brigava muito na escola. Nossa! Não tinha um dia que eu não brigava. Todo dia. Estava me defendendo. Me jogavam ovo, me jogavam tudo. Me jogavam pedra, cuspiam em mim. Então, eu tinha que me defender. E se eu chegasse em casa chorando era pior, apanhava mais. A Neuza [sua mãe] falava, você tem que bater; se te baterem, você bate também. E isso para mim era muito difícil. Eu tive que aprender a entrar naquele ritmo todo [...] para eu poder sobreviver, porque senão eu não conseguiria. Me trancavam dentro do banheiro, colocavam minha cabeça dentro do vaso. Várias vezes [pausa e choro]. Eu tive que criar sistemas de defesa. E um desses era a briga. Eu briguei muito. Na minha vizinhança, eu brigava duas, três vezes por dia. Ficava com a blusa cheia de sangue, aí eu tinha que lavar e apanhava. Acho que a minha vida foi surra, briga; surra, briga. (Helena, 26 anos)

A partir do relato das violências sofridas na escola e na rua, Helena compara com o que passou na igreja evangélica que seus pais frequentavam, onde acontecia uma “agressão velada”: “olha, vigia, que o bispo está de olho” ou ainda “isto não é natural. Deus não criou isso. Isso é o diabo que está dentro de você. Se você não viver de forma normal, você vai para o inferno”. Ao ouvir isso, ela lembra que ficou desesperada porque não queria ir para o inferno, mas segundo seu ponto de vista, viver de forma normal significava viver como menina. O anormal era ser mulher e ter um pênis, então, naquele mesmo dia, tentou mais uma vez se mutilar<sup>82</sup>, mas acabou sendo impedida pela avó. Confessa que ficou realmente desesperada com o que ouviu na igreja e passou dias e dias sem dormir só pensando em como resolver o “problema”.

<sup>82</sup> Helena relata que já havia tentado se mutilar mais duas vezes; os pais a impediram e apanhou muito por isso.

Olhando para este período da sua infância, por volta dos oito, nove anos, diz que tudo que ela mais queria na vida era que os pais a enxergassem. “Gritava” desesperadamente pedindo ajuda, mas não sabia como fazer isso e o tempo todo eles negavam qualquer forma de socorro, virando-lhe as costas. Chorando muito, ela completa:

As pessoas mais próximas de mim foram as que se distanciaram no momento que eu mais precisei. E isso me causa tanta dor [...] Eu queria que fosse diferente, mas não dá, não posso, não consigo nem chamá-los mais de pai e mãe. Porque era assim, num passeio que minha avó organizou como presidente da Associação de Moradores, eu não podia ir porque era vergonha. Todo mundo ia sentir vergonha, todo mundo ia rir. Se era no parque de diversões, eu não podia ir porque eu era a vergonha deles. Eu era sempre a vergonha. Eu nunca podia participar, eu nunca podia estar perto. (Helena, 26 anos)

Ainda em relação à escolaridade, Helena relata que sempre foi uma das melhores alunas, com notas acima de oito, pois como não conseguia se incluir nos grupos da escola, porque ninguém queria “brincar com veadinho”, sua vida se resumia em ler. Quando passou para o segundo grau, informou à família que queria ser normalista e sua mãe recusou-se a fazer sua matrícula. Precisou, então, pedir para o seu avô materno, “o que bebia, ele era bonzinho, coitadinho”, ir à escola assinar a documentação. Foi assim que conseguiu continuar estudando.

Se a minha mãe não fosse tão ignorante e isso não tem nada a ver com o nível de instrução [...] eu falo em relação a querer enxergar a pessoa que você ama, de querer ajudar e você vê uma pessoa sofrer e você não faz nada. Ela via meu desespero. Ela via minha luta todo dia. Minha vida era um inferno. Eu tinha que brigar, tinha que sair no pau, me jogavam pedra, eu corria. E eu lamentava muito isso. Eu nunca tive uma noite assim, que eu dissesse, hoje eu estou em paz. Não tive. (Helena, 26 anos)

Durante todos estes anos, Helena manteve-se em silêncio. Seu pedido de socorro nunca foi ouvido e aprendeu que não podia contar com ninguém. Aprendeu a se defender sozinha. No entanto, relata que há quatro meses conseguiu ter uma conversa muito séria, muito tensa com a mãe sobre uma violência sexual que teria sofrido ainda criança. Diz que esta chorou muito, mas ela precisava falar o que estava engasgado, tinha que falar. Após longa pausa e muitas lágrimas, começou a me contar o momento mais difícil da sua vida, que teria se passado dez dias depois do seu aniversário de onze anos. Hesitou muito antes de iniciar o relato, repetiu várias vezes que não queria falar sobre isso, mas sem que eu insistisse, respeitando seu silêncio, narrou o que classifica como a pior coisa que lhe podia ter acontecido. “Isto está muito marcado para mim, a violência sexual foi um grande trauma”. Pergunto se ela avalia que esta violência teve relação com a sua sexualidade, por parecer feminina. Ela responde que não sabe, mas acredita que não e retira da bolsa, neste momento,

sua carteira de identidade<sup>83</sup>, mostrando-me sua foto de quando tinha dez anos, com cabelo bem curto e fisionomia de menino. Explica que seu pai a arrastava para cortar o cabelo e que isto era uma luta para ela.

A violência sexual teria ocorrido em uma época em que frequentava uma escolinha de vôlei em outro bairro. Ressalta o quanto isto lhe fazia bem, pois ali conseguiu se inserir em um grupo, sentia-se aceita e não havia segregação. O time era misto e não havia banheiros separados para meninos e meninas. Sempre ia para as aulas acompanhada dos amigos, mas num determinado dia, eles não foram e ela foi sozinha.

Eu estava saindo para o ponto de ônibus e uma pessoa me pediu ajuda. Na verdade, esta é uma parte que eu minto, porque foi esta a versão que eu contei para a Neuza e para o Tribunal de Justiça. Mas ele não me pediu ajuda, ele me ofereceu uma boneca. Só que eu não tive coragem de falar para ela, porque ela sempre avisava, olha se alguém te oferecer brinquedo ou doce você nunca aceita. Mas quando ele falou que ia jogar as bonecas fora se eu não aceitasse [...] e nem me passava pela cabeça que aquele homem fosse fazer alguma maldade comigo [muito choro]. E quando ele falou a palavra boneca. Eu nunca tinha tido a minha boneca. Esse era um sonho [...] Ali perto do ponto de ônibus tinha um casarão velho. E eu estava pensando no caminho, onde eu ia esconder a boneca para a Neuza não descobrir. Você vê que eu realmente estava certa que era isso. Mas não foi nada disso. E eu quase morri. Foi muito difícil. E, depois, sangrando, 'toma banho'! Era tudo um absurdo [muito choro]. E teve um momento que eu desliguei mesmo. Desmaiei. Foi como se o meu cérebro tivesse desligado. Eu não sei. Eu não sentia dor, eu não sentia mais nada. Eu só voltei a mim quando ele estava me puxando muito forte pelos braços. E foi aí que me desesperei de verdade, porque eu tinha tido um sonho que uma pessoa negra, e ele era um homem negro, estava me afogando numa piscina de água verde. E eu morri afogada. Uma semana antes. E isso me marcou muito, porque era exatamente a mesma pessoa que estava me puxando no sonho, era exatamente a mesma piscina, era exatamente tudo igual. E aí eu sabia que ele ia me matar. Mas, meu Deus, eu não posso morrer agora. Eu não fiz nada que eu tinha que fazer, eu não realizei meu sonho. Não sei como, mas ele simplesmente me soltou e eu não sei como, eu consegui pular um muro alto, correr e, eu não sei como, eu não morri atropelada, porque literalmente eu caí no meio da rua e realmente desmaiei. Aí eu só lembro que, quando eu acordei, eu estava com a polícia. Estava no meio da rua, sangrando, com a polícia. Foi aí que a minha mente voltou. Eu não gosto de lembrar disso, porque foi muito difícil. (Helena, 26 anos)

Enquanto Helena mergulhava em um longo silêncio, chorando muito, permaneci muda diante da revelação. Suas palavras jorraram como uma represa que se rompe, inundando tudo a sua volta. Parecia que era a primeira vez que conseguia trazer estas duras lembranças à tona, sem censura, sem meias palavras, sem medo. Percebi que o fato de estar ali disposta a ouvir sua história, abriu o espaço necessário para se dispor a falar, para quebrar as barreiras e permitir que os fantasmas que a assombraram por toda a vida pudessem ser enfrentados. Antes que eu tentasse esboçar qualquer pergunta, ela retomou a palavra para concluir o relato:

---

<sup>83</sup> Para os/ as transexuais, a documentação civil é um grande problema. Não era possível para Helena possuir uma carteira de identidade com foto atual, uma foto de mulher, ao lado de um nome masculino. Nas entrevistas com Tadeu e Bianca, ambos transexuais, aparecem também relatos de constrangimentos sofridos em relação a isso, como por exemplo, na hora de pegar um ônibus interestadual e ter que apresentar um documento de identificação; ou ao fazer matrícula na escola ou ainda nas unidades de saúde, onde precisam se identificar.

Eu não conseguia falar nada. Eu caí na rua e quando acordei a polícia me perguntou onde eu estava. Eu falei, eles invadiram a casa e descobriram, eu acho, um documento. Eu não me lembro. Acho que descobriram um documento e, a partir do documento, localizaram ele. Eu não me lembro o nome dele. Ele foi preso e julgado. (Helena, 26 anos)

No entanto, ao descrever o péssimo atendimento que recebeu no hospital público para onde foi levada, repetiu várias vezes que acabaram com a sua vida, caiu em profundo pranto e, se desculpando, pediu para pular esta parte, pediu que eu fizesse outra pergunta. Neste momento, entendi que estava diante de algo que era da ordem do indizível; que além do horror que acabara de relatar, havia outra camada ainda mais difícil de ser acessada por Helena. Isto deveria permanecer ali, bem guardado. Ao mesmo tempo, o segredo revelado em relação à “boneca” oferecida, fato que nunca teria contado a ninguém, conduziu-me a várias reflexões. O que fez com que o agressor usasse como “isca” para atrair sua vítima, uma boneca e não um carrinho ofertado a um menino? Será que a palavra boneca foi realmente pronunciada ou isto também fez parte dos sonhos de Helena? Ou ainda, ao mostrar a foto do menino na sua carteira de identidade e avaliar que esta violência não teve relação com sua sexualidade, o que ela estava querendo dizer?

Para além destas questões, o ponto fundamental a ser analisado é o silêncio que neste momento se rompe. Ao revelar este “segredo” sobre a “boneca”, Helena fala pela primeira vez sobre este fato. Diz que nunca mencionou isto antes por medo da reação da mãe, que poderia culpá-la pelo estupro, pois tinha desobedecido a uma “ordem” que sempre dera para os filhos: “nunca aceitar brinquedo ou doce de estranho na rua”. Romper com este silêncio, agora, poderia exorcizá-la do “fantasma da culpa” ou do medo que até hoje diz sentir das surras que a mãe lhe dava? Diz que parou de apanhar da mãe com treze anos de idade e que mora fora da casa dos pais desde os dezoito, então, com 26 anos que medo era este? Falar disso na entrevista, com alguém que provavelmente nunca iria revelar algo para a sua mãe, é ainda uma forma de se proteger e guardar este segredo, agora compartilhado comigo? E por que compartilhar com um pesquisador e não com amigos e namorado com quem estabeleceu relações de afeto e confiança, e que também não revelariam para sua família? Entraria, neste caso, o medo do julgamento feito por estas pessoas? Talvez a possibilidade de enfrentar o meu julgamento sobre esta informação tivesse um peso menor do que a “necessidade” que sentiu de falar com alguém sobre a prometida “boneca”.

Atendendo ao seu apelo de mudarmos de assunto, pedi que falasse, então, do período da adolescência, quando finalmente conseguiu se sentir integrada a um grupo, ser aceita e estabelecer relações de amizade. Isto se deu no curso de magistério, onde “as meninas

começaram a me tratar como menina e isto foi muito bom.” Nesta fase, recebeu um “apelido” feminino e contando com o apoio das amigas, foi modificando a maneira de se vestir, embora não pudesse assumir totalmente sua identidade feminina, por conta da reação dos pais.

Meu pai era uma pessoa muito violenta. Meu pai falava em morte, em me matar. Meu pai já tentou me matar duas vezes. Foram duas tentativas de homicídio e eu não podia evitar que ele me batesse ou me matasse. Meu pai era muito forte [muito choro, longa pausa]. Imagina se eu chegasse em casa vestida de mulher? Nossa, ia ser terrível [...] (Helena, 26 anos)

A conquista de assumir esta identidade, inclusive no vestuário, só foi possível aos dezoito anos, depois que saiu da casa dos pais e foi morar com amigas, o que, segundo pensa, foi para eles “um grande alívio, porque não tinham que conviver mais com esta vergonha. Eles passaram uma borracha nesta história.” Ao se aproximar do aniversário de vinte anos, começou a busca por tratamento, tomando hormônios por conta própria e enfrentando o medo das conseqüências dessa decisão.

Eu cheguei num ponto que tudo para mim não fazia sentido. Eu não olhava nos espelhos. Eu morava com uma amiga e todos os espelhos da casa eram tampados. Ela achava aquilo um absurdo e aí eu fui morar sozinha. E teve uma noite, especificamente uma noite, em agosto, eu virei trans. Era muito difícil ter que segurar o dia inteiro para fazer xixi e fazer só em casa. Era muito difícil olhar para o meu corpo. Era muito difícil ter que me depilar. Era tudo muito difícil. Era uma coisa incompreensível, porque eu estava ali, mas não pertencia àquele corpo. Aí resolvi procurar um médico, apesar da vergonha. Fiquei quase um ano nesta peregrinação. Todos os médicos que eu chegava, eu só chorava. Não conseguia falar. Entrava em desespero [...] Entendi, então, que para viver como mulher, eu tinha que me afastar definitivamente da minha família, para eu conseguir ter paz de espírito, para fazer a minha cirurgia. (Helena, 26 anos)

Mudar de assunto, na entrevista com Helena, não significava evitar as situações de violência e dor. Cada acontecimento relatado, por mais que ela tentasse trazer momentos de alegria ou conquistas, sempre se fazia presente, também, o sofrimento. Foi assim quando relatou a grande amizade com seu professor de inglês, com quem pôde contar nos momentos de depressão, durante suas crises de identidade. Descreveu, então, a morte dele e como assumiu sozinha o seu sepultamento. Ou ainda, quando falou da satisfação quando a família se mudou da comunidade onde morava e era tão rejeitada, mas foi apontada pelos pais como a grande culpada por esta mudança, porque os vizinhos não os deixavam em paz, por ser a vergonha de todos. Também relata as dificuldades encontradas para trabalhar e se sustentar, por conta da documentação e da aparência, precisando parecer masculina. Quando decide não mais se esconder para conseguir emprego, enfrenta a fome e o constrangimento de voltar à antiga casa para fazer uma refeição, “era humilhante ir lá pedir comida, mas às vezes eu estava há dois dias sem comer, era muita fome”.

Depois de algum tempo em que falou sobre outros acontecimentos, voltou ao tema do estupro espontaneamente. Ainda faltava relatar a reação da família diante deste evento. Lembra que os pais temiam que este episódio a influenciasse de alguma forma e se apressaram em lhe arrumar uma namorada. Embora achasse um absurdo, tinha que ir todas as sextas-feiras e sábados para a casa da menina, mas chegando lá passava o tempo maquiando-a – “era como se eu me realizasse através dela”. No entanto, afirma que muito pior foi o que passou logo após o estupro:

Eu não conseguia apagar da minha memória o cara. Eu não conseguia apagar da minha memória aquilo. Quando eu cheguei em casa, eu estava sentindo muita dor. Não era dor física, mas era muita dor. Eu não sei explicar. É o pior sentimento que um ser humano pode sentir. Eu não sei explicar. É que você se sente uma coisa tão repugnante. Você é nada. E a Neuza falou para mim: isso não vai sair daqui e eu não quero que você comente isso com ninguém. É como se eu tivesse sido sepultada, entende? E colocaram a última pá de cal sobre o meu caixão. Naquele momento, eu só queria morrer. O sentimento era este, de morte. Eu não pensava em nada. Eu não queria ir para a escola, porque tinha medo de todo mundo. Até hoje eu tenho medo de homens negros. Eu só queria ficar em casa, deitada de bruços, só. Não queria comer, não comia. Não sentia vontade de nada. Eu me sentia um nada. Só queria morrer, queria fechar os olhos e nunca mais abrir. (Helena, 26 anos)

Como afirma Veena Das (2007), estas lembranças da violência sofrida não foram colocadas no subterrâneo, não ficaram represadas, escondidas, não precisaram ser escavadas para serem encontradas. Helena demonstra claramente que estas memórias permaneciam na superfície, porém havia cercas ao redor delas, protegendo-as e isolando-as.

Naquele momento, no casarão, eu não queria morrer. Na verdade, eu temi a morte, por isso eu pedi para não morrer. Mas, depois, eu pedi a morte, porque eu estava num momento de paz e tranquilidade. É como estar aqui, agora, sentada com você, estou em paz, posso morrer agora, tudo pode acabar. Eu estava em silêncio, não tinha mais aquele burburinho de polícia, aquele movimento todo. Foi aí que meus sentimentos começaram a se soltar. Aí eu comecei a sentir vergonha, sentir nojo, desespero. Eu não sei por que, mas eu senti vergonha. Era um misto de sentimentos. (Helena, 26 anos)

De acordo com Pollak (1990a), rememorar implica em reabrir feridas, aflorar sentimentos de dor, medo, angústia e culpa. Mas ali, sentada no carro, expondo suas lembranças de forma emocionada, Helena afirmou que, naquele momento, encontrava-se em paz, a ponto de poder morrer. Derrubar as cercas que protegiam estas lembranças, romper as zonas de sombra e silêncio, permitindo que o indizível pudesse ser dito, parece que foi o que produziu esta sensação de paz. No entanto, quando relata que dez anos depois, em meio a uma discussão nas vésperas de Natal, o estupro foi falado entre ela e a mãe, a qual acabou revelando este segredo para outros familiares presentes naquele momento, o que sentiu foi “raiva, muita raiva”.

Durante todos estes anos, a mãe agia como se nada tivesse acontecido; “para ela, não tinha problema algum, o mundo podia estar desmoronando, caindo, para ela estava tudo bem”. Quando a mãe finalmente fala sobre o estupro, isto não produz alívio, mas sim muita raiva, como se ao traduzir a dor ou falar sobre ela, num momento de discussão, sem cuidado, diante de qualquer pessoa, fosse uma forma de banalizar esta dor, de fazê-la sentir-se novamente violada.

No segundo semestre de 2010, esta trajetória de vida começa a mudar, ao conhecer Gabriel, seu primeiro e único namorado. Inicialmente o contato acontece pela internet e *webcam*, depois por telefone, mas quando ele passou a insistir para marcarem um encontro, Helena sentiu que havia chegado o momento de revelar sua história. A reação de Gabriel foi desastrosa, “ele me xingou e não quis mais falar comigo. Foi uma tristeza”. Durante dois meses, que não mais se falaram, ela enviou por *e-mail* várias reportagens sobre transexualidade. Afirmou estar muito apaixonada e por isso, mesmo sem obter nenhum retorno, continuava insistindo em mandar-lhe notícias. A vida, então, encarregou-se de providenciar um encontro dos dois, totalmente fortuito, numa fila de cinema. Ao se verem, ele tomou a iniciativa de se aproximar, desculpou-se pelo modo como a tinha tratado, falou que recebera os *e-mails* e que gostaria de ir com ela ao médico, onde fazia seu acompanhamento, para esclarecer inúmeras dúvidas. Ela reconhece o quanto Gabriel teve que “trabalhar a sua cabeça”, pois era uma pessoa muito preconceituosa e aquilo tudo era algo completamente novo e diferente. Como morava com os pais e irmãos, não pôde levar Helena para viver com ele, mas providenciou um lugar mais digno para ela ficar, tirando-a do “quartinho fedorento”, conforme diz, onde então residia sozinha. Como ela explicou, este é um lugar provisório, pois assim que sua documentação estiver regularizada<sup>84</sup>, pretendem se casar. Não foi fácil enfrentar a reação da família dele, principalmente, da sogra e revela, com tristeza, que seu pai também não aceita o namorado. No entanto, a mãe tem se aproximado e Helena confessa que não quer se afastar dela, mesmo reconhecendo que não possui nenhum vínculo afetivo, pois o casal faz planos de ter filhos e espera poder contar com os óvulos de Neuza, o esperma de Gabriel e uma “barriga de aluguel”.

Por estar desempregada, Gabriel assumiu suas despesas e pagou para ela uma cirurgia plástica no nariz. Cogitou, também, pagar a cirurgia de transgenitalização, visto que pelo SUS

---

<sup>84</sup> Helena já deu entrada no processo de alteração do seu registro civil, pela Defensoria Pública, e aguarda em breve um retorno. No Estado do Rio de Janeiro, os/ as transexuais que iniciam o processo transexualizador, mesmo sem passarem por cirurgias, podem acessar este direito a partir do laudo médico e psiquiátrico. No Brasil, ainda não há consenso na Justiça em relação a isto, portanto, depende do entendimento de cada juiz que analisa o pedido. De posse da documentação regularizada, estes sujeitos conseguem garantir diversos direitos como cidadãos, dos quais são excluídos durante boa parte da vida, como estudo, trabalho, casamento, benefícios previdenciários, entre outros.

não há previsão de quando será operada, mas considerando que todos a orientam que deve esperar para fazer no HUPE, centro de referência reconhecido dentro e fora do país, decidiram aguardar.

Eu nunca fiquei pelada na frente dele, eu não consigo. Fico de short. Não tem uma relação sexual de penetração. A gente já tentou, mas sangra sempre. É perigoso. Tem uma série de dificuldades. Um dia ele chegou para mim e falou, eu amo você muito, não vou te deixar nunca, mas a gente pode deixar para fazer sexo de verdade quando você fizer a cirurgia, porque eu prefiro. (Helena, 26 anos)

Além disso, o namorado a incentivou a voltar a estudar e Helena passou, no segundo semestre de 2011, para a faculdade pública, onde estávamos realizando a entrevista. Descreveu, então, o que sentiu e o que vem enfrentando em relação à homofobia.

A prova ia ser um problema, porque iriam pegar o documento e ia ser aquela coisa. Eu estava com muito medo das pessoas perceberem, de me discriminarem, porque eu já tinha um histórico todo muito sofrido. (Helena, 26 anos)

Ao passar no vestibular, fez contato com a coordenadora do curso, através de *e-mail*, e pediu autorização para usar o nome social na chamada e o banheiro feminino, expondo a sua situação. Foi orientada, então, a redigir uma petição e dar entrada na Pró-Reitoria de Graduação da Universidade. Como a resposta do processo só saiu em 14 de setembro de 2011, reconhecendo sua identidade de gênero feminina<sup>85</sup>, fez a matrícula em julho apenas com o nome masculino, que passou a constar da lista de presença dos professores. Mas antes que as aulas começassem, a coordenadora mandou um *e-mail* para todos eles, pedindo que fizessem a correção nas suas listas, sem informar o verdadeiro motivo da alteração. Nos primeiros dias de aula, ela afirma que tudo estava ótimo, que pela primeira vez na vida, se sentia parte de um grupo, sem ter que se esconder de ninguém, levando uma vida normal com as outras alunas. Até que determinado professor, durante a aula, questionou seu nome masculino de forma irônica, mandando depois para o *e-mail* dos alunos uma tabela onde constava este nome. A partir daí, tudo mudou, ninguém mais a chamava pelo nome social, era tratada como “qualquer coisa”, uma incógnita. As alunas pararam de falar com ela e três delas foram à diretoria questionar o seu acesso ao banheiro feminino. O problema que tentou evitar já estava instalado e, então, percebeu que era o momento de deixar de ser “individualista” e decidiu agir, parar de se esconder. Com a orientação de uma amiga, defensora pública, redigiu uma

---

<sup>85</sup> Segundo Helena, o seu caso foi o primeiro dentro desta Universidade que recebeu o reconhecimento da identidade de gênero. Entre os dois mil e quinhentos alunos da instituição, ela é a segunda transexual, sendo que a primeira acabou abandonando o curso. Foi, inclusive, parabenizada pela superintendente da Universidade por “estar abrindo portas, por representar um avanço social muito importante”.

petição à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade, propondo uma Ação Educativa<sup>86</sup>. No texto dessa ação, explicita que o objetivo seria a “conscientização e formação de professores, funcionários e alunos desta instituição sobre o tratamento humanizado a transexuais, travestis, homossexuais e bissexuais no âmbito acadêmico. Tal ação possibilita o acesso sem problemas ou constrangimentos para essas pessoas em TODOS os ambientes da universidade, a fim de transformá-la em uma instituição mais justa e igualitária”.

O preconceito deste professor me deixou chocada, porque ele está numa escola que tem uma pluralidade muito grande. Ele é um Doutor em Artes [...] Agora eu preferi fazer com que a escola toda se mobilize para tratar as pessoas com dignidade. Então, eu saí do armário, para mim já não era mais um problema que as pessoas soubessem ou não que eu era transexual, porque isso não ia mudar o fato de eu ser uma mulher. Eu ia continuar sendo Helena, que tem um pênis, mas que é mulher. E isso é fato. Eu não vou mudar isso. E as pessoas vão entender. Sou mulher, porque me vejo como mulher e ajo como uma. (Helena, 26 anos)

Desse momento em diante, Helena relatou vários episódios em que foi discriminada, sofreu alguma forma de violência homofóbica e como reagiu. Disse que chegou num ponto que agora ninguém mais a passa para trás, por isso já acionou a polícia ao ser desrespeitada numa UPA (Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Estadual de Saúde), escreveu para a Ouvidoria do HUPE/ UERJ queixando-se da agressividade de uma recepcionista ao se dirigir a uma fila de usuários onde se encontrava e recorreu ao Centro de Referência Metropolitano LGBT diante da discriminação sofrida no setor de Cirurgia Plástica do HUPE/ UERJ.

No entanto, mesmo admitindo que hoje goste de extravasar, que tem necessidade de falar, que sempre estimula outras pessoas a também lutarem por seus direitos, reconhece que muita gente não conta para ninguém a violência que sofre, pois para falar é preciso, em primeiro lugar, confiar no outro. E isso já limita bastante. Em segundo lugar, acredita que seja difícil confiar no sistema, ou seja, ao denunciar, nada acontece, “o sistema só funciona para quem é conveniente; para aqueles que vivem à margem, o sistema não funciona.” Reforça o seu argumento com os exemplos citados acima, em que buscou a ajuda da polícia, da ouvidoria e do Centro de Referência e nada foi feito. Então, segundo ela, é por estes dois motivos que muita gente desiste e não denuncia, principalmente quando se trata de pessoas que não possuem informações sobre seus direitos.

Finalmente, ao ser questionada se no Programa GEN/ HUPE ela conseguia falar sobre as diversas situações de sofrimento pelas quais já passou, responde que não, que nunca falou. Disse que por sentir vergonha de se expor, só comentou por alto sobre algumas coisas, sem

<sup>86</sup> Helena ofereceu enviar por *e-mail* uma cópia deste documento, que recebi no dia seguinte ao da entrevista.

entrar em detalhes; que por ser um hospital, não é o espaço para falar sobre isso e, mesmo que falasse, sabia que ninguém poderia fazer nada por ela.

### 3.2 A casa roubada: a história de Fernando

A indicação de Fernando<sup>87</sup> para participar da pesquisa foi feita por uma das gerentes do Centro Metropolitano de Referência e Promoção de Cidadania LGBT, que afirmou ser este um dos casos mais marcantes que tinha atendido até o momento. Explicou-me que ele trabalhava em dois locais diferentes e, portanto, seu horário livre era mínimo, o que talvez inviabilizasse sua participação. Mas logo que fez o contato inicial, Fernando aceitou o convite e eu telefonei para marcarmos o encontro. Atendendo a sua preferência, combinamos de realizar a entrevista no dia 20 de outubro de 2011, no próprio Centro de Referência, visto que um dos seus empregos é neste prédio.

Quando solicitei que me falasse um pouco sobre a sua história, Fernando iniciou pela sua vinda para o Rio de Janeiro, há doze anos, para realizar o sonho de morar aqui e se afastar dos irmãos por parte de pai, os quais sempre procurava para manter um contato e se inserir de alguma forma na família, mas percebia que não era bem aceito. Disse que a única maneira de realmente parar de insistir e sofrer com isso, era se mudar para bem longe. Explicou, então, que ao perder a mãe com onze anos de idade, vítima de atropelamento, foi para a FEBEM onde ficou até os quinze anos, quando sua tia materna o retirou da instituição. O relato do período de internação, ainda vivenciando o luto pela perda da mãe, dos fantasmas que passaram a assombrá-lo e das defesas que precisou desenvolver, foi marcado por muitas pausas e choro.

Era só eu e ela. Foi em uma segunda-feira, estava muito frio e tinha muita neblina. Eu estudava de manhã e a minha mãe saiu para fazer limpeza, trabalhava num condomínio, fazia faxina. Eu fui para a escola. Na escola, eu olhei para a professora e perguntei assim, tia o que está acontecendo e ela olhou para mim e foi para a secretaria [...] [muito choro]. Eu não sei explicar por que eu fiz esta pergunta, não tinha nada de diferente [pausa]. Aí me levaram para a secretaria [muito choro], me levaram para o hospital [muito choro]. O meu mundo acabou. Meu mundo acabou [silêncio de 30 segundos, choro]. Eu me lembro que teve uma fase que eu não conseguia tocar no assunto. Aí depois vem uma fase que você acha que a qualquer momento ela ia chegar, que tudo ia voltar ao normal. Aí você se pergunta, por que aconteceu isso? (Fernando, 33 anos)

Ao lembrar que em um mesmo dia perdeu a mãe e o contato com todos que conhecia

---

<sup>87</sup> Para caracterização de Fernando ver capítulo 2.

e que gostava, pois foi para a FEBEM, onde também estudava, Fernando chorou muito e permaneceu em longo silêncio. Completou, então, que até hoje só conseguiu contar esta história para poucas amigas. Como observou Pollak (1990a) em suas pesquisas, parece que este silêncio sobre o passado, foi a forma encontrada para lidar, suportar ou superar a dor. Durante toda a entrevista de Fernando, pude perceber a sua dificuldade em evocar um passado impossível de comunicar, de transmitir a uma estranha, principalmente, quando falou da relação com a tia, único familiar por parte de mãe.

Rolou meio que um jogo de interesse, minha tia precisava do dinheiro que era [pausa], do ônibus que atropelou. E ela pediu a minha tutela, e aí ela recebeu a indenização do atropelamento, recebeu os atrasados. E aí, logo após, a situação ficou muito complicada, e ela me pediu para ir embora, [longa pausa] quando acabou o dinheiro e aí eu peguei a minha parte [pausa], eu tinha um cartão do INSS, que era um cartão de benefício para mim, eu tinha uma senha e conseguia sacar. E aí eu morava numa vaga, num quarto alugado e trabalhava numa rede de supermercado. Isso foi dos quinze aos vinte e um anos. (Fernando, 33 anos)

As dificuldades e bloqueios que foram aparecendo não eram decorrentes do esquecimento, mas se tratava de uma reflexão sobre a utilidade de falar dessa história que permanecera muda durante tanto tempo. A narrativa entrecortada pelas longas pausas, o choro presente do início ao fim da entrevista, evidenciaram como o silêncio havia produzido um acomodamento diante de tamanho sofrimento e representava também uma recusa em julgar a experiência vivida e os envolvidos nesta experiência, principalmente, por serem as únicas pessoas que ainda o ligavam à figura materna.

Na FEBEM, a gente fica imaginando quando vai para um lar. As pessoas diziam que só as crianças eram adotadas. Mas todo adolescente ficava esperando que alguém o adotasse, mesmo o adolescente tem sempre o sonho de ser adotado. Então, quando a minha tia veio me pegar, eu achei que seria minha família. Pensei que ia resgatar o amor que eu tinha da minha mãe [longa pausa; muito choro]. Mas, não foi assim. Enquanto eu estava morando com ela, aconteceu um monte de coisas e eu sempre ficava com a fama de culpado e eu nunca tive a voz de levantar e dizer não, não fui eu que fiz isso ou aquilo. Eu nunca fiz isso. Eu me calei. Minha tia faltou com a verdade sobre muitas coisas e eu não conseguia dizer que era mentira. Até porque eu não queria colocar ela contra os filhos dela. Eu tentei preservar o nosso convívio, a família [muito choro]. As pessoas acham que tenho que ter raiva, mas não tenho raiva, não. Afinal, a nossa família não tinha estrutura e hoje eu entendo, porque antes eu não entendia, porque eles não me aceitavam. Eu precisava do carinho deles, era só isso que eu queria, mas eles já tinham a família deles formada e hoje eu entendo que eu não fazia parte disso. Mas, tenho o maior carinho pela minha tia, pelas minhas irmãs e sobrinhos. (Fernando, 33 anos)

Estas “coisas” que aconteceram entre Fernando e a tia não puderam sair deste lugar de sombra, de silêncio. “Coisas” tão marcantes que o fizeram confessar que se pudesse voltar atrás teria escolhido permanecer na FEBEM:

Se eu soubesse, eu continuava na FEBEM [longo silêncio; muito choro]. As pessoas

reclamam muito da violência física, mas a violência psicológica, eu acho que é pior [muito choro]. Na FEBEM, o pessoal faz violência física, você apanha muito, muito, muito, aí cicatriza [pausa], a psicológica eu acho que é pior, fica tudo aberto [mais choro]. (Fernando, 33 anos)

“Coisas” que teriam feito a tia lhe pedir desculpas depois de mais de quinze anos:

Hoje, quando vou a Porto Alegre eu não gosto de ficar na casa da minha tia. Eu fico em hotel. E eu vejo que pra ela é tudo muito difícil, que ela quer que eu fique na casa dela, que ela quer fazer tudo que ela não pôde fazer na época. E numa das últimas conversas que a gente teve, ela pediu desculpas [choro muito emocionado]. Ela quis falar do jeito dela [longa pausa], me pediu desculpas por tudo que eu tinha passado, eu nunca quis tocar no assunto, nunca falei nada para os filhos dela [muito choro]. Na última vez que eu fui lá, fiquei muito surpreso. Eu nunca quis tocar no assunto pra não sofrer. E eu sempre achei que isso nunca incomodou ela [mais choro]. (Fernando, 33 anos)

Dois meses antes de completar vinte e um anos, Fernando se deu conta que ia perder a pensão da mãe e precisava, então, fazer alguma coisa para mudar a sua vida.

Eu percebi que não ia conquistar o amor da minha família. Isso era claro pra mim. Me dei conta que eu ficava tentando comprar a minha tia. Sempre que sobrava algum dinheiro da pensão ou do que recebia no supermercado, que não chegava a um salário, eu dava algum presente para ela, dava roupa; dava presente para minhas irmãs. E aí comecei a prestar atenção; o que você precisa fazer é mudar, já que não tenho família, não tenho porque aceitar e ficar neste lugar. E aí eu vim para o Rio de Janeiro. (Fernando, 33 anos)

Comprou a passagem de ônibus com o seu último benefício, fez acordo no mercado para ser mandado embora, reservou uma vaga em uma pensão que descobriu por um guia telefônico do Rio de Janeiro e saiu de Porto Alegre sem se despedir de ninguém e sem conhecer ninguém no seu novo destino. No Rio, foi reconstruindo a sua vida, estabeleceu relacionamentos homossexuais, fez amigos, conseguiu trabalho e disse que seu maior erro foi não ter feito isso antes. Mesmo tendo enfrentado um assalto no seu primeiro dia na cidade “maravilhosa”, mesmo tendo enfrentado a fome quando esteve sem emprego em alguns momentos, nunca se arrependeu por ter tomado essa decisão. Depois da vaga na pensão, alugou um apartamento e conseguiu mobiliá-lo. De tudo isso, o mais importante, foi comprar sua primeira televisão, sonho antigo da sua mãe, que assistia às novelas pela janela do vizinho e nunca pôde ter sua própria TV. Mais tarde se mudou para uma casa alugada, a fim de acomodar melhor o gato e o cachorro que ganhou e que cuidava com muito carinho. E passou a perseguir o segundo sonho que se propôs a realizar no Rio de Janeiro.

Quando eu vim para o Rio de Janeiro eu botei na minha cabeça que nunca mais eu iria viver uma coisa que eu não sou, porque em Porto Alegre, meus amigos, os colegas de trabalho achavam que eu tinha relação boa com a família, que era tudo uma maravilha. Quando eu vim para o Rio de Janeiro, eu disse para mim mesmo, eu não quero viver mais em um mundo de mentira, não quero ser uma pessoa que eu não sou. Aqui eu me

senti livre. As pessoas com quem eu estava vivendo, ou gostavam de quem eu era ou não interessavam. E isso me fez muito bem [pausa]. Depois veio o companheiro e o sonho de comprar uma casa. (Fernando, 33 anos)

Fernando, neste momento, relata o que o levou a procurar o Centro de Referência para denunciar a violência sofrida. Após passar anos de sua vida, aprendendo a guardar silêncio sobre suas dores e sofrimento em relação aos fatos já narrados acima, ele admitiu se sentir uma pessoa feliz, porque “até então nunca tinha sofrido nada de mais grave, claro que uma gracinha ou outra, mas nada que tivesse me feito parar no Centro de Referência”. Aprender a denunciar, a romper com o silêncio não foi fácil e parece que suas experiências anteriores deixaram marcas profundas. Estas geraram intensos conflitos entre o desejo de nunca mais se esconder e o medo de enfrentar sentimentos de ódio inexplicáveis.

Eu comprei a minha casa, consegui comprar a minha casa. Comprei minha casa em Itaboraí [RJ] em outubro do ano passado e fui morar lá em novembro. Em março, a minha casa foi arrombada e roubaram as minhas coisas. Os vizinhos ficaram impressionados, porque tem gente que mora há vinte anos na rua e a casa nunca foi arrombada, mas tudo bem, acontece. O que chamou a atenção, dentro da casa, é que pegaram uma estátua de dois homens se beijando e deixaram assim, tiraram do móvel e colocaram em cima da moto que a gente deixava dentro de casa; não quebraram, não fizeram nada, só deixaram ali. (Fernando, 33 anos)

Diante deste episódio, que Fernando e seu companheiro interpretaram como um “assalto normal”, chamaram a polícia e o registro foi feito. Mas, ao observar o fato de encontrar a estátua fora do lugar, parecia que estava pressentindo os acontecimentos que viriam depois.

Uma noite quando voltei para casa às cinco da manhã, quando abri o portão, vi fogo saindo da janela do banheiro. Aí eu disse, tá pegando fogo no chuveiro, aí eu entrei rápido, mas tinham colocado alguma coisa pela janela e pegou fogo no boxe. Aí eu apaguei tudo. Quando saí de volta para o quintal para colocar o carro para dentro, quando eu olho na parede, tava toda pichada: veado, bicha, que não me queriam ali, todas essas palavras, tudo pichado, na casa toda [muito choro]. Aí eu fui na delegacia e fui tratado como um nada. (Fernando, 33 anos)

Quando Fernando volta à delegacia para fazer nova denúncia e esta tem por motivação a homofobia, por que é, então, “tratado como um nada”? Certamente, não foi por causa do tipo de narrativa, do enunciado e da eficácia do seu discurso, mas a explicação pode ser encontrada nas normas morais que regem as relações estabelecidas naquele contexto. Boltanski (1993) levanta as seguintes questões: que dor poderá ser pranteada? Todas as dores têm o mesmo peso?<sup>88</sup> Neste processo, sua fala tornou-se uma arma usada contra si mesmo e

<sup>88</sup> O autor discute a reação das pessoas, na arena pública, em relação à dor do outro. Quando Fernando registra a primeira queixa na delegacia de polícia, sem levantar qualquer suspeita a respeito da causa da violência que sofreu, foi atendido e bem tratado. Mas, ao retornar com a segunda queixa que revelou seu estigma, o delegado mostrou-se indiferente diante da sua dor e de suas palavras.

suas palavras perderam o sentido.

Eu fiquei muito impressionado. Eu olhava aquilo assim, mas parecia que eu estava de fora, que aquilo não estava acontecendo. Não dava para acreditar [longa pausa]. Eu fui na polícia e não foi dada a mínima importância. Depois veio uma sequência de coisas. Teve uma noite, que eu estava deitado, a parede do meu quarto dava para um terreno baldio e aí, eu escutava uma voz dizendo: viado, viado. Outro dia, eu cheguei em Itaboraí, colocaram três ratos pendurados pelo pescoço no portão lá de casa, de dia, sabe? Eu fiquei com raiva, eu fiquei com ódio mesmo. Uma coisa que eu penei tanto para conseguir e as pessoas me dão um prejuízo desses. Fora as coisas que eu perdi quando arrombaram a casa, tudo que levaram, depois eu ainda gastei colocando grade em tudo, na janela, porta e tudo, e aí eu pensei, agora tá bom, estou seguro. Aí você chega e acontece isso, sua casa toda pichada [pausa; choro]. Aí você começa a perceber que alguém invadiu a sua privacidade, alguém está de olho em você. E você fica com medo. O que vai acontecer? Porque tinha o negócio da ameaça. Eu sabia que isso não ia ficar só na ameaça. Quando eu sair de casa, alguma coisa vai acontecer. Quem colocou o rato morto no portão, você pensa, quer te matar. (Fernando, 33 anos)

Vendo que a polícia não tomaria providências, Fernando procurou um amigo, advogado, que lhe indicou o Centro de Referência. Relatou, então, que a partir da pressão do serviço, um policial foi até a casa e os vizinhos foram convocados para depor. A gerente do Centro de Referência o levou para falar com Marta Rocha<sup>89</sup> – chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, e embora o tratamento na delegacia tenha mudado totalmente depois disso, sentiu que a polícia não tinha como lhe dar proteção, não iria colocar uma viatura vinte e quatro horas em frente w casa para garantir a sua segurança.

Na primeira vez, o delegado nem me recebeu. O atendente foi homofóbico, não deu a menor importância. Quando eu voltei lá, com o documento que o Centro de Referência me deu, para mudar o motivo do crime, motivo homofobia, ele mal olhou na minha cara. Você se sente impotente, se sente um fraco. Se acontecer alguma coisa comigo, ninguém vai até o final. (Fernando, 33 anos)

Mas, outra surpresa estava por vir. Contou que um dia, foi procurado por um homem, a mando do “dono da boca”<sup>90</sup>, para avisar-lhe que ele já sabia quem tinha feito tudo aquilo na sua casa. Garantiu que nada mais aconteceria, nem com ele e nem com a casa. No entanto, não queriam a polícia por perto. Fernando disse que se sentiu seguro diante destas garantias, mas não se sentiu à vontade. Não queria envolvimento com o poder paralelo. Não sabia com quem estava lidando e por isso decidiu sair; desistiu de tudo e voltou a morar no Rio de Janeiro.

Não fizeram mais nada na casa, mas ficou a pressão psicológica. Eu pensei, cada vez

<sup>89</sup> Este foi o primeiro e único caso, até o momento, atendido no Centro Metropolitano de Referência, que mobilizou a chefe da Polícia Civil do Estado. Este fato foi relatado com “satisfação” pelo coordenador do serviço e também foi citado nas entrevistas com a gerente e com a advogada que atenderam Fernando.

<sup>90</sup> “Dono da boca” é o traficante responsável pelo tráfico de drogas ilícitas em um determinado território, onde possui um poder paralelo ao do Estado.

que fizerem alguma coisa, eu vou ter que falar com o traficante ou voltar na delegacia e dizer, hoje aconteceu isso. Foi aí que eu saí. Fui procurar lugar para morar de novo [pausa]. Eu me vi obrigado a desistir de tudo [longa pausa]. Quando eu estava saindo com a mudança, o cara chegou e me disse, tua casa vai ficar segura, você entendeu o recado, não se esqueça que seus amigos vão continuar morando aqui. Aí você se vê obrigado a parar. Eu esvaziei a casa, tirei os móveis de lá, [longa pausa], acabou [muito choro]. (Fernando, 33 anos)

Diante da violência homofóbica, Fernando descreveu, muito emocionado, os sentimentos envolvidos:

Enquanto eu morei no Rio, nunca ninguém incomodou a gente, nunca calculei que uma coisa dessas podia acontecer no Rio de Janeiro. Eu não queria nunca mais voltar lá, mas eu tive que resolver uns documentos, voltei na casa, fiquei olhando e lembrando de tudo que aconteceu [choro]. Essa violência homofóbica, a violência mais marcante da minha vida, eu pensei que nunca, nunca, nunca eu ia sofrer isso. Foi uma coisa que me abalou muito, muito, com toda a minha história de vida, eu nunca achei que uma coisa podia me marcar tanto, cheguei a ficar mal, fui lá no fundo do poço, aí procurei medicação, medicamento anti-depressivo. Eu sei que uma hora esta dor vai parar, mas vai ficar a marca. Isso doeu tanto, machucou muito [pausa]. Eu penso, eu nunca fiz nada pra ninguém. Você não pode ter uma casa? É teu sonho. Eu fico olhando aquela casa lá, uma casa bonita, com todo o conforto, eu pus ar-condicionado, uma casa que já estava pronta [muito choro]. (Fernando, 33 anos)

Fernando se viu novamente sem voz e sua dor foi silenciada. No período entre março, quando ocorreu o primeiro ato de violência, e agosto, quando se mudou da casa, conseguiu sair do lugar de sofredor, do estado de inação, para o de denunciador, o da ação. Suas denúncias foram acolhidas não só na delegacia, como também no Centro de Referência e chegaram ao poder máximo da Polícia Civil do Estado, modificando de alguma forma suas relações com o mundo. Sentiu-se convocado a falar da sua dor, denunciou a violência e viu sua narrativa ser legitimada, mas como foi possível voltar ao ordinário, retomar sua vida cotidiana? Como ficaram suas relações com os amigos, com os vizinhos, com o companheiro? Qual o preço que pagou por decidir romper com o silêncio e denunciar?

Eu tive que denunciar [pausa], porque da próxima vez que acontecer, a delegacia não vai tratar um gay do mesmo jeito, eles vão pensar melhor como tratar as pessoas. Mas, eu tive que parar por aí, porque estava envolvendo outras pessoas, mas se não tivesse, se fosse tudo só comigo, eu iria até o final. Não adianta querer lutar contra uma cidade. O meu companheiro não agüentou, ele desistiu [pausa], nos separamos [longo silêncio]. Eu sei quando se tem que persistir numa coisa, mas se eu ficasse persistindo, eu ia ficar sofrendo muito mais, como eu acabei logo com aquilo, está doendo, está machucando, mas acredito que evitei uma violência muito maior. Isso para mim foi muito duro, ter essa casa e perder essa casa [choro]. Todos os vizinhos tiveram que ir na delegacia. Isso assustou todo mundo. Eles falaram que nunca tinham ido numa delegacia e tiveram que ir agora. Eles ficaram falando que se pegassem quem fez isso [os ataques à casa], dariam um tiro. (Fernando, 33 anos)

Quando questionei o que ele faria se descobrisse quem fez tudo isso contra ele e sua casa, Fernando chorou muito e respondeu que não sabia. Disse que o advogado havia lhe orientado sobre o máximo que aconteceria com a pessoa que praticou estes atos, teria que

pagar uma cesta básica.

Eu sofri um monte de coisas, tive um abalo psicológico e pra pessoa não dá em nada. É complicado [longa pausa]. É muito fácil pagar uma cesta básica e sair ileso. Esta cesta básica não vai pagar a dor que eu estou sentindo, o sonho que a pessoa destruiu, você consegue comprar uma coisa e ver que não pode usar [muito choro]. Será que essa pessoa sabe o mal que ela fez? Pra uma pessoa que ela nunca viu, não sabe nem quem é [muito choro; longa pausa]. Quando eu comprei a casa, eu só queria ficar dentro da casa [choro]. Eu converso com os meus amigos que moraram comigo na FEBEM pela internet. Eu vejo que a maioria não conseguiu. Não é fácil quando a gente vai para uma FEBEM; eu sei que agora é diferente, mas, naquela época, não tinha separação do menor infrator pro menor órfão. Quando eu entrei na FEBEM, eu não sabia brigar e lá eu tive que aprender, eu tinha que me defender. É muito difícil pra quem saiu da FEBEM conseguir uma vitória. Se você falar que foi da FEBEM, uma porta se fecha, ninguém quer saber de você. Se você falar que morou na rua, outra porta se fecha. Se você falar que é gay, fecham outra porta. E eu fui lutando contra tudo isso, fui abrindo portas e tudo que eu queria era ter a minha casa e eu não posso ficar, porque [muito choro, longo silêncio]. Isso machuca muito. (Fernando, 33 anos)

Após relatar o sofrimento que sentiu nesta situação de violência homofóbica, Fernando expôs sua avaliação sobre o tema e disse que é um direito das pessoas de não gostarem dos homossexuais, mas isso não lhes dá o direito de cometer uma violência, de incentivar uma violência. Elas podem não concordar, mas não podem não querer conviver, não podem invadir o espaço do outro. Acredita que muita gente que sofre violência homofóbica fica em silêncio, por medo da reação da família que geralmente desconhece sua orientação sexual. Diz que é muito difícil sair do silêncio de ser gay, do silêncio relacionado a toda a forma de sofrimento e violência. Pensa que este silêncio é uma proteção para si mesmo e para a família, para preservar os laços familiares e conclui que, para ele, foi mais fácil, por não ter nada a perder.

Este é um bom exemplo do que Fiona Ross (2001) chama de um duplo silêncio, ou seja, silêncio do que não é dito e do que não é percebido. O sofrimento dos homossexuais diante da violência homofóbica, nestes casos, não pode ser falado. Não é possível falar da violência que sofrem na rua, sem explicitarem a motivação do crime, pois esta não é uma violência contra algo que se fez, mas contra a própria identidade do sujeito, contra quem ele supostamente é.

A autora afirma que o silêncio tem estatuto próprio, onde o que se cala não é o que fica oculto, mas o que tem que ficar neste lugar do silêncio. Foi isso que Fernando quis me comunicar, principalmente, quando silenciou diante do que viveu enquanto morou com a tia, e também foi isto que Helena me apontou quando falou da raiva que sentiu da mãe ao trazer à tona, recentemente, o tema do estupro. Durante estas entrevistas, o que ocorreu não foi uma oscilação entre fala e silêncio, mas sim, grandes cenas de fala e grandes cenas de silêncio,

como uma forma de narrar experiências.

Em relação ao silêncio que Helena rompe quando relata o episódio do estupro e me conta sobre a boneca prometida pelo agressor, confesso que, no momento que ouvi a narrativa, fiquei focada apenas na dor vivida por uma criança naquela situação. Quando a entrevista foi transcrita, li e reli inúmeras vezes este relato e a questão da boneca passou a se destacar. Penso que a vida ordinária de Helena foi “borrada” com a volta do extraordinário no momento em que a mãe recentemente falou sobre o estupro. Com isso, ela parece ter conseguido, a partir da raiva que sentiu, trazer à tona o grande segredo que me foi revelado. Ao aceitar uma boneca de um estranho, contrariando as ordens maternas, Helena levou em conta dois grandes sonhos: ser vista e reconhecida como uma menina e ter o direito de ganhar uma boneca. Os riscos ali presentes, tantas vezes repetidos pelas recomendações da mãe, tornaram-se invisíveis. Mas, a realização destes sonhos tão desejados foi brutalmente interrompida pela violência que sofreu. A raiva que diz ter sentido pela mãe, é a raiva de tudo que passou por não ter contado com a compreensão e o apoio da família em relação à transexualidade. A raiva de nunca ter sido aceita como uma menina e nunca ter sido presenteada com uma boneca, como via as irmãs sempre ganharem. O “detalhe” da boneca me foi revelado imediatamente após eu ter lhe perguntado se ela avaliava que o estupro tinha ocorrido por conta da sua aparência feminina. Ao me mostrar sua foto de “menino” daquela época e negar a relação da violência sexual com a sua “aparência” física, tenta mais uma vez se proteger de um julgamento moral, mas ao mesmo tempo, parece dizer que seu “jeito” feminino era tão evidente que mesmo com o corte de cabelo que o pai a forçava a usar, era possível enxergar esta realidade, que para ela era totalmente nítida. Somente seus pais não queriam ver nem ouvir.

Quando eu liguei para agendar a entrevista e me apresentei como pesquisadora de uma universidade, Helena estava atravessando uma nova situação de violência e frustração. Outro sonho estava sendo destruído. Não o de ter um diploma universitário, mas o de frequentar, pela primeira vez, um grupo onde era vista e tratada como mulher, sem nenhuma restrição. O passado de ser expulsa de escola, de não poder ir a passeios com a família, de estar numa equipe de vôlei ou no curso de magistério ou no trabalho e “até ser bem aceita” apesar das diferenças, tudo poderia ser “esquecido” naquele novo ambiente onde sua identidade feminina não “precisava” ser posta à prova. Acreditou nisso, assim como acreditou na boneca que ia ganhar. Novamente, não avaliou todos os riscos envolvidos. Neste caso, mesmo tentando se antecipar em relação ao nome que poderia usar na faculdade, não considerou a possibilidade

de enfrentar a discriminação por parte de professores numa Escola de Belas Artes. Desta vez, após ter silenciado a vida toda diante de situações de sofrimento, resolveu denunciar e mais do que isso, tomar medidas para beneficiar não só a si mesma, como também a todos os alunos da faculdade vulneráveis a qualquer situação de preconceito. O que precipitou esta decisão? Talvez o apoio do noivo, o reconhecimento, por parte dele, de que ela é realmente uma mulher? Uma mulher que pode agora dizer que tem um pênis e nem por isso se sente novamente inferior às outras.

Tomando emprestadas as palavras de Berenice Bento (2006) para concluir essa “leitura” da história de Helena, “[...] em silêncio, as cicatrizes que marcam os corpos transexuais falam, gritam, desordenam a ordem naturalizada dos gêneros e dramatizam perguntas que fundamentam [estas reflexões]: existem homens e mulheres de verdade? O corpo é o delimitador das fronteiras entre os gêneros? O natural é o real? Existe um ponto de fixação e delimitação entre o real e o fictício?” (p. 20). Acredito que não só Helena, mas todos/as transexuais que tive a oportunidade de conhecer no percurso dessa pesquisa me apresentaram as respostas para tais questões. E eu os/as agradeço por isso.

A “boneca prometida” que Helena nunca ganhou e a “casa roubada” que Fernando perdeu pela terceira vez protagonizam relatos de dor e sofrimento. Revelam camadas de silêncio que se entrelaçam com a fala e a denúncia, nos momentos em que o silêncio pôde ser rompido.

O sentido da casa para Fernando foi revelado através das perdas que ele precisou enfrentar. Mais do que a casa perdida na infância, ele perdeu, ao mesmo tempo, a mãe. A casa perdida na adolescência o fez perder o sonho de reencontrar uma família, um lar. E, finalmente, a casa “própria” perdida agora, representa o somatório de todas as outras perdas, pois o que está em jogo é o que ele “é”, a identidade que ele construiu “abrindo portas trancadas”, as lutas que ele enfrentou para “assumir-se” e pagar o preço de deixar para trás sua “terra” e todos os vínculos afetivos que tinha.

A “voz” foi dada a Fernando; ele foi o primeiro e talvez, até hoje, o único caso atendido no Centro Metropolitano de Referência que foi recebido pela “chefe” da polícia civil. Mas levar adiante a batalha contra os ataques homofóbicos que vinha sofrendo, dependia de algo que as autoridades não puderam lhe oferecer. Algo fundamental numa história de vida marcada por tantas perdas: o afeto das relações interpessoais. Mesmo se a polícia civil e o centro de referência pudessem garantir sua segurança e devolver-lhe a casa, como conseguiria retomar sua vida cotidiana, ou como diria Veena Das, como *descer ao ordinário*? A relação com o companheiro e os vizinhos tinha sido manchada pelas marcas da

violência, assim como aconteceu com a relação que tentou estabelecer com a tia quando morou com ela. Em ambos os casos, Fernando agenciou o silêncio que aprendeu desde cedo a suportar. O silêncio e a dor diante da morte da mãe; na FEBEM; na casa da tia e agora frente à violência homofóbica.

O que esse silêncio pode “ensinar”? Como escutá-lo?

#### 4 O DIZÍVEL E O INESCUTÁVEL NAS NARRATIVAS DAS EQUIPES QUE ATENDEM PESSOAS LGBT

Como um dos objetivos desta pesquisa foi analisar o modo como os dispositivos públicos de atenção e cuidado voltados para as pessoas LGBT lidam com o indizível, utilizei a estratégia de entrevistar os profissionais que trabalham nos Centros de Referência - de Nova Friburgo e da capital - e no Programa GEN/ HUPE/ UERJ.

Na arena pública, é cada vez mais freqüente a veiculação de situações de homofobia nas telenovelas ou estampadas nas páginas dos jornais e nos noticiários de TV e rádio, invadindo o cotidiano das famílias e dividindo as opiniões. Transpondo Susan Sontag (2003) para a discussão aqui apresentada, as fotos ou as representações deste tipo de violência que chocam e podem produzir a indignação e a comoção diante do sofrimento, também apontam para o fato de o tema estar sendo, agora, pensado e problematizado. É fundamental que a sociedade se importe mais com este tipo de violência para que os Programas *Brasil sem Homofobia* e *Rio sem Homofobia* tenham eco no real.

Os espaços de escuta têm se multiplicado e as narrativas vem sendo legitimadas. Os relatos dos eventos que aparecem na mídia e nos Centros de Referência irão se somar às estatísticas oficiais das denúncias registradas nas delegacias de polícia e poderão fornecer um panorama mais aproximado do que tem acontecido na vida de pessoas LGBT no que diz respeito às diversas formas de violência que enfrentam.

As pesquisas realizadas nas Paradas do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro, nos anos de 2003 e 2004,<sup>91</sup> revelaram que aproximadamente 30% das pessoas que relataram ter sido vítimas de violência, indicaram os agressores entre pessoas afetivamente próximas como familiares, colegas de trabalho ou escola ou ainda aquelas que consideravam como amigas. Outro aspecto importante e que interessa a este trabalho é que do total de pessoas que sofreu violência, 38% não relatou o fato para ninguém e entre as pessoas que falaram sobre o evento, apenas 11,4% denunciaram em algum dispositivo público que na ocasião funcionava para este fim<sup>92</sup>, enquanto 13,7% relataram para familiares e 43,8%, para amigos. Estes dados indicam, sem dúvida, a forma silenciosa de se viver a homofobia e foi a partir desta constatação que defini o objeto da presente pesquisa. Considerando os usuários entrevistados, as narrativas sobre situações de violência homofóbica também confirmam as conclusões mencionadas

---

<sup>91</sup> Cf. Carrara; Ramos; Caetano (2003) e Carrara & Ramos (2005).

<sup>92</sup> Nesta época, anos de 2003 e 2004, as pessoas que passassem por situação de violência homofóbica poderiam recorrer às delegacias de polícia, ao 190, ao Disque Defesa Homossexual (DDH) ou ao Disque Denúncia.

acima. Mesmo aqueles que recorreram aos Centros de Referência, ou já tinham vivido inúmeras outras formas de violência e nunca tinham denunciado ou contado para amigos ou familiares, ou buscaram o Centro de Referência por conta de outra demanda, ou ainda relataram que haviam procurado o serviço e não obtiveram nenhuma ajuda.

Nos Centros de Referência LGBT de Nova Friburgo e o da capital, dispositivos que têm como objetivo principal combater a homofobia, pude acessar informações recentes sobre os atendimentos realizados. Interessa-me avaliar como esta demanda está sendo acolhida. Segundo levantamento destes serviços<sup>93</sup>, no ano de 2011, a demanda sobre violência homofóbica recebida no Centro de Referência de Nova Friburgo representou 19% do total de atendimentos, enquanto que no Centro Metropolitano de Referência este percentual não ultrapassou os 14%.

Oito anos após as pesquisas da Parada GLBT, no cenário atual de campanhas publicitárias, de conferências públicas, de serviços implantados, os números voltam a confirmar que o silêncio ainda está presente quando se trata de violência homofóbica.

Na tentativa de encontrar respostas para este silêncio, aproveito-me também da análise de Ernesto Meccia (2011) a respeito da “experiência muda da homossexualidade” (p.103), num período anterior aos dias atuais que ele denomina de período da *gaycidade*. Entre o primeiro período, que se estende até 1983, e o último que tem início no novo milênio, o autor indica ainda o período *pré gay*, da segunda metade dos anos 80 à primeira metade dos anos 90. Afirma que a característica principal do primeiro período foi a participação dos homossexuais numa *comunidade sofredora*. Isto significa que a homossexualidade referia-se a uma experiência pré reflexiva, nomeada e classificada pelos heterossexuais e vivida em segredo, numa escassez de alternativas de vida e de espaços de socialização. Este modo de vida promoveu neles um sentimento de pertencer a uma raça maldita, cujo destino só poderia ser o sofrimento. Esta coletividade sofredora não possuía, neste momento, recursos cognitivos alternativos para fazer frente ou contestar qualquer situação de violência sofrida e, portanto, passou a dar um valor edificante à dor, como uma desgraça homossexual, que deveria ser vivida como um dogma a saudar em silêncio a vida cotidiana. O autor destaca que o fato de se reconhecer membro de uma “coletividade sofredora” não é o mesmo de reconhecer-se membro de uma *coletividade discriminada*.

Para os homossexuais que se socializaram nesse mundo sofredor não existia ainda a “linguagem da discriminação”, muito menos a “linguagem dos direitos”; estas

---

<sup>93</sup> Fontes: Coordenação do Centro de Referência Regional de Promoção da Cidadania LGBT – Hanna Suzart, em 24/01/2012 e Gerência do Centro Metropolitano de Referência e Promoção da Cidadania LGBT, em 03/02/2012.

linguagens apareceram mais tarde e permitiram às gerações gays questionar este sofrimento, explicá-lo e, em conseqüência, politizá-lo e combatê-lo. (Meccia, 2011, p. 112, tradução nossa)

Assim, o segundo período se caracterizou pelo combate ao sofrimento através da política de visibilidade. Graças a esta política, criou-se em poucos anos a consciência nos homossexuais de pertencer a uma *coletividade discriminada*. Na *era pré-gay*, segundo o autor, logo depois do advento da AIDS, começou a ser empregada a narrativa do *coming out* através da “linguagem da liberação sexual”. Narrativa revolucionária que se converteu numa poderosa arma utilizada pelos homossexuais para falarem de si mesmos, num discurso elaborado na primeira pessoa do singular e/ou do plural. Discurso este que incitava a “sair” de uma situação de prostração silenciosa para abrir caminho para a redução dos segredos. O conteúdo dos relatos autobiográficos que marcaram esta fase combatia a injustiça do estigma (ampliado pela presença da AIDS), enfrentando os preconceitos da sociedade, rompendo com o silêncio. Incitava-se, assim, a converter em causa de orgulho “aquelas coisas” que a sociedade englobava dentro do campo da abjeção.

A partir do início do novo milênio, Meccia identifica a expansão do período gay, marcado principalmente pela lógica, do que ele chamou, de “desentranhamento”<sup>94</sup> espacial, relacional e representacional, como um processo de atenuar a percepção das diferenças sociais, o que produziu mudanças na convivência entre gays e não-gays. Em linhas gerais, o primeiro destes “desentranhamentos” refere-se à saída de territórios e estabelecimentos que anteriormente eram de uso exclusivo (*os guethos*); o segundo, à busca e à ampliação de relações sociais mistas e o terceiro, o que mais interessa aqui, relaciona-se à diversificação das imagens específicas com que os gays passaram a se autorepresentar. Neste sentido, um marcador importante do período gay foi o uso da “linguagem dos direitos”, muito diferente da “linguagem da discriminação por orientação sexual” do período *pré gay* e mais distante ainda da linguagem da era da *coletividade sofredora*, que teria marcado o período homossexual. Atualmente, no Brasil e em muitos outros países, os debates acerca da diversidade sexual fundamentam-se na garantia dos direitos do cidadão<sup>95</sup>.

No entanto, os números citados acima parecem indicar que, embora o discurso legitimado do direito venha ganhando força na arena política nos últimos anos, existe ainda um abismo a ser ultrapassado para que as denúncias de violência cheguem de fato aos

<sup>94</sup> Estarei utilizando a tradução de *desenclave* como “desentranhamento”.

<sup>95</sup> Para esta análise, indico acompanhar o amplo debate veiculado na mídia sobre a união estável de casais homossexuais aprovada em 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF); o direito de pensão ou inclusão nos planos de saúde de companheiros gays; ou ainda o direito de adoção de crianças por casais homoafetivos.

dispositivos públicos implantados para este fim. Como conclui Ernesto Meccia, “o problema é que a homofobia segue existindo com seus imperativos de sempre, ainda que com roupagens distintas” (2011:141).

Ao analisar as narrativas dos profissionais dos Centros de Referência LGBT a partir do que observam nestes serviços sobre as demandas dos usuários e sobre o silêncio em torno do sofrimento que vivenciam, ressalto, em primeiro lugar, o modo como explicam a “desistência” da pessoa que acessou o Centro por conta de uma situação de violência e depois não retorna nas futuras marcações para dar continuidade ao atendimento. Cláudia, profissional psi<sup>96</sup>, fornece a seguinte explicação:

Tem usuário que some. Eles deixam contato da primeira vez que vêm. A gente procura saber se resolveu, se não resolveu. Temos algumas hipóteses: parece que eles procuram mais nos momentos de maior sofrimento. Eles não pensam muito em se preparar, em retornar para saber lidar com isso. Mas eles vêm realmente quando estão num sofrimento extremo, quando foram expulsos de casa, quando estão sendo ameaçados. Depois a coisa esfria, acalma e não volta. (Cláudia, profissional psi)

Tereza, assistente social da mesma equipe de Cláudia, apresenta outra hipótese em relação ao não retorno do usuário, “muitos até por uma questão de depressão acabam achando que não devem vir mais, que não vai dar em nada mesmo”. Também reforçando esta tese, Marcos, coordenador de um dos serviços, afirma que o “cidadão LGBT, como todo cidadão, vem em busca dos seus direitos e acha que vai encontrar todos os direitos”.

O sujeito chega e acha que vai resolver tudo [...] O conceito de direito é muito deturpado. O que é direito de fato? O que você tem de direito? Para a população LGBT, nós ainda não temos direito nenhum. Tudo está sendo construído [...] E aí a pessoa se frustra. Para além de ouvir o que ela trazia antes, também temos que entender esta frustração de não se ter resolvido no tempo que ela queria ou precisava [...] Tem casos que a gente perde, pois não é a primeira vez que a pessoa sofre uma violência, que sente aquela dor da humilhação. Ah, eu vou lá? Fazer o quê? Não vai adiantar nada. (Marcos, coordenador)

Lísia, gerente de um dos Centros de Referência, explica o abandono do acompanhamento de outro modo:

Quando alguém procura o serviço, ele de certa forma se expõe para a equipe que vai atender e se expõe para si próprio. Porque ele está reafirmando aquilo que ele é e vive. E não é fácil. Você lidar com isso com você mesmo, lidar com isso com seu pai e lidar com isso na sociedade em que a gente vive. Então é muito difícil ele levar em frente a briga pelo direito dele que lhe foi negado ou violado [...] Isso é uma coisa que eu sempre falo para a equipe, escute o usuário para ver qual a demanda que ele traz. Não tente ir além, porque você pode estar invadindo o espaço dele. Identifica o que ele

<sup>96</sup> Os nomes dos profissionais aqui citados são fictícios e não identificarei o campo de pesquisa onde eles trabalham, a fim de garantir o anonimato dos entrevistados (Anexo A). Utilizarei a denominação “profissional psi” para todos aqueles que atuam no campo da psicologia e psiquiatria.

quer para ver o que se pode fazer. (Lísia, gerente)

Cátia, advogada do mesmo dispositivo, confirma a importância desta relação entre profissional e usuário, para que este dê continuidade ao acompanhamento:

Isso depende muito da abordagem do profissional. Se de alguma forma ele permite, por omissão ou por ação, que se crie uma barreira e que o usuário se retraia, muito dificilmente ele vai voltar, porque ele está abrindo a intimidade dele e ele precisa ser ouvido. Então, se ele não encontra este respaldo do outro lado, profissional, eu acho que esse é um dos motivos do afastamento. (Cátia, advogada)

Segundo Cristina, outra gerente do Centro de Referência, o que está por trás desta desistência é o medo:

A gente tem um índice de desistência. Quando a gente liga e a pessoa diz que não quer mexer naquilo agora, a gente respeita. Acho que é o medo. É muito comum. Medo das consequências que pode ter. As pessoas que vivem em comunidades, ou que a família não apóia, elas se calam mais, porque quando denunciam, elas têm medo de represália. (Cristina, gerente)

Ao não voltar mais nos Centros de Referência, depois de um primeiro acesso, o usuário deixa para as equipes uma série de pontos de interrogação. Como afirma Simone, profissional psi, “quem vem aqui já está disposto a falar, já é romper um silêncio. Vir aqui já é esse movimento”. Então, quando o sujeito não mantém este movimento, as tentativas de explicação são diversas e variadas. Foi por medo; por problemas na abordagem do técnico; pela frustração diante do que foi oferecido pela equipe; por dificuldade em se expor; por conta da ação do tempo que “esfria” e “acalma” a tensão e o impulso iniciais.

Interessante destacar que os dois Centros de Referência receberam uma demanda muito maior em relação aos “direitos de cidadania” do que às denúncias de situações de violência. No caso de Nova Friburgo, em 2011, as primeiras representaram 38% dos atendimentos, o que significa exatamente o dobro em relação às segundas. No Centro da capital, em 2010, enquanto à demanda por direitos foi de 42%, as denúncias de violência homofóbica representaram 24% do total de casos atendidos. No relato das advogadas dos dois serviços, aparece também a constatação de que há pouca desistência quando o caso relaciona-se ao campo jurídico, como questões trabalhistas, mudança de nome no registro civil, contrato de união estável, guarda de filhos, direito de pensão. Diante destes “direitos garantidos” não há abandono de acompanhamento, pelo contrário, há o reconhecimento de algumas pessoas que retornam, inclusive, para agradecerem e trazerem outras pessoas LGBT para atendimento no Centro. Estes dados confirmam as observações de Meccia (2011) sobre o período atual em que a *linguagem dos direitos* predomina e ocupa, cada vez mais, os espaços públicos.

No caso de situações de violência homofóbica, parece, então, que a “linguagem do

silêncio” prevalece. É neste campo que os direitos não “existem” e como constataram vários usuários que entrevistei para esta pesquisa, inclusive Fernando, discutido no capítulo anterior, o estado não possui legislação que criminalize a homofobia, nem estratégias concretas de proteção às vítimas. Portanto, a dor de perder sua casa, de abrir mão de um sonho, não dá para “reparar” com uma “cesta básica” paga pelo agressor. Na avaliação das equipes técnicas dos Centros de Referência surge daí o sentimento de impotência diante das demandas que recebem sobre violência homofóbica.

Débora, gerente do Centro que indicou Fernando para a entrevista expõe o que sentiu diante deste caso:

No caso do Fernando, me dá uma sensação de impotência, porque quando nós estávamos com a Marta Rocha [chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro], ela falou para ele que quem tinha que sair de lá eram as pessoas homofóbicas e não ele. Aí eu respirei fundo e pensei que jamais eu falaria isso para ele. Eu não tenho o poder de dizer para a pessoa ficar em casa, que eu vou mandar uma viatura para fazer uma investigação no local. Penso que, mesmo com o poder que ela tem, ela também não tem como garantir a permanência dele na casa. Hoje ele veio aqui se desculpar e dizer que não vai levar este caso, que vai desistir, que se sente um covarde de estar deixando tudo isso, mas entende que não vale a pena. Tem muita coisa em jogo, como a segurança dele e de amigos, o companheiro que o abandonou, para no fim o agressor pagar uma cesta básica. Ele disse que é muito pouco e eu concordo com ele. (Débora, gerente)

Gilda, advogada do Centro de Referência, que acompanhou também o caso de Fernando aponta este como uma das situações mais marcantes que enfrentou no serviço, por se dar conta “do que o ser humano é capaz de fazer em nome da homofobia.” Cita, então, o segundo caso que mais lhe marcou. Descreve um atendimento que fez com duas mulheres lésbicas que vieram acompanhadas por duas crianças de quatro e seis anos. Pela diferença de idade, a princípio, ela pensou que se tratasse de mãe e filha, mas foi informada que as duas viviam uma relação conjugal há cinco anos e buscavam o Centro de Referência para conseguir informação sobre o contrato de união estável. No entanto, o que estava “guardado” pelo silêncio<sup>97</sup>, foi aos poucos sendo revelado e a complexidade do caso surpreendeu a profissional. As crianças, filhas da usuária mais nova e de pais diferentes, foram estupradas pelo pai de uma delas, com a conivência da avó materna, pois ambos não aceitam a relação homossexual assumida pelas duas mulheres, que são primas em segundo grau, e usaram as crianças para se vingarem. O estupro foi confirmado por exame médico e a mãe apresentou os laudos para a advogada. No entanto, a briga judicial que está sendo travada está relacionada à guarda das crianças que a avó está requerendo e, por isso, elas querem formalizar a união

<sup>97</sup> Antes do atendimento com a advogada, estas usuárias já haviam falado com outros profissionais do serviço e não relataram a situação de violência que enfrentavam.

homoafetiva para tentar garantir a posse das filhas. Ao concluir o relato, Gilda confessa que ficou se sentindo muito mal depois deste atendimento e torcendo para nunca mais se deparar com outros casos semelhantes.

O mal-estar sentido pela advogada diante destas situações de violência também é referido nas narrativas de Wânia e Marisa, assistentes sociais do mesmo dispositivo. A primeira descreve esta sensação diante de dois casos de agressão física que acompanhou e vieram a óbito e a segunda, também em relação a um caso de vítima de homicídio. O incômodo vivenciado foi durante a audiência dos acusados, em que a postura de desrespeito destes, frente ao sofrimento da mãe do adolescente morto, a teria marcado profundamente.

Célia, umas das advogadas do Centro de Referência trouxe, então, a dificuldade em ouvir os relatos.

A dificuldade é às vezes de ouvir, de ficar ali sem demonstrar emoção, porque você está ali no papel de quem vai ajudar, um exemplo forte. Então, a gente tem que ter também o controle desta escuta. A dificuldade é justamente esta, de lidar com esta violência. Eu acho que a primeira reação do técnico é chorar junto, porque tem caso que você pensa: eu não acredito que isso aconteça; que essa pessoa que está aqui, inteira, em pé, falando comigo, sofreu tudo isso e está aqui. É difícil ver isso acontecendo [...] dá uma sensação de impotência muito grande. (Célia, advogada)

Marcos, coordenador de um dos Centros de Referência, destacou que a equipe técnica precisa ter a sensibilidade de ouvir o que não é dito:

Às vezes, a demanda que o sujeito traz, não é a principal. A demanda não é aquilo que é falado. Mas é o que ele não traz. E aí, quem tem esta capacidade de descoberta? Muitas vezes, a minha equipe não consegue. É mais fácil lidar com a fala. Você me conta, eu vou ali na gaveta, vejo o que tem que fazer, dou um remédio, te mando para casa e pronto. Na verdade, você tem que trabalhar com o que você não está vendo, nem ouvindo. O que ele está precisando esconder ou calar? A própria violência que humilha; revelar esta violência também é muito doloroso, gera muito mais dor. E isso é um complicador para o trabalho das equipes. (Marcos, coordenador)

Tereza, assistente social, ao relatar a situação que a deixou mais “chocada” em seu trabalho com pessoas LGBT refere-se ao silêncio das pessoas que assistiram ao assassinato da mulher lésbica no bar em Teresópolis e não fizeram nada, mesmo a considerando uma “pessoa muito querida”. Como entender e explicar este silêncio?

Este foi outro ponto que investiguei junto aos técnicos. Qual a explicação que podiam oferecer diante do fato indicado por várias pesquisas de que as pessoas LGBT falam pouco sobre a violência que sofrem.

Alessandra, profissional psi, apresenta suas reflexões sobre este tema:

Isso dá a dimensão do tamanho dessa violência, porque é uma violência tão grande que influencia você não conseguir falar. Quem ainda não entendeu o quanto é grave, o

quanto é sério pensar no silêncio; eu acho que fala do tamanho dessa violência [...] Eu acho que o que é mais forte no silêncio é o medo. Medo de sofrer mais, de estar se expondo mais, eu acho que é uma forma de se proteger, de manter minimamente uma inteireza, já que a experiência da violência já fragiliza tanto. (Tereza, profissional psi)

O medo é a explicação mais recorrente, não só entre os profissionais dos Centros de Referência<sup>98</sup>, como também é a principal justificativa dada pelos usuários entrevistados<sup>99</sup>.

A outra resposta que se destacou para esta questão, ao avaliar o conteúdo das narrativas de técnicos e usuários, é o sentimento de vergonha.

A vergonha. É vergonhoso você ser violentado, você não ser aceito. É melhor não falar dessa violência, não externalizar que você é violentado todos os dias. (Clara, advogada)

Jane, transexual, usuária de um dos serviços LGBT utilizados na pesquisa, relatou o sentimento de vergonha diante da agressão física que sofreu:

É uma sensação de vergonha. Eu não contei para ninguém. Eu guardei aquilo para mim. Fica aquela sensação pessoal de vergonha e você fica pensando, será que eu mereci isso? A gente se julga muito e, às vezes, a gente acaba aceitando isso e é por isso que não grita, não reage. Guardar isso foi horrível. Eu não tive coragem de ir na delegacia e nem no hospital. (Jane, 34 anos)

Vale ressaltar que nas entrevistas com os técnicos do Programa GEN, a explicação para o silêncio foi somente esta:

Sofrem muito, mas não denunciam. A própria polícia vai debochar, vai rir, eles vão ficar muito constrangidos. Eu não incentivo isso. Eu não fico incitando a pessoa a procurar ajuda. Até porque este não é o meu papel. E eu acho que, no fundo, mesmo que seja no seu inconsciente, ela tem consciência de “por que eu fui me meter nessa? Por que eu não sou homem? Eu acho que é um pouco assim: “eu mereço”. (Henrique, profissional psi)

Este é também o discurso de Larissa, outra profissional psi do serviço de saúde:

Eles silenciam diante da violência porque eu acho que eles se conformam. Eu tive uma paciente aqui, que ela relatou isso, que ela achava que merecia, afinal de contas, ela tinha desonrado a família, envergonhado os pais, tipo ‘sou diferente, quem mandou ser diferente, né?’ A minha hipótese, então, é esta: é ela contra o mundo, até contra a família”. (Larissa, profissional psi)

Nas entrevistas com usuários e técnicos do Programa GEN, com o objetivo de analisar se as narrativas de violência comparecem em um serviço de saúde e como são acolhidas, ficou

<sup>98</sup> Do total de vinte e uma entrevistas com técnicos dos dois Centros de Referência, fiz esta pergunta para treze deles. Destes, oito avaliam que as pessoas que passam por situações de violência homofóbica não denunciam ou não falam para ninguém sobre este fato por medo de se expor, medo da reação do outro, medo de sofrer mais agressão.

<sup>99</sup> Do total de onze entrevistas realizadas com usuários, em dez eu questioneei sobre o motivo do silêncio diante da violência. Destes, seis ressaltaram que o medo da vingança, o medo de se expor frente a familiares e amigos e o medo de passar por mais situação de violência é o que faz com que as pessoas LGBT não falem, não denunciem.

evidente que este espaço não se presta a este acolhimento, tanto na avaliação dos profissionais, quanto na dos pacientes. Embora os técnicos falem do sofrimento vivenciado pelos/as transexuais, parece que esta é uma avaliação baseada nos livros que tratam deste tema, pois as situações relatadas pelos usuários nas entrevistas não são do conhecimento da equipe de saúde. A “atenção integral” proposta pelo Programa GEN está voltada muito mais para as questões referentes às cirurgias e hormonioterapia, do que para situações da vida cotidiana destes sujeitos. Esta conclusão também se baseia nas observações dos atendimentos médicos prestados no ambulatório.

Estes profissionais falaram da vergonha associada à culpa. Embora estes sentimentos tenham sido muito citados nas narrativas dos/ das transexuais, foram também apresentados como motivo pelos homossexuais ao silenciarem diante da violência sofrida. No relato de um assistente social que trabalha numa dessas equipes técnicas, ao narrar uma situação de homofobia que ele próprio sofreu por ser gay, isto ficou muito evidente.

É um constrangimento muito grande, porque você é totalmente impotente, você fica com vergonha porque você apanhou por ser o que você é. E você não sabe para quem você vai falar isso. No meu caso, nesta época, a minha família nem sabia da minha orientação sexual. No final, você acha que você é o real culpado daquilo [...] imagina, chegar a uma delegacia, ou em outro tipo de serviço e falar sobre isso, o peso que tem [...] Era uma situação de incapacidade. O que dizer? Pra quem dizer? E a vergonha? E o medo de ser questionado? Eu não me sentia capaz de falar sobre isso. (Victor, assistente social)

E acrescentou que só depois de muito tempo, anos mais tarde, conseguiu contar para um amigo sobre a agressão que sofrera de um policial no meio da rua, o qual o chamou de “viadinho” e deu-lhe um tapa tão forte no rosto que provocou um corte em seu lábio. Relembrou que este amigo, ao ouvir sua estória, acabou contando também uma situação de violência pela qual tinha passado e o máximo que conseguiram fazer foi sentar e chorar juntos. Transpondo esta experiência pessoal para a sua relação profissional com os usuários LGBT, completou, assim, seu relato:

O que você faz para tentar garantir que isto não aconteça de novo com aquele sujeito? Quando a pessoa fala sobre a violência, muitas vezes você não tem como dar o suporte que ela precisaria, que é algo muito mais complexo, que não envolve só o silêncio dela. Aí, a sua sensação de impotência é duas vezes maior, porque a pessoa fez todo um esforço, teve que ter muita coragem para chegar até aqui e você tem que dizer a ela que ela não tem garantias de proteção, que ela tem que entender que foi vítima de alguém, que alguém bateu nela, mas que o estado não tem nenhuma maneira de protegê-la. (Victor, assistente social)

De que “dupla impotência” é esta que ele está falando? Em outras entrevistas com profissionais foi possível observar que ao se verem diante de determinadas situações de

violência narradas pelos usuários, os técnicos transferiram para suas vidas pessoais o sofrimento ali descrito. Isto aconteceu não só quando se tratava dos profissionais homossexuais, mas também nos casos em que eles se apresentavam como heterossexuais, mas vivenciavam situações homofóbicas na família, em relação a parentes gays ou lésbicas. Alguns, inclusive, “guardam segredo” quanto ao fato de trabalharem em um Centro de Referência LGBT.

Como terceiro e último ponto desta análise, questionei os técnicos sobre o principal motivo que eles acreditavam que fazia com que as pessoas LGBT procurassem os Centros de Referência. Também em relação a isto, as repostas foram bem variadas. No entanto, houve um consenso sobre um aspecto fundamental. Todos concordaram que a falta de preparo e o preconceito diante das questões demandadas por pessoas LGBT aos dispositivos públicos em geral faziam com que estes, historicamente, não acessassem tais recursos. Sendo assim, ao encontrarem um lugar que “podiam chamar de seu”<sup>100</sup> se sentiam acolhidas e muitas vezes só desejavam ser ouvidas, não aceitando nenhum outro encaminhamento, principalmente, se fosse para registrar uma ocorrência numa delegacia de polícia.

Do indizível ao escutável, ou ainda, do dizível ao inescutável, o intercruzamento das narrativas de profissionais e usuários ofereceu possibilidades de analisar a fala e o silêncio presentes quando se trata de violência homofóbica.

Em alguns momentos, o silêncio com que me deparei no trabalho de campo se manifestou como o *indizível* descrito por Pollak (1990a), em outros, compareceu como tema na fala dos entrevistados que buscavam explicá-lo. Portanto, minha análise referiu-se ao que foi silenciado e também ao que foi explicitado sobre o silêncio.

Ouvir o silêncio em locais destinados a rompê-lo, outra questão colocada desde o início deste projeto, foi possível na medida em que consegui acessar os sujeitos atendidos por estes dispositivos; pesquisar o tema junto aos profissionais que, pelo menos no momento da entrevista, conseguiram parar para refletir sobre o que vinha sendo vivenciado nos atendimentos; e observar consultas realizadas por médicos, numa interação onde o silêncio e a fala encontravam-se aprisionados no modelo de atenção dos serviços públicos de saúde deste país. Estou me referindo aqui às consultas rápidas e orientadas por protocolo pré estabelecido, principalmente, quando realizadas pelos jovens residentes que atendem nesse ambulatório por apenas dois meses. Nessas ocasiões, o usuário que geralmente espera por muito tempo para

---

<sup>100</sup> Este é o slogan do Centro Metropolitano de Referência LGBT, segundo informação do coordenador do serviço.

ingressar no Programa GEN, via-se diante de um “profissional em formação” que nitidamente encontrava-se mais ansioso do que ele. O que pode ser falado nesse momento? O que importa, durante esse encontro, para o/a paciente e o que importa para o técnico? As perguntas do médico, voltadas para exames e condições clínicas de saúde. As respostas dos usuários engessadas num discurso “bem ensaiado”. A estória triste contada durante várias consultas que eu assisti, revelando uma *narrativa congelada*, ou o que me foi falado nas entrevistas com os usuários do Programa GEN sobre o que já tinham relatado lá, não se aproximavam minimamente da realidade destas pessoas. E este fato, na minha avaliação, não é explicado pela necessidade de comover uma equipe médica, mas sim pela qualidade do encontro que se estabelece, pela falta de um vínculo de confiança que permita romper com o silêncio e que realmente “convoque” o outro para falar, ao sentir a possibilidade de ser ouvido. Se nem mesmo as situações de discriminação que estes usuários sofreram e sofrem silenciosamente e cotidianamente dentro do próprio hospital são relatadas diante da equipe, menos ainda as enfrentadas nos diversos locais onde circulam. Muitas vezes, a explicação que ouvi para isso, é que “não adianta nada falar, nada acontece”. É o inescutável e o indizível presentes nesta interação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer as últimas considerações sobre esta pesquisa, considerando tudo que aprendi, descobri e “sofri” no decorrer destes dois anos do mestrado é um grande desafio. Desafio, principalmente, porque tenho a certeza que há muito ainda o que dizer sobre o tema estudado e não poderia ousar apontar aqui nenhuma conclusão.

Outro desafio é o cuidado e o respeito com cada personagem que me ajudou a construir esta dissertação; suas falas, seus silêncios, as lágrimas, o sofrimento. Transpor tudo isso para o papel, organizar o texto numa sequência lógica, manter a coerência e a clareza de uma linguagem “acadêmica”, mas principalmente tentar garantir que a emoção que me foi passada, alcance também os leitores deste trabalho, exigiram um grande esforço.

Citando Altman (1981), aquele que escolhe se ocupar do humano deveria, portanto, preocupar-se mais em assumir o papel de um artista do que propriamente o de um cientista. Portanto, mesmo transitando por lugares tão diversos, ora como psicóloga, ora como gestora, ora como pesquisadora, mas sempre me ocupando do humano, tentei manter em primeiro lugar a sensibilidade de um artista. E só assim, consegui me aproximar de uma possível compreensão sobre o silêncio e a dor de quem sofre situações de violência.

Ao longo do trabalho, o tema da violência homofóbica foi ampliado para questões relativas ao sofrimento enfrentado pelo sujeito no processo de se descobrir “diferente” e no momento de revelar este “segredo” no mundo das relações mais íntimas. Não era minha intenção, quando formulei o projeto para esta pesquisa, discutir o leque de identidades, cada vez mais amplo, presente no campo da diversidade sexual ou tratar do *coming out*. Mas, na medida em que iniciei as entrevistas com os usuários dos Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBT e do Programa GEN/ HUPE/ UERJ, não pude deixar de “ouvir” o que foi narrado a respeito deste período vivenciado por intensos conflitos tanto no caso dos homossexuais como no de transexuais. As histórias foram desvelando uma relação específica entre o sofrimento desta etapa inicial da vida, com o posterior enfrentamento de situações de violência homofóbica em diferentes contextos de sociabilidade. Camadas de silêncio foram se constituindo no modo de lidar com a dor e com o indizível.

Assim, a decisão de ler estes depoimentos a partir de autores como Mason (2002) e Sedgwick (2007) que analisaram os “mapas de segurança” e o processo de “sair do armário”, ousando relacionar estas discussões feitas sobre gays e lésbicas para o que também é experimentado pelos/as transexuais, acredito que tenha contribuído para entender o que mais tarde foi silenciado ou pôde ser falado para os técnicos nos serviços ou para mim, durante as

entrevistas. O confessável e o inconfessável manifestaram-se para a escuta possível nestes encontros.

Agenciar uma identidade indizível (Pollak, 1990b) numa sociedade onde o discurso sobre a sexualidade passa por um processo de controle, seleção e interdição (Foucault, 1970), parece produzir relações interpessoais atravessadas pelo silêncio. Romper com o silêncio e denunciar uma situação de violência homofóbica, pode expor “segredos” guardados ao longo da vida. Portanto, o silêncio em alguns casos pode significar a proteção ou a preservação de relações afetivas importantes, ou ainda a proteção do próprio sujeito perante o risco de novas situações de violência.

Nesse sentido, o silêncio revelou-se como uma linguagem legítima sobre a dor, comparecendo nas narrativas dos entrevistados e ocupando um lugar específico que não era o da fala. Falar e silenciar, confirmando o que foi apontado por Ross (2001) e Das (2007 e 2008), possuem estatuto próprio e determinaram a maneira que os usuários relataram suas experiências e como foi possível escutá-las.

Nos dispositivos públicos implantados no Estado do Rio de Janeiro que se dispõem a acolher e cuidar das pessoas LGBT, as denúncias de violência não representam as demandas mais significativas. Considerando que falar de violência implica em falar de injustiça e, neste caso, a violência estaria conceitualmente ligada à denúncia, observei que muitas vezes o que foi silenciado não era necessariamente visto e sentido como uma violência, mas sim como “falha moral, pecado ou ilegalidade”, indicando a presença de pressuposto moral quando se trata de violência homofóbica e dificultando a relação entre quem busca estes serviços e quem se “dispõe” a atender.

As contribuições de Ernesto Meccia (2011) sobre o “discurso dos direitos” podem apontar pistas de como os sujeitos LGBT estão “se construindo” e “sendo construídos” para falar, para assumirem o “direito” de dizer, de denunciar. Este discurso atravessou o relato de coordenadores, técnicos e usuários dos dispositivos pesquisados e vem se fortalecendo na arena política do Brasil e do mundo.

No entanto, neste trabalho ficou evidente que, mesmo se garantindo espaços de escuta para acolher denúncias e embora se reconheça que o preconceito e as práticas discriminatórias continuam produzindo diversas formas e modalidades de violência contra grupos de pessoas que pertencem às categorias sexuais que “escapam” às normas sociais, a linguagem do silêncio continua presente e pode determinar o que será de fato escutável ou não.

Em vista disso, acredito que as questões levantadas no decorrer da pesquisa possam contribuir para uma possível leitura e análise dos encontros e desencontros revelados por

usuários e técnicos nos serviços voltados para pessoas LGBT. Não pretendendo esgotar o tema aqui tratado, espero que novos trabalhos possam vir a ampliar esta discussão e descobrir outros “segredos” ainda não acessados.

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, Dennis. **Coming out in the seventies**. Boston: Alyson Publications, 1981.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. O atendimento a pacientes transexuais e cirurgia de transgenitalização na rede pública do Estado do Rio de Janeiro: avaliação e perspectivas. Em: **III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Desafios da fragilidade da vida na sociedade contemporânea**, 2005, Florianópolis. Desafios da fragilidade da vida na sociedade contemporânea. III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005. v.10.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOLTANSKI, Luc. **La souffrance a distance: morale humanitaire, médias et politique**. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS**. Brasília: Editora do Ministério de Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: 2008.

\_\_\_\_\_. **Portaria SAS/MS n.1707**, de 18 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **Portaria SAS/MS n.457**, de 19 de agosto de 2008.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: Louro, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CARRARA, Sérgio Luis; RAMOS, Sílvia; CAETANO, Márcio. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade – Pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT - Rio 2003**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

\_\_\_\_\_; RAMOS, Sílvia. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.

\_\_\_\_\_; RAMOS, Sílvia; SIMÕES, Julio; FACCHINI, Regina. **Política, Direito, Violência e Homossexualidade – Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

\_\_\_\_\_; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.233-249, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política Sexual no Brasil Contemporâneo: A homofobia na mira da lei e das políticas públicas**. Projeto apresentado para renovação de Bolsa de Produtividade em Pesquisa referente ao período 2010-2014. Mimeo, 2010.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

DAS, Veena. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

\_\_\_\_\_. Violence, Gender and Subjectivity. **Annual Review of Anthropology**, 37. 2008, p.283-299.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FRASER, Nancy. **¿De la Redistribución al Reconocimiento? Dilemas em torno a la justicia em uma época ‘postsocialista’**. En: Iustitia Interrumpta. Reflexiones críticas sobre la posición postsocialista. Siglo del Hombre. Universidad de los Andes, Bogotá, 1997, p.17-54.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GÓMEZ, María Mercedes. **Los usos jerárquicos y excluyentes de la violencia**. Em: CABAL, Luisa; MOTTA, Cristina (orgs.). Más Allá del Derecho: justicia y género em América Latina. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Center for Reproductive Rights, Universidade de los Andes, 2006. p.19-55.

HEREK, Gregory. **Beyond "Homophobia": Thinking About Sexual Prejudice and Stigma in the First-Twenty Century**. Sexuality Research & Social Policy 1, n. 2, 2004, p.6-24.

LACERDA, Paula Mendes de. **O drama encenado: assassinato de gays e travestis na imprensa carioca**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

MASON, Gail. **The Spectacle of Violence**. London and New York: Routledge, 2002.

MECCIA, Ernesto. **Los últimos homosexuales: Sociología de la homosexualidad y la gaycidad**. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.

MOTT, Luis. **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.

\_\_\_\_\_. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.

\_\_\_\_\_; CERQUEIRA, M. **Causa Mortis: Homofobia**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MURRAY, David. **Introduction**. Em: MURRAY, David. *Homophobias: Lust and Loathing across Time and Space*. Durham: Duke University Press, 2009. p.1-15.

NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. **Improváveis relações: produções de sentidos sobre o masculino no contexto da amizade entre homens homo e heterossexuais**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

\_\_\_\_\_. **L'expérience concentrationnaire: essai su le maintien de l'identité sociale**. Paris: Éditions Métailié, 1990a.

\_\_\_\_\_. **Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação Liberdade, 1990b.

\_\_\_\_\_. A gestão do indizível. **WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.2 n.1 (jan-jun) 2010.

PLUMMER, David. **One of the Boys: Masculinity, Homophobia and Modern Manhood**. Binghamton: Harrington Park Press, 1999.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio Luis. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, p.185-205, 2006.

ROSS, Fiona C. **Speech and Silence**. In: DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; REYNOLDS, P. *Remaking a World: Violence, Social Suffering and Recovery*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2001. p.179-234.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza. **Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.28, jan-jun 2007, p.19-54.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

WEINBERG, George. **Society and the Healthy Homosexual**. New York: St. Martin's Press, 1972.

**ANEXO A:** Perfil dos profissionais das equipes técnicas

<b>NOME</b>	<b>PROFISSÃO / CARGO</b>	<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL/IDENTIDADE DE GÊNERO</b>	<b>EXPERIÊNCIA ANTERIOR LGBT/DIREITOS HUMANOS</b>
Alessandra	Profissional psi	Não informada	Não
Cátia	Advogada	Heterossexual	Sim
Célia	Advogada	Heterossexual	Sim
Clara	Assistente social	Heterossexual	Não
Cláudia	Profissional psi	Heterossexual	Não
Cristina	Gerente	Heterossexual	Não
Débora	Gerente	Lésbica	Sim
Gilda	Advogada	Lésbica	Sim
Henrique	Profissional psi	Heterossexual	Não
Larissa	Profissional psi	Heterossexual	Não
Leila	Coordenadora	Lésbica	Sim
Lísia	Gerente	Lésbica	Sim
Marcos	Coordenador	Gay	Sim
Marina	Advogada	Não informada	Sim
Marisa	Assistente social	Heterossexual	Sim
Neuza	Auxiliar administrativo	Heterossexual	Não
Reinaldo	Coordenador	Heterossexual	Sim
Ruth	Advogada	Lésbica	Sim
Sandro	Técnico administrativo	Gay	Sim
Simone	Profissional psi	Não informada	Sim
Susan	Gerente	Travesti	Sim
Tereza	Assistente social	Heterossexual	Não
Victor	Assistente social	Gay	Sim
Vilma	Profissional psi	Heterossexual	Sim
Wânia	Assistente social	Heterossexual	Sim

**ANEXO B:** Perfil dos usuários entrevistados

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL/IDENTIDADE DE GÊNERO</b>	<b>ATIVIDADE PROFISSIONAL</b>
Bianca	30	Ensino Médio completo	Transexual	Desempregada
Carla	56	Doutorado	Lésbica	Professora universitária aposentada
Fernando	33	Ensino Médio completo	Gay	Operador de Telemarketing
Helena	26	Cursando Ensino Superior	Transexual	Universitária
Jade	26	Ensino Médio completo	Transexual	Profissional da Beleza
Jane	34	Cursando Ensino Superior	Transexual (operada)	Professora de Música
Lucas	21	1º ano do Ensino Médio	Gay	Desempregado
Marcelo	17	Cursando 8º ano do Ensino Fundamental	Gay/Bissexual	Estudante
Renata	37	Ensino Superior Completo	Transexual	Desempregada
Rodrigo	33	Mestrado	Gay	Jornalista
Tadeu	40	Ensino Médio completo	Transexual	Desempregado

**ANEXO C: Roteiro de entrevista com a equipe técnica dos centros de referência LGBT****Ingresso e treinamento:**

- 1 - Qual o seu nome e cargo que ocupa no C.R.?
- 2 - Como ficou sabendo do C.R. e como foi a decisão de trabalhar aqui?
- 3 - Passou por algum treinamento antes de iniciar o trabalho ou foi algum tempo depois?
- 4 - Se passou por treinamento, como foi e o que isso contribuiu para sua atuação no C.R.?

**Atuação:**

- 5 - Como é sua atuação cotidiana no C.R.?
- 6 - Como é sua relação com a equipe e com este trabalho multidisciplinar?
- 7 - O que você mais gosta de fazer no C.R.?
- 8 - O que você acha que precisa melhorar neste trabalho?

**Clientela:**

- 9 - Qual foi a situação mais marcante que você viveu aqui no C.R.?
- 10 - O que você acha que é o principal motivo que faz com que as pessoas recorram ao C.R.?
- 11 - Dos casos que você atendeu ou acompanhou, qual o perfil desta clientela e o que mais ela busca junto ao C.R.?
- 12 - Várias pessoas que procuram o C.R. não voltam para o acompanhamento. O que você pensa disso? Qual a hipótese que levanta? O que é feito neste caso?
- 13 - Durante as entrevistas com o usuário, quais as dificuldades que você sente para colher as informações e entender a estória relatada?
- 14 - Nos casos de violência, é mais comum a vítima procurar o C.R. para denunciar ou isto é feito por outra pessoa? Quem? É comum se apontar um culpado ou isto é evitado? Em que situações?
- 15 - O que é narrado no C.R., nos relatos de violência, é repetido em outros espaços, como na delegacia, na família, entre amigos?

**Impacto:**

- 16 - Antes de vir trabalhar no C.R., qual sua aproximação com a população LGBT?
- 17 - Alguma coisa mudou na sua vida depois que veio trabalhar aqui?
- 18 - Sofreu ou sofre alguma discriminação por trabalhar no C.R.? Por parte de quem?

19 - Qual o seu entendimento ou conceito de homofobia, antes e depois de vir trabalhar no C.R.? Isto mudou?

20 - O que você acha sobre o fato das pessoas falarem pouco a respeito da violência que sofrem ou sofreram?

**ANEXO D:** Roteiro de entrevista com a equipe técnica do Programa Gen/Hupe/Uerj**Ingresso e treinamento:**

- 1 - Qual o seu nome e cargo que ocupa no Ambulatório?
- 2 - Como e quando você começou a trabalhar aqui?
- 3 - Você já possuía conhecimentos e experiência anteriores em relação ao atendimento a transexuais?
- 4 - Passou por alguma capacitação ou treinamento para iniciar este trabalho, como foi e o que isso contribuiu para sua atuação no Ambulatório?

**Atuação:**

- 5 - Como é sua atuação no Ambulatório?
- 6 - Como é sua relação com a equipe e com este trabalho multidisciplinar?
- 7 - O que você mais gosta de fazer no Ambulatório?
- 8 - O que você acha que precisa melhorar neste trabalho?

**Clientela:**

- 9 - Qual foi a situação mais marcante que você viveu aqui no Ambulatório?
- 10 - O que você acha que é o principal motivo que faz com que as pessoas recorram ao Ambulatório?
- 11 - Dos casos que você atendeu ou acompanhou, qual o perfil desta clientela?
- 12 - Quais as principais dificuldades que você sente no primeiro contato com o usuário para entender a história relatada ou durante o acompanhamento?
- 13 - Durante os atendimentos, os usuários narram histórias de violência que sofrem ou sofreram em algum momento da vida?
- 14 - Se narram, isto acontece de forma espontânea ou só quando são questionados sobre isto?

**Impacto:**

- 15 - Antes de vir trabalhar no Ambulatório, qual sua aproximação com a população LGBT?
- 16 - Alguma coisa mudou na sua vida depois que veio trabalhar aqui?
- 17 - Sofreu ou sofre alguma discriminação por trabalhar no Ambulatório? Por parte de quem?
- 18 - Qual o seu entendimento ou conceito de homofobia, antes e depois de vir trabalhar no Ambulatório? Isto mudou?

19 - O que você acha sobre o fato das pessoas falarem pouco a respeito da violência que sofrem ou sofreram?

**ANEXO E: Roteiro de entrevista com os usuários dos dispositivos públicos que atendem pessoas LGBT**

**Trajetória pessoal:**

- 1 - Fale um pouco de você (idade, onde e quando nasceu, onde e com quem mora).
- 2 - Conte um pouco sobre a sua família, sua infância e adolescência?
- 3 - Em que momentos deixou de morar com sua família e por quê?
- 4 - E sobre sua vida escolar? Ainda estuda ou tem vontade de voltar a estudar?
- 5 - Já teve atividade remunerada? Quais? Com que idade começou a trabalhar? Atualmente está trabalhando? Onde? Está satisfeita/o com o trabalho atual?
- 6 - Frequenta ou freqüentou alguma religião? Qual? Houve mudanças ao longo da vida? Por quê?

**Identidade de gênero e trajetória afetivo-sexual:**

- 7 - Como você se identifica em relação a sua sexualidade? Esta forma de se identificar mudou ao longo do tempo?
- 8 - Com quem você conversa a respeito da sua sexualidade? O que você acha que influencia na escolha a respeito de com quem falar ou não sobre sua sexualidade?
- 9 - Como foi assumir a homossexualidade/ transexualidade em casa, na escola, com os amigos e no trabalho? Como as pessoas reagiram?
- 10 - Você já teve ou tem atualmente relacionamento estável? Você assumiu esta relação, para quem? Como foi a reação das pessoas?
- 11 - Quais foram as transformações corporais pelas quais passou? Como decidiu realizar transformações no corpo? Qual foi o impacto desta decisão na sua vida e como as pessoas reagiram?

**Violência:**

**Conceitos sobre violência e silêncio**

- 12 - Na sua opinião, há diferença quando falamos em discriminação, preconceito e violência? Qual?

13 - De acordo com várias pesquisas sobre homofobia, os/as transexuais e travestis sofrem mais violência do que os gays, as lésbicas e os bissexuais? Por que você acha que isto acontece?

14 - Sabemos que muitas pessoas que sofrem violência não contam para ninguém ou não denunciam, por que você acha que isso acontece?

### **Descrição do caso de violência**

15 - Você já sofreu situações de violência em sua vida? Pode comentar a respeito?

16 - E em relação à sexualidade ou à identidade de gênero, mais especificamente, já sofreu situações de violência?

17 - Qual foi a mais marcante dessas relatadas? Onde ela aconteceu? Quem foi o autor? Outras pessoas presenciaram isso? Por que esta foi a mais marcante?

18 - Quais você considera que foram as causas da violência que sofreu? Por quê? O que você considera que levou a pessoa a agir dessa forma?

### **Reação da vítima**

19 - Você contou a outras pessoas ou relatou em algum serviço público o que aconteceu? Para quem? Por que escolheu esses e não outros?

20 - Como foi o tratamento que recebeu? Você considera ter recebido o apoio necessário para lidar com a situação? O que ou quem te ajudou a lidar com essa situação?

21 - Aqui no HUPE, você falou sobre a situação de violência sofrida? Por quê? Para quem? Como foi a reação da equipe?

22 - Você acredita que este também é um espaço para falar disso? Você conhece os Centros de Referência LGBT?

23 - A forma de narrar a violência que sofreu, vai mudando com o passar do tempo? Muda diante de pessoas ou lugares diferentes? Por quê?

24 - Se não contou, o que fez você tomar esta decisão? O que poderia fazer com que você relatasse ou procurasse apoio?

25 - Se a mesma situação de violência se repetisse hoje, você agiria de maneira diferente? O que mudaria? Por quê?

### **Consequências**

26 - Houve alguma consequência negativa para quem cometeu a violência contra você?

27 - E na sua vida, quais foram as consequências?

**Violência contra terceiros**

28 - Você conhece pessoas que também já sofreram violência em razão da sexualidade? Que tipo de violência essas pessoas sofreram e quais os autores? Elas relataram diretamente a você ou a outras pessoas/instituições, ou procuraram ajuda? Sabe por que relataram ou não a outras pessoas?